



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**  
**Instituto Universitário de Ciências Religiosas**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**  
**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**ANDRÉ FILIPE VIDAL DE SOUSA**

## **A irredutível dignidade da pessoa**

**“Comunhão e serviço: A pessoa humana criada à imagem de Deus”. Contributos para a experiência pedagógica e didática da unidade letiva “A pessoa humana” do 6.º ano do Ensino Básico do programa de Educação Moral e Religiosa Católica.**

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada  
sob orientação de:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

**Braga**  
**2014**

“Quando contemplo os céus, obra das tuas mãos,  
a Lua e as estrelas que Tu criaste:  
que é o homem para que te lembres dele,  
o filho do homem para com ele te preocupares?”

Salmo 8, 4-5

À Natália, esposa e companheira,  
dedicada e paciente, sempre a meu lado.

À Beatriz e ao Jorge, irmãos distantes em quilômetros,  
mas sempre bem perto no coração.

À Mãe e ao Pai, sempre presentes,  
pela vida, pela formação e pelo futuro que nos deram.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>CAPÍTULO I – PESSOA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E VALORES</b>	8
<b>1. De uniformismos a pluralismos</b>	8
1.1. <i>Educação: um direito de todos e de cada um</i>	9
1.2. <i>Objetivos para a educação no contexto contemporâneo</i>	13
1.3. <i>Educação para valores</i>	19
<b>2. Um caminho de compromisso</b>	21
2.1. <i>Uma escola de compromisso</i>	22
2.1.1. <i>Compromisso ad extra</i>	22
2.1.2. <i>Compromisso ad intra</i>	24
2.2. <i>O papel do educador na formação moral</i>	27
2.3. <i>A educação moral e religiosa na escola</i>	30
2.4. <i>Em síntese</i>	33
<b>CAPÍTULO II – A IRREDUTÍVEL DIGNIDADE DA PESSOA: FUNDAMENTOS DA DIGNIDADE NO DOCUMENTO “COMUNHÃO E SERVIÇO: A PESSOA HUMANA CRIADA À IMAGEM DE DEUS” DA COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL</b>	35
<b>1. História e estrutura do documento</b>	35
1.1. <i>História e missão da Comissão Teológica Internacional</i>	36
1.2. <i>O propósito e a estrutura do documento</i>	37
<b>2. A Pessoa Humana criada à imagem de Deus</b>	40
2.1. <i>A “imago Dei” na Escritura e na Tradição</i>	41
2.2. <i>A crítica moderna e a teologia da “imago Dei” no         Concílio Vaticano II e na teologia atual</i>	45
<b>3. À imagem de Deus: Pessoas em comunhão</b>	47
3.1. <i>Corpo e alma</i>	48
3.2. <i>Homem e mulher</i>	49

3.3.	<i>Pessoa e comunidade</i>	51
3.4.	<i>Pecado e salvação</i>	52
3.5.	<i>“Imago Dei” e “imago Christi”</i>	55
<b>4.</b>	<b>À imagem de Deus: Administradores da Criação visível</b>	<b>56</b>
4.1.	<i>A ciência e a administração do conhecimento</i>	58
4.2.	<i>A responsabilidade pelo mundo criado</i>	61
4.3.	<i>A responsabilidade para com a integridade biológica dos seres humanos</i>	64
<b>5.</b>	<b>Comunhão e serviço: A irreduzível dignidade da pessoa</b>	<b>65</b>
<b>CAPÍTULO III - A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA: DISPOSITIVO PEDAGÓGICO E DIDÁTICO PARA A UNIDADE LETIVA N.º 4, “A PESSOA HUMANA”, DO 6.º ANO DE ESCOLARIDADE</b>		<b>68</b>
<b>1.</b>	<b>A escola, a turma e o professor de EMRC</b>	<b>68</b>
1.1.	<i>A Escola</i>	68
1.2.	<i>A turma de estágio</i>	70
1.3.	<i>O professor</i>	71
<b>2.</b>	<b>Pedagogia e didática</b>	<b>75</b>
2.1.	<i>Contextualização da Unidade Letiva “A Pessoa Humana” no âmbito das propostas de lecionação para o 6.º ano de escolaridade</i>	75
2.2.	<i>A Unidade Letiva: Planificação</i>	76
2.3.	<i>Apresentação esquemática da planificação do trabalho</i>	79
2.4.	<i>Avaliação e perspectivas</i>	100
<b>CONCLUSÃO</b>		<b>106</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>		<b>108</b>
<b>ANEXOS</b>		

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de um percurso de aprofundamento teológico, mas também pedagógico e didático da Unidade Letiva “A pessoa humana” do 6.º ano de escolaridade do programa do ensino básico da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Mais do que a pertinência da temática, este é um trabalho que demonstra o meu interesse pessoal na busca de respostas às grandes questões do ser humano, ao fundamento do seu valor, da sua singular existência e irreduzível dignidade.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, tendo como ponto de partida o valor absoluto da pessoa humana, intento uma reflexão acerca da pertinência da educação de e para valores em contexto escolar no mundo atual. Os valores são princípios orientadores fundamentais pelos quais as pessoas orientam a sua vida moral e social, são critérios e normas para as suas escolhas e decisões. A escola e a educação, mais do que espaços e tempos de aquisição de conhecimentos, são espaços de multiculturalidade que têm como fim o desenvolvimento integral do ser humano. Dentro desse seu desenvolvimento integral encontra-se naturalmente a educação para valores, a educação social, a educação moral. Só deste modo podemos enquadrar positiva e necessariamente o papel fundamental do professor ou educador e da Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas. Porque a religião ou as Igrejas organizadas, nomeadamente a Igreja Católica, continuam a ser hoje, apesar de muitos não o reconhecerem, uma referência no campo da moral, continuam a estabelecer padrões de comportamento individual e social que contribuem para um completo desenvolvimento e vivência harmoniosa da pessoa.

Se existem valores que há muito e por diversas razões foram colocados de parte, um deles não é certamente a dignidade da pessoa e a defesa intransigente dos direitos humanos. Partindo desta primeira premissa, a escola como lugar e tempo necessários de educação para valores, resta questionar o fundamento desses valores. E se este trabalho é resultado de um aprofundamento teológico da Unidade Letiva “A pessoa humana”, a pergunta que se coloca é: Onde radica o valor e dignidade irreduzível da pessoa?

O segundo capítulo deste trabalho é precisamente uma tentativa de resposta a essa questão. Desconhecido por muitos, o documento *Comunhão e Serviço: A pessoa humana criada à imagem de Deus* da Comissão Teológica Internacional (CTI) é instrumento único de sistematização sobre a doutrina da *imago Dei*, que segundo a tradição cristã é onde se firma e consolida a dignidade irreduzível da pessoa. A CTI oferece-nos este documento sobre a doutrina da *imago Dei*, ou imagem de Deus, como orientação da reflexão sobre o sentido da existência humana. Sendo a Unidade Letiva

“A pessoa humana”, precisamente, uma abordagem à conceptualização e fundamentação da pessoa, este documento oferece-nos pistas de caminho a trilhar, fazendo-nos perceber que somos imagem de Deus na comunhão e no serviço. Ao longo do segundo capítulo do trabalho analisaremos ponto por ponto o documento *Comunhão e Serviço: A pessoa humana criada à imagem de Deus* procurando esclarecer a essencial diferença de ser pessoa, aquilo que de extraordinário é e o que de fantástico pode realizar.

O terceiro capítulo traz-nos o essencial da construção teórica, pedagógica e didática da Unidade Letiva “A pessoa humana”. Sempre com uma visão positiva da pessoa humana, apresentada pelo documento da CTI, neste capítulo reflito sobre a minha prática pedagógica e didática da lecionação desta Unidade Letiva, em cinco aulas, à turma quatro do 6.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, em Braga. Tendo em conta as características e realidades próprias desta turma procurei, enquanto professor estagiário, adotar e utilizar as metodologias e os recursos pedagógicos e didáticos que considerei serem os melhores para o processo de ensino – aprendizagem. Apesar da Unidade Letiva por vezes nos apontar para as circunstâncias negativas da existência humana, foi sempre meu propósito e preocupação, apresentar uma visão positiva da vida e existência pessoal, em que todos, sejam em que circunstâncias forem, são iguais em direitos e deveres e absolutamente iguais em dignidade. Só numa abordagem positiva e integradora podemos cumprir a missão, enquanto docentes, de lecionar esta Unidade Letiva a um conjunto diferenciado de alunos, cada uma com um contexto histórico, familiar e social próprio.

Em resumo, este trabalho não pretende ser, nem é, uma novidade seja a que nível for. É apenas o resultado da procura de um referencial teórico coeso acerca da educação para valores em contexto escolar, acerca do modo como percebemos e reconhecemos a irredutível dignidade da pessoa humana e do modo como podemos explorar, positivamente, este irredutível valor na vivência concreta de uma sala de aula.

## **CAPÍTULO I – PESSOA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E VALORES**

A partir do artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, procuramos perceber o significado, o enquadramento e as implicações do direito à educação para todos e para cada um nos nossos dias. Partimos dum modelo de escola plural, que se compromete, promove e melhor concretiza um efetivo direito à educação, que favorece um ação educativa inclusiva e proporciona uma melhor formação pessoal e social ao indivíduo. Apresentamos a educação para valores como necessária para a fuga ao relativismo ético e moral e como uma tarefa da escola, mesmo da escola pública, mas também de toda a comunidade educativa e das religiões organizadas.

Assim, ao longo da primeira parte deste trabalho, refletimos acerca dos objetivos da educação para o século XXI para que a escola seja fator de inclusão e coesão social. Repensamos a educação para valores numa escola plural da era do global, de forma a responder aos problemas éticos e sociais que urgem ante nós. Procuramos compreender a compatibilização entre uma educação para todos e a melhor educação para cada um, em particular na educação para valores em contexto escolar, combatendo fundamentalismos e fomentando uma educação para a tolerância. Por fim, procura-se redescobrir os fundamentos da educação moral na escola numa sociedade que, sem as grandes referências do passado, se torna cada vez mais individualista, mais utilitarista e em que os valores foram e são relativizados.

### **1. De uniformismos a pluralismos**

O ser humano torna-se o que é graças, e sempre, a um processo educacional, seja ele qual for ou onde for. Por isso, para que o direito à educação, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, seja um direito efetivo para todos, os sistemas educativos devem procurar a igualdade de oportunidades para todos e o desenvolvimento integral de cada um. A escola, que começou por ser apenas e só um espaço reservado a elites sociais e económicas, deve ser espaço de e para todos, adaptando-se às necessidades de formação de cada indivíduo. A escola quando aceita cada um como é, com potencialidades e limitações, é o principal espaço e tempo de coesão social para todos<sup>1</sup>. Mas não basta que crianças e jovens tenham acesso à escola

---

<sup>1</sup> Cf. UNESCO, *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien, 1990, art.º 3.º. Disponível na internet em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> [Consultado em 12 de outubro de 2013].

e à educação, é necessário que se garanta a todos uma escola e uma educação de qualidade, que tenha em conta as necessidades, os interesses, capacidades e características de cada um. Em síntese, é necessária uma escola e uma educação que proporcione os meios fundamentais para uma formação e desenvolvimento integral da pessoa humana<sup>2</sup>.

Sabemos que os sistemas e dispositivos educativos tendem a ser uniformistas, privilegiando a instrução à formação, impondo uma medida igual para todos, sem procurar desenvolver o melhor de cada um. É neste ponto que encontramos a chave da fusão entre o interesse individual e o interesse social. Cada indivíduo tem o direito, também o dever, de procurar o que é melhor para si, sabendo que os outros que o rodeiam têm o mesmo direito e que o conteúdo desse direito pode não ser o mesmo para o outro. É precisamente na escola, espaço privilegiado de pluralidade, que se encontram e desenvolvem diferentes soluções como sendo as melhores para indivíduos que são diferentes<sup>3</sup>. Quando falamos em educação para valores o pluralismo é a única forma de ultrapassar o dilema, tantas vezes presente nas escolas, entre um universalismo abstrato e redutor e um relativismo, uma vez que se consegue conciliar o direito ao universal com o direito à diferença<sup>4</sup>. A grande dificuldade na educação para valores reside precisamente neste aspeto, mas também no facto de não existir um consenso alargado quanto aos métodos e conteúdos a utilizar, sem nos deixarmos cair em relativismos ou universalismos extremados.

### 1.1. *Educação: um direito de todos e de cada um*

A 10 de dezembro de 1948, era proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), consagrando o artigo 26.º à educação como um direito de todos e de cada um:

Artigo 26.º — 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar deve ser obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

---

<sup>2</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948, art.º 26.º. Disponível na internet em: <http://dre.pt/util/pdfs/files/dudh.pdf> [Consultado em 12 de outubro de 2013].

<sup>3</sup> Cf. UNESCO, op. cit., art.º 1.º.

<sup>4</sup> Cf. Jacques DELORS et al, *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 7ª ed. Asa, Rio Tinto, 1996, p. 50.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos<sup>5</sup>.

No primeiro ponto foca-se a dimensão quantitativa do direito à educação, o acesso e a igualdade de oportunidades para todos; no segundo evidencia-se a qualidade da educação, assente em valores: proporcionar o completo e integral desenvolvimento, respeitando os direitos humanos e promovendo a paz; o terceiro ponto, afirma-se, de forma unívoca, a liberdade de escolha no género de educação para cada um, tendo a família a primazia nessa escolha.

Falar de educação como direito, obriga-nos, antes de mais, a analisar o ou os significados da palavra «educação». O dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia de Ciências de Lisboa, refere vários sentidos<sup>6</sup>: desenvolver nos indivíduos as capacidades físicas e mentais; transmissão de valores morais e normas de conduta que visam uma integração social; instrução ou formação recebida; aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de aptidões; instrução. Todos estes sentidos se aplicam ao ser humano, o que poderá indiciar e indicar ser esta uma atividade unicamente humana. Embora num animal possa também haver uma aprendizagem para a execução de uma determinada tarefa que se repete sempre da mesma maneira<sup>7</sup>, no ser humano o conhecimento obtido poderá ser sempre potenciado para que cada um atinga um elevado grau de desenvolvimento espiritual, cultivando-se e aperfeiçoando-se em ordem à sua realização pessoal. O mesmo será dizer que, sem educação, nós não seremos nós próprios. Será esta uma afirmação demasiado radical? Talvez. Porém, muito daquilo que cada um de nós é deve-o à educação que teve desde o seu nascimento, construindo e desenvolvendo uma identidade própria. Jean Piaget acentuava esta ideia, ao dizer que muito daquilo que cada ser humano é não lhe vem da hereditariedade, mas da sua aprendizagem social:

A diferença essencial entre as sociedades humanas e as sociedades animais decorre, pelo contrário, do facto de que as principais condições

---

<sup>5</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, op. cit., art.º 26.º.

<sup>6</sup> Cf. Voc. Educação, in ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, II Vol., Verbo, Lisboa, 2001, p. 1331.

<sup>7</sup> Veja-se como evidência disto a experiência conhecida como «Os cães de Pavlov».

sociais do homem – os meios de produção, a linguagem (...), os costumes e as regras de todo o tipo – não vêm determinadas, já, do interior por mecanismos hereditários completamente montados (...): essas formas de comportamento são adquiridas por transmissão exterior, de geração em geração, isto é, através da educação, e só se desenvolvem em função de interações sociais múltiplas e diferenciadas<sup>8</sup>.

Sendo a educação indispensável ao ser humano, quer ao nível pessoal, quer ao nível social, o desafio primeiro colocado aos países após a DUDH é o combate ao analfabetismo. Mas, desde logo, não só a questão da alfabetização se torna a questão universal e fundamental para o desenvolvimento humano. Nas décadas que se seguiram tenta-se ultrapassar a ideia de que bastaria a aprendizagem rudimentar da escrita e da leitura para que a alfabetização seja plenamente atingida – a alfabetização não seria um fim a atingir, mas um meio que possibilitaria a todos uma integração social e económica num mundo em constante mutação.

Porém, quarenta anos passados sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos vem lembrar que, apesar dos esforços, continuam a persistir algumas realidades que colocam em causa o direito de toda a pessoa à educação:

(...) mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; — mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento; — mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; — mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais<sup>9</sup>.

Todas estas informações vêm clarificar a dificuldade do acesso à educação básica de determinadas franjas da sociedade mundial, e a insatisfação das necessidades básicas de aprendizagem, requisitos essenciais à prossecução do direito à educação. De facto, pela educação, cada um adquire as necessidades básicas de

---

<sup>8</sup> Jean PIAGET, *Para onde vai a educação?*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990, p. 38.

<sup>9</sup> UNESCO, op. cit., preâmbulo.

aprendizagem que compreendem ferramentas essenciais para a aprendizagem – leitura, escrita, expressão oral, cálculo, solução de problemas – como, e também, conteúdos básicos de aprendizagem – conhecimentos, competências, valores e atitudes<sup>10</sup>. São estas ferramentas e conteúdos que levarão cada indivíduo a desenvolver de forma plena a sua personalidade, a reforçar os seus direitos e liberdades fundamentais, e a favorecer a compreensão, tolerância e amizade entre as nações e entre grupos raciais e religiosos<sup>11</sup>.

Da história recente do nosso país, apesar de vários esforços para a alfabetização ao longo do século XX, só em 1976 a Constituição da República Portuguesa consagra no artigo 73.º o direito de todos à educação, à cultura e à ciência, enquanto o artigo 74.º especifica como é que esse direito pode chegar a todos:

1. Todos têm o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. 2. O ensino deve ser modificado de modo a superar qualquer função conservadora de desigualdades económicas, sociais e culturais. 3. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; b) Criar um sistema público de educação pré-escolar; c) garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo; d) garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística; e) estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino; f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais; g) Promover e apoiar o ensino especial para deficientes; h) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa<sup>12</sup>.

Por fim, em 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) afirma o sistema educativo como garante do direito de todos à educação, consagrado anteriormente na Constituição da República Portuguesa:

O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente

---

<sup>10</sup> Cf. UNESCO, op. cit., art.º 1.º.

<sup>11</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, op. cit., 1948, art.º 26.º, n.º 2.

<sup>12</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série – N.º 86 – 10 de abril de 1976, art.º 74.º.

ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade<sup>13</sup>.

O direito de todos e de cada um à educação e ao processo de ensino-aprendizagem só o será se possibilitar um efetivo desenvolvimento integral da pessoa, favorecer o progresso e desenvolvimento social e a democratização da sociedade. O que está verdadeiramente em causa são as dimensões pessoal e social da educação – indissociáveis uma da outra. Quando se educa, pretende-se assegurar o desenvolvimento pessoal do educando, não só em proveito próprio, mas da sociedade em que se insere. Educar não para se obter uma orientação profissional específica ou para se moldar a determinados comportamentos da sociedade, mas educar para que cada um seja pessoa autêntica. Dessa forma, todo aquele que aprende tornar-se-á capaz de comunicar com os seus semelhantes e com outras culturas, enquanto que a escola estará a proporcionar a cada um o direito à educação. Sabemos que nem sempre é assim. Inserida numa sociedade predominantemente virada para resultados e estatísticas, a escola é hoje tentada a tornar-se numa empresa, onde conta são os resultados imediatos e a eficácia, e cujo objetivo é preparar, com qualidade, técnicos prontos a entrar no mercado de trabalho.

Quantidade não é sinónimo de qualidade e uma educação para todos não pode ser conseguida sem pensar-se na qualidade. A qualidade na educação assegura a todos e a cada um mais benefícios durante toda a vida, mas também um desenvolvimento da sociedade a todos os níveis. Assente em dois pilares fundamentais, o desenvolvimento cognitivos dos alunos e a promoção de valores e atitudes de cidadania, a educação de qualidade cria mais expectativas na vida escolar e mais possibilidades e oportunidades na vida futura.

## *1.2. Objetivos para a educação no contexto atual*

Os objetivos da educação na atualidade surgem, na generalidade, do aumento e/ou do agravamento das dificuldades económico-sociais em que vivemos, mas também do facto de vivermos numa era completamente diferente de todas as outras, a chamada «era da globalização». Se, por um lado, inúmeros progressos científicos e tecnológicos trouxeram maior bem-estar e maior qualidade de vida, por outro, desencadearam ou agravaram determinados problemas sociais, como o desemprego, a exclusão social,

---

<sup>13</sup> ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série – N.º 237- 14 de outubro de 1986, art.º 1.º.

fenómenos de pobreza, etc.. Com o desenvolvimento de novas formas de comunicação, como a internet, e mais recentemente as redes sociais, fazemos agora parte de uma rede, onde não se percebe os limites do público e do privado, e onde a verdade e a mentira por vezes se misturam e confundem.

Na área da educação, a segunda metade do século passado preocupou-se mais com a quantidade, no combate contra o analfabetismo e numa conceção de aprendizagem baseada apenas na aquisição de saberes. O processo de ensino era predominantemente teórico e desfasado da realidade social. O carácter demasiadamente académico de alguns cursos e a incapacidade da escola acompanhar a evolução rápida da sociedade, deixavam os indivíduos desarmados para as dificuldades da vida adulta. Daí que, hoje, a escola procura um caminho: munir os indivíduos com competências necessárias para lidar com as dificuldades<sup>14</sup>. Mais do que aprender coisas e dados, a educação deve dar atenção aos métodos de aprendizagem – o aprender a aprender – possibilitando a todos a necessária mediação entre as suas capacidades de compreensão e as suas potencialidades afetivas e morais.

Há quase duas décadas atrás, um relatório dirigido por Jacques Delors para UNESCO referia que:

(...) para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, durante toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver em comum*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes<sup>15</sup>.

Assim, serão necessários todos estes quatro pilares fundamentais para que a educação cumpra inequivocamente a sua missão, descobrindo que esta está mais relacionada com qualidade do que com a quantidade. Delors justificava estas necessárias funções da educação com o (re)surgir de novos problemas na sociedade como “o desenraizamento ligado às migrações e ao êxodo rural, o desmembramento das famílias, a urbanização desordenada, a rutura das solidariedades tradicionais de

---

<sup>14</sup> Cf. João FORMOSINHO et al, *A construção social da educação escolar*, 2ª ed., Asa, Rio Tinto, 1998, p. 52.

<sup>15</sup> Jacques DELORS, op. cit., p. 77.

vizinhança”<sup>16</sup>. Por tudo isto, e porque uma crise social está associada a uma crise do tipo moral, hoje, são muitos e difíceis os objetivos que se apresentam à educação.

O desenvolvimento humano assume-se, no contexto atual, como o grande objetivo da educação, o qual passa por dotar cada um dos meios necessários à plena realização humana e ao progresso da sociedade. Delors lembra que a educação “deve fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades”<sup>17</sup>. Desta forma, para este autor, a educação estará a desempenhar bem uma das suas funções que é dotar o ser humano da capacidade de gerir e promover o seu próprio desenvolvimento.

É o desenvolvimento das aptidões e habilidades que possibilita a cada um tomar nas suas mãos o seu próprio destino e ter acesso a todas as coisas de que necessita para ter uma vida verdadeiramente humana. A par dos bens primários, como a saúde, a alimentação, o vestuário e a habitação, que proporciona ao ser humano uma vida de qualidade, a educação permite-lhe o acesso a outros bens essenciais a uma verdadeira realização como a profissão desejada, a cultura, os meios de formação e informação, as formas de lazer, as formas de participação na vida cívica, etc.. A educação é “(...) também e talvez em primeiro lugar, como uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações”<sup>18</sup> concretizando assim a missão mais humanista da educação, a qual levará a que cada um adquira a total consciência da sua dignidade enquanto pessoa.

Outro objetivo, decorrente do anterior, é olhar a educação como espaço e tempo de combate contra as desigualdades e injustiças sociais. Educar para a justiça social é, antes de mais, combater a exclusão social. E a melhor forma e a combater é fazer da diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos um fator de coesão, respeitando a especificidade de cada um e deixando de impor um modelo não flexível de ensino estandardizado que menospreza os talentos individuais e abafaria as culturas tradicionais de cada povo. Um sistema educativo não pode propiciar a exclusão, mas o princípio de concorrência baseado nos resultados escolares pode traduzir-se numa prática excessivamente seletiva - o insucesso escolar pode dar origem à exclusão. A escola, promovida a espaço de todos e para todos, poderia assim transformar-se num espaço de exclusão, mas para que isso não suceda, ela deverá levar a cabo a sua nobre missão de fazer a diferença e diversidade um fator de positivo de compreensão entre todos, fundamentado em referências comuns<sup>19</sup>. Neste sentido e como explica Delors, a

---

<sup>16</sup> Jacques DELORS, op. cit., p. 46.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>19</sup> Cf. *Ibidem*, p. 45.

educação “define-se como veículo de culturas e de valores, como construção dum espaço de socialização, e como caminho de preparação dum projeto comum”<sup>20</sup>.

Na escola não pode existir qualquer construção e persecução de um projeto comum que ponha de lado os direitos humanos e que não promova a compreensão, respeito e a amizade entre todas as nações e grupos sociais, étnicos e religiosos<sup>21</sup>. No entanto, no período após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a sociedade e os sistemas educativos não valorizaram suficientemente estes aspetos. Mais preocupados com o quantitativo do que com o qualitativo, os países centraram os seus esforços no acesso de todos à educação e em questões estruturais da aplicação dos conteúdos e métodos educativos. Menosprezaram questões como a paz, os direitos humanos e a democracia, de forma que muito raramente estes aspetos foram de relevância nas diversas discussões e debates sobre os objetivos e conteúdos da educação. Só em 1974 surge de forma explícita a referência ao conteúdo do artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos numa recomendação internacional, no qual se reafirmam os grandes princípios orientadores da política educativa:

- a) Uma dimensão internacional e uma perspetiva global na educação a todos os níveis e em todas as suas formas;
- b) compreensão e respeito por todos os povos, culturas, civilizações, valores e modos de vida, incluindo as culturas étnicas nacionais e as culturas de outras nações;
- c) consciência da crescente interdependência global entre povos e nações;
- d) capacidade de comunicação com terceiros;
- e) consciência não apenas dos direitos mas também dos deveres incumbentes aos indivíduos, grupos sociais e nações entre si;
- f) compreensão da necessidade de cooperação e solidariedade internacionais;
- g) disponibilidade da parte do indivíduo em participar na resolução dos problemas da sua comunidade, país e mundo em geral<sup>22</sup>.

Segundo esta orientação, os princípios que devem orientar a educação assentam na ideia de que a humanidade é um todo e que a interdependência que existe entre indivíduos, grupos sociais e povos procura mobilizar consciências para a necessidade de interajuda, para o respeito dos direitos humanos e para a exigência de equidade que deve orientar qualquer política ou processo educativo. A educação é um

---

<sup>20</sup> Jacques DELORS, op. cit., p. 45.

<sup>21</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, op. cit., art.º 26.º, nº 2.

<sup>22</sup> UNESCO, *Recomendação da UNESCO sobre a educação, cooperação e paz internacionais e educação relativa aos direitos humanos e liberdades fundamentais*, Paris, 1974, 4. Disponível na internet em: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_20/IIIIPAG3\\_20\\_2.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIIPAG3_20_2.htm) [Consultado em 12 de outubro de 2013].

dos principais meios para a construção de uma cultura de paz. Neste sentido, a educação para os direitos humanos assume uma especial importância.

No contexto atual, algumas décadas depois da aprovação, os direitos humanos adquirem uma importância redobrada, já que continuam a existir violações constantes desses mesmos direitos, pondo em causa a liberdade e a dignidade da pessoa humana. Posto isto, questiona-se, então, se a educação para valores não será também um dos objetivos essenciais da educação.

Em 1990, a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos afirmava que “outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. É nesses valores que os indivíduos e a sociedade encontram a sua identidade e a sua dignidade”<sup>23</sup>. Na verdade, sabemos que qualquer tipo de educação, pelo menos de forma implícita, transmite sempre valores. Mas, terá a escola por missão educar para valores de forma explícita? Assistimos todos os dias a um célere desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade, o que obriga a escola a lançar-se para novas fronteiras do conhecimento. Porém, que adianta ao ser humano acumular cada vez mais conhecimentos, ter meios técnicos e tecnológicos para satisfazer necessidades e anseios, se não for educado para valores, que se certa forma deem sentido à sua existência e valorizem esses mesmos meios? Sem os valores na educação e na vida concreta das pessoas, a ciência, a técnica e o mecânico tendem a apoderar-se do ser da pessoa, transformando-a numa espécie de androide, sem consciência de pessoa livre, autónoma e solidária, pondo em causa a sua auto-realização. Ensinar a não-violência, a não-discriminação, o praticar da solidariedade, o testemunhar da igualdade e a amizade entre todos, são valores que a escola não pode deixar de dar relevância e promover. A melhor forma de o fazer é dar a conhecer toda a riqueza da diversidade das pessoas e povos do mundo em que vivemos, e, ao mesmo tempo, levar as pessoas a tomar consciência da necessária interdependência entre todos<sup>24</sup>. Desta forma, é mais cada um colocar-se na posição do outro, evitando preconceitos e pré-conceitos, intolerâncias, fundamentalismos, ódios e violências. Contudo, é necessário não confundir veiculação de valores culturais e valores morais comuns com a transmissão ou imposição de normas que regulam os comportamentos.

Outro dos objetivos para educação no contexto contemporâneo é a necessidade de uma educação permanente. Um direito que a todos assiste e que consiste em esperar que a educação prepare cada um para o resto da sua vida. Logo, baseada

---

<sup>23</sup> UNESCO, *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien, 1990, art.º 1.º.

<sup>24</sup> Jacques DELORS, op. cit., p. 84.

essencialmente no aprender a aprender, e não na mera aquisição de saberes. Assim, a educação permanente é uma forma dinâmica de encarar a educação, é todo o processo de formação do ser humano desde o seu nascimento até à sua morte.

Os objetivos da educação até agora enunciados só são atingíveis quando e onde a escola for plural. O princípio do pluralismo, base essencial da educação no contexto global, perpassa por todos os objetivos. Por sua vez, sem o compromisso e a tolerância, o pluralismo seria uma palavra proferida em vão. Ante os horizontes de um planeta cada vez mais global e globalizado, onde se processa uma comunicação à escala global e onde cada vez mais há uma interdependência entre os povos, o mundo e as pessoas vivem numa situação inédita de tensão que se reflete no relacionamento social. O crescimento económico e o progresso não trouxeram necessariamente mais desenvolvimento humano. Pelo contrário, as desigualdades e as exclusões sociais acentuaram-se, a abertura e o espírito democrático foram afetados. Não basta coesão social, é necessário passar-se a uma participação democrática efetiva. Não basta o crescimento e desenvolvimento económico, é preciso e necessário o desenvolvimento humano. Por isso, a educação no século XXI deve concentrar a sua atenção na compreensão do mundo e do outro, no aprender a conviver com os outros e no aprender a ser. Esta conciliação só é possível em espírito de tolerância, a qual, por sua vez, deve ser educada. A escola tem compromissos claros nesta matéria: “Compete à escola explicar aos jovens o substrato histórico, cultural ou religioso das diferentes ideologias”<sup>25</sup>.

Além de toda a riqueza humana que proporciona, o pluralismo cultural só acarreta benefícios quer para os educandos, individualmente falando, quer para as sociedades. Educar para o pluralismo é educar para um mundo onde todos ficam a ganhar, cada um e cada comunidade. A escola não tem sentido se não for global, onde a abertura, como aceitação das diferenças e respeito pelo outro, é a única forma de combater qualquer forma de exclusivismo e individualismo. Uma escola plural assenta na capacidade que ela tem em aceitar as diferenças e em “assumir a diversidade e a pluri pertença como uma riqueza, (...) um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas”<sup>26</sup>. Numa escola para todos deve ser possível o desenvolvimento da identidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, onde cada ser humano deve aprender a viver em plenitude com outros diferentes. Esta é também uma tarefa nobre da educação: a de despertar em todos, segundo as tradições e convicções de cada um, respeitando inteiramente o pluralismo, a elevação do pensamento e do espírito para o universal.

---

<sup>25</sup> Jacques DELORS, op. cit., p. 51.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 50.

### 1.3. Educação para valores

Valor é uma palavra de origem latina (*valere*) que significa valer a pena, importância, vigor. Se vale a pena é, por isso mesmo, algo que desejamos e pelo qual vale a pena lutar, porque tem importância para nós. Mas será que as coisas têm valor porque as desejamos ou as desejamos porque têm valor? Há valor *à priori* nas coisas ou somos nós que lhes damos ou atribuímos valor? De facto, temos de esclarecer esta questão: diferença entre valor e valoração. Os valores têm duas dimensões, uma objetiva e outra subjetiva. Como valor, ele existe *à priori* (objetivo) antes de alguém lhe atribuir uma determinada valoração (subjetivo).

Os valores são princípios orientadores que ajudam e norteiam a vida das pessoas, servindo de critério e norma para as suas escolhas e decisões. Há uma grande variedade de valores que varia de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de país para país, de cultura para cultura. Os mesmos valores não têm em todo lado exatamente a mesma valoração. Ou seja, o *valor* que um valor pode ter na nossa cultura ocidental, pode não ter a mesma importância num país africano ou asiático. No caso dos valores morais, essa ou essas diferenças podem ser ainda mais acentuadas.

A escola é um espaço privilegiado de multiculturalidade, deverá ela transmitir valores, assumindo o facto de eles poderem não ser aceites da mesma forma por todos? E se os valores mudam de cultura para cultura, se muda a sua valoração, que valores devem, então, ser transmitidos na escola multicultural? Não podemos esperar consenso em torno deste assunto. No entanto, há valores que pelo seu carácter universal reúnem em torno de si cada vez mais consenso. É o caso dos valores associados ao respeito pela vida e pela dignidade humana. Esses são universais, válidos e validados em todas as culturas. Os valores não podem, nem são, ensinados como uma matéria de uma determinada disciplina curricular. Eles podem e devem ser explicados e explicitados com a ajuda da razão, mas necessitam sempre de um compromisso e responsabilização pessoal, exigem um processo de adesão.

A escola enquanto espaço de multiculturalidade é, assim, espaço privilegiado para a diversidade de valores. Mas esta diversidade não é, nem pode, ser sinónimo de relativismo ético. A diversidade é sempre riqueza e potencial a desenvolver, mas, no processo educativo, é extremamente necessário que o relativismo seja ultrapassado. Mas para ultrapassar o relativismo não podemos deixar cair numa espécie de doutrinação, com a finalidade de universalismo. Esta deve ser evitada porque se baseia num método que se rege pelo constrangimento, pela manipulação de consciências

tendo como fim atingir determinados objetivos. Para combater o relativismo ético, o educador não pode tomar uma atitude de indiferença, a própria educação ficaria em causa. Para um educador é mais coerente e, provavelmente, mais proveitoso que se assuma uma posição pessoal em relação a uma suposta hierarquia de valores e, numa atitude de tolerância, ser-se recetivo em relação a outras hierarquias de valores.

No caso específico dos valores morais, as dificuldades em educação aumentam, atendendo a vários fatores. Primeiro, os valores morais variam conforme o estágio de desenvolvimento de cada indivíduo e em função do tipo de filosofia que lhe está subjacente. Depois, porque os valores morais não implicam uma obrigatoriedade social para quem o quer cumprir, sendo apenas uma espécie de interesse pessoal que exige, no seu cumprimento, sacrifícios e renúncias. Este, por sua vez, só faz sentido e só terá valor se for sacrifício de interesses, sejam pessoais ou coletivos, sem qualquer tipo de recompensa e sejam realizados de forma totalmente livre, em vontade e fundamentados na razão. Para terem valor, os valores devem ter um fundamento racional e ao mesmo tempo exercidos em plena liberdade. Mas a nossa liberdade nunca é total: as nossas circunstâncias e a liberdade dos outros limitam-nos. Os outros que nos rodeiam são, de facto, um elemento essencial, por isso, ao agir em liberdade não nos deve faltar nunca o sentido do dever<sup>27</sup>.

O objetivo da educação moral é a formação de uma consciência nas crianças, adolescentes e jovens que os ajude a discernir, em pleno exercício de liberdade e responsabilidade, aquilo que deve ser feito ou não, por si e pelos outros.

Em educação, por vezes, surge a dificuldade em aceitar os valores morais porque para muitos eles estão intimamente ligados ou conotados a confissões ou credos religiosos. A educação moral assenta ou deve assentar, primeiramente, no ser humano. É ele o elemento fundante deste tipo de valor. Por isso, contestar os valores morais é, no fundo, por em causa o valor próprio e inegável da pessoa humana. É verdade que os valores como o não roubar, o não matar, o ajudar o próximo estão ligados à religião, mas o seu fundamento e a sua finalidade é a pessoa. Não podemos ver os valores morais como códigos religiosos, mas sim como integrantes do código humano. Não há fundamento para pormos em causa a educação para valores morais em contexto escolar, mas há fundamento para contestar algumas das técnicas e metodologias utilizadas nesse processo e que não preparam aqueles a quem ela se dirige para uma maturidade autónoma em cidadania.

Ao afirmar que a educação tem como princípio e fim essencial o desenvolvimento integral do ser humano na sua dimensão, Jacques Delors sintetiza num só objetivo os

---

<sup>27</sup> A sentença popular afirma: *Não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti.*

grandes objetivos da educação no século XXI, e ao mesmo tempo resolve a questão da compatibilidade entre educação para todos e a melhor educação para cada um. De facto, uma educação para todos é aquela que garante o melhor desenvolvimento e identidade de cada um<sup>28</sup>, mas é também aquela que promove uma formação moral e social ensinando cada um a (con)viver com os demais. Por isso, numa escola plural de compromisso com a tolerância a educação para valores deve visar a plena explanação da personalidade humana, assente nos direitos humanos e liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade<sup>29</sup>.

## **2. Um caminho de compromisso**

A educação moral é um facto necessário aos indivíduos e ao social, tendo por finalidade levar tanto os indivíduos como os grupos sociais a agir sempre em conformidade com determinados princípios e a enfrentar a realidade com espírito aberto e crítico. Hoje em dia, os problemas decorrentes da era da globalização também não podem deixar indiferentes aqueles que fazem parte ativa no processo educacional. Delors dizia que “compete à escola explicar aos jovens o substrato histórico, cultural ou religioso das diferentes ideologias para ajudar os alunos a construir o seu próprio sistema de pensamento e de valores”<sup>30</sup>, mas esta explicação tem que ser dada de forma séria e delicada para que tanto as ideologias políticas como a religião sejam abordadas de forma imparcial. Sendo estas importantes, contudo não podem condicionar e manipular as pessoas nas suas opções em matéria de valores. A formação moral e cívica das crianças, adolescentes e jovens tem de ser encarada com mais cuidado por toda a comunidade educativa. Mas, comunidade educativa não é apenas e só a escola, mas também a família, as instituições civis, as religiões organizadas, etc.. Todas são convocadas a fazer parte e a participar ativamente na comunidade educativa.

Percebemos que a comunidade educativa é, hoje, muito mais do que o espaço escola. Em todos os momentos da vida, as crianças, adolescentes e jovens estão inseridos num processo educacional de valores, porque em cada momento estão inseridos numa determinada instituição. Assim sendo, neste processo contínuo de educação para valores, cabe-nos questionar de que forma tem esta educação sido orientada e ensinada? Com teorias e ideologias, separadas da vida concreta das

---

<sup>28</sup> Cf. UNESCO, op. cit., art.º 1.º.

<sup>29</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, op. cit., art.º 3.º, n.º 2.

<sup>30</sup> Jacques DELORS, op. cit., p. 43.

peças, num mero formalismo? Ou comprometida, levando cada um a adquirir o sentido da responsabilidade e a participar ativamente na vida social?

### 2.1. *Uma escola de compromisso*

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, o ponto seguinte deste trabalho mostra-nos que a escola não é uma instituição neutra, mas realidade que assume responsabilidade e compromisso na educação para valores.

#### 2.1.1. *Compromisso ad extra*

Inserida na comunidade, a escola é uma instituição social que existe para dar continuidade a um processo educacional iniciado em contexto familiar. Como primeira comunidade, a família tem um papel crucial na formação de qualquer indivíduo, mas é a escola que tem a responsabilidade de complementar a sua formação pessoal e social, em ordem a uma socialização e aquisição de competências sociais necessárias a uma vida ativa. O problema é que nem sempre a escola é vista como um complemento à instituição familiar. Por vezes é vista e encarada como uma alternativa à instituição familiar:

A escola tem sido encarada, muitas vezes, como uma ameaça ao lar, pelo menos em dois sentidos: no enfraquecimento da influência parental e dos valores familiares, substituindo-a pela diferente e talvez muito estranha influência dos professores; e no enfraquecimento do sentido de responsabilidade dos pais, ao assumir os deveres dos cuidados infantis que, legitimamente, deveriam caber aos pais. Antigamente os pais, e talvez alguns ainda hoje, viram [mesmo] a escola como uma das principais fontes de vício e de séria contaminação moral<sup>31</sup>.

Contudo, para este autor, as novas responsabilidades educacionais da escola não rivalizam com as da família, pois, em matéria educacional, a escola acabou por ser não um concorrente, mas um aliado da família<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Frank MUSGROVE, *Família, Educação e Sociedade*, Rés Formalpress, Lisboa, 2002, p. 25.

<sup>32</sup> Cf. *Ibidem*, p. 41.

A recente história humana<sup>33</sup> trouxe grandes mudanças relativamente à educação das crianças, adolescentes e jovens: as famílias delegam nos jardins-de-infância, nas escolas pré-primárias e nas restantes instituições educacionais parte do processo educacional que até então era realizado em contexto familiar. Esta mudança, em vez de ser considerada negativa, é vista como vantajosa, pois deste modo, garante-se para todos a igualdade de oportunidades desde o início da vida, todos têm o mesmo ponto de partida. De início como uma necessidade, esta realidade começa a ser normalizada nas diferentes sociedades. Hoje em dia, e sem se fazer julgamentos de valor, pais de todo o mundo despejam os filhos na escola e, depois do período escolar normal, ainda os colocam a frequentar diversas atividades de ocupação de tempos livres. Uns fazem-no para poderem ficar a trabalhar, outros para poderem ficar com esse tempo livre só para si, abdicando quase por completo da educação familiar dos seus filhos.

A escola e a família não podem funcionar num paralelismo perfeito, mas ambas devem interligar-se para melhor servir a pessoa humana. A escola não pode ser apenas e só um local de despejo, onde pais, diariamente, colocam os filhos, delegando e responsabilizando unicamente os professores pelo processo educativo.

Não sendo a única detentora do saber, nem a única responsável pela educação, à escola cabe, de forma desprendida, repartir o seu poder pelos diversos intervenientes educativos. Porém, não é fácil partilhar esse poder e estabelecer pontes com outros intervenientes no processo educacional. É necessário que as escolas se abram ao envolvimento de todos os intervenientes no processo educacional: os pais, as organizações e associações envolventes. A colaboração com estes depende, relativamente ao processo de ensino-aprendizagem, antes de mais, da iniciativa e convite dos professores.

O envolvimento de todas estas entidades neste processo é uma exigência e uma necessidade. Exigência porque faz jus à sociedade democrática em que vivemos, onde cabe aos pais a decisão sobre o tipo de educação que desejam para os seus filhos<sup>34</sup>. Sobre a escola recaem responsabilidades no tipo de educação e no projeto educativo para os alunos para que não se defraudem expectativas e a formação original da família. Também é necessidade porque, como já foi dito, o envolvimento de todos melhora o aproveitamento escolar dos alunos, e contribui, de forma preventiva, para a resolução de problemas graves, como a indisciplina e a violência, a exclusão social, etc.

---

<sup>33</sup> Recorde-se neste aspeto o facto de durante a Segunda Guerra Mundial, pelas enormes baixas dos soldados mortos em combate, as mulheres terem sido obrigadas a sair de suas casas e ir trabalhar nas fábricas, colmatando desse modo a escassez de mão-de-obra.

<sup>34</sup> Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, op. cit., art.º 26.º, n.º 3.

### 2.1.2. Compromisso *ad intra*

Por tudo o que já dissemos anteriormente em relação a outros intervenientes no processo educacional, percebemos que a escola assume, mesmo assim, como a entidade com mais responsabilidades educacionais, já que outras não conseguem responder de forma adequada e satisfatória aos desafios e interrogações da sociedade atual. Com maiores exigências na sua função educativa e educadora, a escola e toda a comunidade escolar é chamada a ajudar crianças, adolescentes e jovens a estruturar o seu sistema de valores e padrões de conduta tendo em vista não só a sua formação pessoal, mas também a sua inserção na sociedade. Percebe-se, deste modo, a exigência de uma educação moral em contexto escolar:

(...) a educação moral tem por finalidade integrar na personalidade de cada um e nos axiomas que regem o funcionamento dos grupos sociais o respeito e a defesa de certos princípios morais para levar, assim, tanto os indivíduos como os grupos a agir sempre em conformidade com esses princípios e a enfrentar a realidade com espírito aberto e crítico<sup>35</sup>.

Não significa isto que a escola tenha obrigatoriamente de enveredar por um qualquer tipo de doutrinação, mas tão-somente assuma o compromisso inerente à sua própria função de formação moral e cívica das crianças, adolescente e jovens dos nossos dias. As consequências de uma atitude de total indiferença em relação a este aspeto seriam claramente gravosas, quer para alunos, quer para a nossa sociedade em geral.

O que é facto é que as nossas escolas, influenciadas por políticas educativas diversas e em constante mudança, foram perdendo o hábito de educar para o aprender a ser e para o aprender a ser com os outros<sup>36</sup>. Acresce a isto, o facto dessas políticas educativas privilegiarem a importância de uma reestruturação do conhecimento científico, reforçando as componentes intelectuais da educação e negligenciando os aspetos morais.

Para que da escola se obtenham resultados no domínio da educação moral é necessário que ela se debruce, com regularidade, sobre valores, princípios e regras, e faça as suas escolhas não só em função das necessidades de cada escola e da

---

<sup>35</sup> UNESCO, *A escola e a educação moral face aos imperativos do mundo contemporâneo*: relatório final da reunião de peritos da UNESCO em Sófia, Bulgária, 1978-04-24/29. Paris: UNESCO. Ed-78/Conf. 631/4, in SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Igreja, educação, escola: a educação moral e o ensino religioso; a escola católica*, coletânea de documentos, SNEC, Lisboa, 1981.

<sup>36</sup> Cf. Jacques DELORS, op. cit., p. 77.

comunidade que a envolve, mas também tendo em consideração novos e diversos desafios a que a sociedade está permanentemente sujeita. Nesta escolha, juntamente com a escola, deverão estar comprometidas todas as faces da comunidade educativa, nomeadamente as famílias, as religiões organizadas, que são, de facto, partes integrantes na formação moral de todos. Não significa isto o adotar de um qualquer sistema ético, ideológico ou religioso, mas de refletir profundamente sobre os valores que se querem e definir de forma clara os caminhos a percorrer neste domínio. A falta de transparência por parte da escola, da família ou comunidade, além de permitir que sejam outros a ditar comportamentos, acarreta perdas de autonomia moral das crianças, adolescentes e jovens perante tão contraditórias fontes de formação e informação que lhes chegam vindas de contextos onde não estão inseridas.

Variando de sociedade para sociedade, a forma como essa responsabilidade da educação moral é assumida, para a UNESCO seria desejável que os programas possibilitassem aos jovens o desenvolvimento da sua autonomia moral para se comprometerem a agir de acordo com as suas convicções:

Em certos casos, por exemplo, a escola é considerada como um refúgio relativamente seguro, onde os estudantes podem pôr à prova as suas próprias ideias ao mesmo tempo que vão construindo uma ética pessoal. Noutros, a escola desenvolve uma visão do mundo (“Weltanschauung”) bem determinada, no interior da qual os estudantes são estimulados a desenvolver a sua aptidão para a ação moral num espírito criativo. Noutros ainda, a escola empenha-se, desenvolvendo por vezes esforços consideráveis, em ajudar os estudantes a *comprometer-se*, a saberem lançar-se na ação para se oporem às práticas ou às crenças que eles julgam imorais<sup>37</sup>.

Sobre as múltiplas medidas a adotar em cada um dos Estados membros, sugeridas no referido documento da UNESCO, para melhorar a educação moral, destacaria as seguintes:

— Reforçar a coordenação entre a escola e outras instituições sociais que tenham um papel a desempenhar na educação moral (...); — chamar a atenção para as possibilidades de iniciação à educação moral oferecidas pelo programa de estudos, pelas atividades circum-escolares e pela própria estrutura da escola (...); — financiar investigações sobre a educação moral (...); — avaliar os manuais e programas existentes

---

<sup>37</sup> UNESCO, op. cit., p. 17.

numa perspectiva da educação moral e, nos casos em que não sejam adequados, favorecer as iniciativas que visem elaborar outros novos; (...) — Os educadores e formadores deviam: prestar mais atenção à educação moral dos seus alunos, seja qual for a matéria que ensinem; (...) ligar o ensino ministrado na aula às possibilidades de participação na vida social fora da aula (...); adaptar os seus métodos de trabalho e concepções de educação moral ao grau de maturidade e à experiência das crianças; continuar sensíveis à sua dupla missão, que é a de iniciar os seus alunos nas normas culturais e nas crenças dominantes, e, ao mesmo tempo, a de os preparar para se tornarem pessoas autónomas capazes de questionar sobre as crenças e as práticas correntes e de sugerir meios para as melhorar; favorecer a aquisição de competências que possibilitem aos alunos desempenhar melhor um papel ativo na sociedade; (...) utilizar todo um conjunto de métodos, tradicionais ou inovadores, que acentuem nas crianças o sentido da sua dignidade e aumentem a capacidade de julgamento no plano moral; fornecer aos alunos informações sobre outras culturas e sobre os problemas mundiais (...); proporcionar aos professores possibilidades de formação inicial e contínua que lhes permitam assegurar a educação moral dos jovens guiando-os com mais tato e competência<sup>38</sup>.

No caso do sistema de ensino português, a formação moral e cívica está prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada a 14 de outubro de 1986, sobretudo no artigo 3.º, quando afirma que o sistema educativo organiza-se de forma a:

b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico; c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens; d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas; e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação<sup>39</sup>;

---

<sup>38</sup> UNESCO, op. cit., pp. 26-29.

<sup>39</sup> ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, op. cit., art.º 3.º.

É de salientar a preocupação pelo desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, o qual engloba a formação do carácter e da cidadania, a preparação do indivíduo para uma reflexão consciente e, conseqüentemente, responsável sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos. O princípio do pluralismo está também presente ao assegurar o direito à diferença e ao desenvolvimento de capacidades consoante os interesses e vocação de cada um.

O Decreto-Lei 286/89, de 29 de agosto, veio reafirmar a importância do desenvolvimento pessoal e social dos alunos onde se afirma:

Todas as componentes curriculares dos ensino básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos, favorecendo, de acordo com as várias fases de desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos<sup>40</sup>.

Segundo este Decreto-Lei, a responsabilidade da formação da personalidade dos alunos é imputada a todas, sublinha-se o “todas”, as componentes curriculares.

## *2.2. O papel do educador na formação moral*

Um professor ou um educador vive, no ato de ensinar ou educar, da comunicação. Para um professor, a imagem e a palavra são de extrema importância. Se alguma delas não funciona corretamente, os resultados tendem a não ser os mais satisfatórios. Ora, se isto é válido para qualquer uma das áreas científicas, muito mais o é no domínio da educação moral. Este é um domínio que exige muito da parte de um professor ou educador, quer sob o ponto de vista científico, quer sobre o ponto de vista ético. Um dos autores que evidencia este aspeto é Paulo Freire, sublinhando a responsabilidade ética na tarefa docente, seja qual for a área da docência. Para ele, a ética do docente no exercício e desempenho da sua função fundamenta-se na própria ética universal do ser humano, e deve ser orientada pela verdade e pela transparência de ideias e atitudes:

---

<sup>40</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Decreto-lei n.º 286/89 de 29 de agosto in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série – N.º 198 – 29 de agosto de 1989, art.º 7.º.

Posso não aceitar a concepção pedagógica deste ou daquela autora e devo inclusive expor aos alunos as razões por que me oponho a ela mas, o que não posso, na minha crítica, é mentir. (...) O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua rectidão ética<sup>41</sup>.

Por isso, o autor propõe uma aliança entre a estética e a ética quando estamos ante uma atividade como é o ensino. E acrescenta:

(...) transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu carácter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substancialmente formar<sup>42</sup>.

O professor não é, nem pode ser, um mero instrutor, mas um formador. Não deve preocupar-se exclusivamente com a transmissão de informações, mas em fornecer, aos discentes, ferramentas necessárias à sua existência concreta. Em matéria de educação moral, esta é uma tarefa árdua, para a qual se exige que o professor ou educador esteja devidamente preparado, adquirindo e evidenciando diversas competências e muita sensibilidade.

Uma das medidas mais importantes para melhorar a educação moral nas escolas é a necessidade de uma formação adequada aos professores, a qual passa pela formação contínua dos mesmos. Formar-se para formar. Para se ser capaz de responder aos desafios da educação para valores, o professor ou educador tem de conhecer bem os seus alunos, possuir a capacidade de captar a sua maneira e forma de ser, o seu discurso e visão que têm sobre as coisas, assim como compreender todo o processo de aprendizagem e de crescimento em várias idades e estados de desenvolvimento pessoal.

Grande parte do valor de um educador está intimamente relacionado com a coerência de vida, ou seja, a conformidade entre o seu ser e o seu agir, entre as suas ideias e a sua ação. Em questões de comportamento, ele não pode dissociar aquilo que ensina daquilo que vive. Para Freire, o exemplo do educador, do mestre, corporiza as palavras ensinadas, quando afirma: “Não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que rediz em lugar de desdizê-lo”<sup>43</sup>. No específico caso da disciplina de

---

<sup>41</sup> Paulo FREIRE, *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, São Paulo, 1996, p. 18.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 38.

Educação Moral e Religiosa a coerência entre aquilo que se ensina e aquilo que se vive deve ser maior. Assim, nesta disciplina, o educador deve testemunhar as atitudes características de cada especificidade religiosa e não ser apenas um professor conhecedor de todas as religiões e não comprometido com nenhuma. Para ter uma conduta moral apropriada, o docente deve atingir a mais alta qualidade de julgamento moral de que seja capaz<sup>44</sup>. Mas, para se ter uma boa conduta, não basta saber o que se deve fazer; é necessário também que a pessoa moral esteja firmemente resolvida a dar prova do sentido das suas responsabilidades, optando, tanto quanto ela possa julgar, pelo que é o melhor. Isto porque, em educação moral, todos os métodos a utilizar vão para além da transmissão de informação e de saberes, para assentarem sobretudo em atitudes e no comportamento<sup>45</sup>. Por parte do aluno, atitudes e comportamento que o ajude a construir uma personalidade autónoma, capaz de uma participação ativa, responsável e criativa na sociedade. Por parte do educador, as atitudes e o comportamento que fazem dele modelo e exemplo a seguir.

Uma outra importante característica do professor é a autoridade. Ela é importante em todo o processo educacional. E autoridade não significa autoritarismo, porque este provoca insurreição no educando. Mas a ausência de autoridade ou o excesso de liberdade<sup>46</sup> provoca desequilíbrios graves. Mas que tipo de autoridade é esta que leva à obediência? Porque obedece, ou deve obedecer, uma criança, um adolescente ou um jovem a um adulto? Por medo? Por necessidade de compreensão, de amor? Na obediência poderá existir um misto de amor e de medo, fundado no sentimento de respeito pelo outro. Este sentimento baseia-se nos valores e leis morais que determinado indivíduo consubstancia.

A autoridade de um professor fundamenta-se no respeito que os alunos têm por esse mesmo professor, e nada adianta a este implementar um clima de medo para que lhe obedçam. A autoridade de um docente não pode, de maneira nenhuma, exercer-se através da força, nem através de uma disciplina imposta do exterior, mas deve basear-se e fundamentar-se na imagem ou modelo que ele representa para o aluno. A autoridade deve apresentar-se como obrigação moral<sup>47</sup>. Por parte do aluno, em saber ouvir, por parte do educador, como exigência do ser, entendida como consequência lógica da função que exerce.

Do ponto de vista moral, as regras e a disciplina moral, impostas exteriormente, de forma unilateral, não ajudam ao crescimento e desenvolvimento autónomo, antes reduzem e exterminam a personalidade moral de um indivíduo. Jean Piaget explica que,

---

<sup>44</sup> Cf. UNESCO, op. cit., 15.

<sup>45</sup> Cf. *Ibidem*, 35.

<sup>46</sup> Entendida como libertinagem;

<sup>47</sup> Cf. Manuel Alte da VEIGA, *Um perfil ético para educadores*, Palimage Editores, Braga, 2005, pp. 70-72;

quando imposta do exterior, a disciplina “produz uma espécie de compromisso entre a camada exterior dos deveres ou das condutas conformistas e um eu sempre centralizado em si mesmo, porque nenhuma atividade livre e construtiva lhe facultou uma experiência de reciprocidade com os outros”<sup>48</sup>. Por isso, não cabe ao educador impor a disciplina, esta deverá impor-se naturalmente pela autoridade que o educador representa e significa.

A autoridade entendida como o exercício de poder por parte de um indivíduo que lhe permite exercer influência sobre outros é uma verdadeira arma que pode levar a uma doutrinação. No caso especial da educação para valores, é fácil cair nesta armadilha, já que é impossível ser-se totalmente neutro. Por isso, para que não se caia num doutrinamento, exige-se que o educador faça um esforço extra para ser imparcial. Sem ocultar a sua opinião pessoal, o educador será mais imparcial quanto mais apresentar a pluralidade dos pontos de vista sobre um determinado tema ou questão, tentando esclarecer e sabendo justificar. Deste modo, pretende-se que os alunos formem a sua própria opinião, livre de qualquer opinião ou ideia de outros, mas sustentada nas várias argumentações dos intervenientes e na sua própria razão.

### *2.3. A educação moral e religiosa na escola*

Entre os vários agentes que concorrem para a educação moral surge a religião organizada, que no passado era a mais importante referência no campo da moral não só na escola como também na sociedade em geral. A par das escolas e das famílias, e variando de sociedade para sociedade, a religião organizada continua a estabelecer comportamentos individuais e sociais.

Sem dúvida que a linguagem religiosa também contribuem para o completo desenvolvimento integral e harmonioso de qualquer aluno. Esta é “a que exprime as inquietações e luzes, as buscas e encontros, no cerne das perguntas essenciais do homem, traduzida, por virtude do carácter social do mesmo homem, numa simbologia de pertença a determinada comunidade”<sup>49</sup>. O saber religioso será a chave hermenêutica para encontrar respostas com sentido para a vida e para a história. O seu objetivo primordial é fazer descerrar e crescer nos alunos capacidades que os tornem mais pessoas e que os ajudem a valorizar tudo o que a vida tem de perfeito e bom.

---

<sup>48</sup> Jean PIAGET, op. cit., p. 82.

<sup>49</sup> José Pereira da Silva QUERUBIM, *O saber religioso, factor de cultura e educação*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005, p. 24.

Proporciona a reflexão sobre questões importantes da vida (eu, pessoa, família, tempo livre, profissão, dinheiro, desporto, religião, amor...) e sobre valores, facilitando uma qualificada interpretação da vida e do mundo, através de uma apropriada hermenêutica religiosa-teológica. E isso tem, naturalmente, repercussões no estilo de vida, nas atitudes, nas relações, nas escolhas profissionais e nos comportamentos. Trata-se, na prática, de desenvolver a competência religiosa<sup>50</sup>.

Esta aptidão, por si só, levaria o aluno a ter condutas e atitudes de altruísmo, de ir ao encontro do outro, porque a mensagem cristã assim o propõe: como filhos de um mesmo Pai, todos somos irmãos.

O ensino religioso não pode assentar apenas no pilar do aprender a conhecer, como muitas vezes se pretende. O estudo das religiões interessa à escola apenas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da tolerância e da solidariedade entre todas as pessoas, grupos e nações. Em contexto escolar, a educação moral e religiosa, seja qual for a confissão religiosa, não tem como prioridade a função catequética, fundamentada no anúncio querigmático, com o objetivo de despertar no recetor o fenómeno da fé, antes a de formar pessoas, ajudando a construir e valorizando a identidade de cada um.

A fé é uma decisão pessoal, expressão de um caminho que se faz e que, primeiramente, deveria assentar em valores como a liberdade, a solidariedade, a amizade, a justiça e a paz, valores esses consignados há muito na DUDH. De facto, os valores religiosos devem ser apresentados, antes de mais, como valores humanos, sempre em respeito pela dignidade de cada pessoa, no bom relacionamento entre todos, na fraternidade universal de raças e povos distintos, na procura da verdade e da bondade, da justiça e da paz.

A educação moral e religiosa na escola poderá também ajudar à promoção dos direitos humanos. Esta é a posição assumida por alguns autores. Juan Souto Coelho, num artigo sobre a temática<sup>51</sup> afirma que a religião cristã fundamenta a sua moral em mandamentos que, no fundo, são deveres que traduzem os direitos fundamentais do ser humano:

- a) *Não matarás!* - Que exprime o direito à vida, à integridade física e psíquica, à não-violência, à paz.

---

<sup>50</sup> Marco GOMES, *Competências em Educação Moral e Religiosa Católica e Desenvolvimento de Capacidades e Atitudes*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005, p. 108.

<sup>51</sup> Cf. Juan Souto COELHO, *Os direitos humanos no contexto da Educação Moral e Religiosa Católica*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005, pp. 207-208.

- b) *Não roubarás!* - Que exprime o direito à justiça, a um trabalho digno, a uma remuneração justa, a dispor dos recursos naturais com sentido do bem comum.
- c) *Não mentirás!* - Que traduz o direito de poder de expressar livremente a verdade.
- d) *Não prostituirás!* – Que exprime a não instrumentalização por parte ninguém, seja em que circunstâncias for.

Ainda segundo o mesmo autor, “a EMRC contribui para formar bons cidadãos, isto é, pessoas que, desde as primeiras idades, conhecem, respeitam e defendem os direitos e deveres próprios e os dos outros; aprendem a dialogar sobre o fundamento sólido da boa convivência”<sup>52</sup>.

Mas não é apenas o Cristianismo, e mais concretamente a Igreja Católica, que pode ser veículo válido de promoção dos direitos humanos na escola, mas também todas as outras religiões. Numa análise às características e fundamentos doutrinários e a alguns dos seus testemunhos, facilmente encontramos nas religiões mais representativas da humanidade essa preocupação pelos direitos humanos. Lembramos alguns exemplos:

- a) No *Hinduísmo* o princípio da não-violência;
- b) No *Confucionismo* o sentido da reciprocidade;
- c) No *Budismo* a preocupação pela pessoa humana minorando o sofrimento humano;
- d) No *Judaísmo* o sentido da justiça;
- e) No *Islamismo* a preocupação pelos mais pobres e mais fracos (órfãos, viúvas, crianças, mendigos, etc.).

A função do ensino religioso em contexto escolar terá, necessariamente, de passar por uma reestruturação para continuar a ter uma palavra importante no âmbito da formação pessoal e social. Alguns autores, como José António Ribeiro, pensam estarmos num momento de “viragem ético-cívica do papel da religião na escola, [a qual] pretende contribuir para criar as premissas dos valores, como a tolerância e o diálogo com o diferente e para educar os costumes de convivência democrática necessários numa tal sociedade”<sup>53</sup>. Qualquer mudança ou reestruturação passaria por integrar o ensino religioso no quadro das disciplinas humanísticas e sociais, como um elo de continuidade e integralidade cultural e como uma referência importante na interpretação

---

<sup>52</sup> Juan Souto COELHO, *Os direitos humanos no contexto da Educação Moral e Religiosa Católica*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005, p. 208.

<sup>53</sup> José António Queirós RIBEIRO, *A situação actual do ensino escolar da religião na Europa*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005, p. 47.

da história e da cultura<sup>54</sup>. Segundo este mesmo autor, alguns países da Europa, como a Bélgica, a Alemanha e a Espanha, estão já a fazer este percurso. O modelo de ensino religioso pluralista é aquele que melhor serve estes objetivos porque, não sendo confessional, o Estado tem, no entanto, de respeitar e garantir a liberdade das diversas comunidades religiosas. Estas devem merecer esse direito fazendo um esforço de renovação constante e, acima de tudo, dando exemplo na procura de uma plataforma comum a todas elas, baseada nos direitos humanos.

A tarefa da educação e da formação moral e cívica é uma responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa. A família, apesar de todas as mudanças em si operadas, é a primeira e a mais importante na formação da personalidade do indivíduo e na sua autonomia moral. A escola deverá continuar a proporcionar o melhor desenvolvimento para cada um tendo também em vista uma sociedade mais justa, livre e solidária. Com uma tradição milenar, as religiões organizadas podem dar um contributo valioso na construção dessa sociedade, porque todas elas têm um fundo de humanismo adotando entre si uma postura de tolerância. A educação moral e religiosa pode também ser uma mais-valia se ajudar à construção da identidade de cada um, à formação de bons cidadãos, à promoção dos direitos humanos, e não se concentrar, como primeiro objetivo, no anúncio querigmático.

Na escola plural, a educação moral e religiosa, seja de que confissão for, tem o seu lugar como opção legítima. Porém terá que se questionar os seus responsáveis sobre os objetivos, os conteúdos e os métodos utilizados nesse ensino para que também ele contribua para o pluralismo e tolerância entre indivíduos ou entre grupo étnicos, sociais culturais e religiosos. Na linha dos ensinamentos do Concílio Ecuménico Vaticano II<sup>55</sup>, a Igreja Católica tem como ponto de partida cada homem e cada mulher para, a partir das angústias e das esperanças de cada um, caminhar para o Deus do Amor. Dessa forma distancia-se do carácter dogmático e catequético de outros tempos e privilegia os aspetos antropológicos do tempo de hoje.

#### 2.4. *Em síntese*

O principal objetivo da educação é o desenvolvimento da autonomia, da construção e desenvolvimento progressivo dos aspetos racionais, afetivos, emocionais, morais e espirituais da pessoa. O momento atual é marcado por inúmeras novidades e

---

<sup>54</sup> Cf. José António Queirós RIBEIRO, *A situação actual do ensino escolar da religião na Europa*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005, p. 47.

<sup>55</sup> Nomeadamente a Constituição Pastoral *Guadium et Spes* sobre a Igreja no mundo contemporâneo.

transformações na educação, umas motivadas pela ordem social e cultural vigente, outras pela ordem política e ideológica. Seja qual for a motivação, são as pessoas as mais afetadas, são os seus valores e projetos os mais afetados<sup>56</sup>. O contexto social atual exige a afirmação explícita de um quadro de valores estruturantes, e a escola não se encontra fora desta exigência. É notória a importância dada à educação para valores nos projetos educativos de cada escola.

A educação, numa perspetiva global, como já vimos anteriormente, deve ser orientada para valores, e na perspetiva cristã, há um que é central: a pessoa, na riqueza integral das suas dimensões. “A dignidade irrepitível de cada pessoa fundamenta o seu direito inalienável a uma educação adequada às suas circunstâncias específicas. A pessoa é o sujeito e o objeto último da educação”<sup>57</sup>. Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade da pessoa humana como elemento estrutural da sociedade é tarefa do processo educacional, mas também tarefa evangelizadora da Igreja presente nas escolas através da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

A pessoa é um ser complexo, nas suas dimensões física, intelectual, afetiva, estética, social, moral, ética, espiritual e religiosa; por isso, exige-se uma cuidada atenção ao desenvolvimento equilibrado de todas estas vertentes.

É importante promover os valores físicos que conduzam a uma vida sadia. É preciso estimular os valores estéticos, caminho excelente de educação da sensibilidade. Os valores éticos e morais dão à pessoa uma estrutura interior autónoma, quer pelo exercício da inteligência e pelo treino da vontade, quer pelo domínio dos impulsos, reforçando os positivos e corrigindo os negativos. Pela educação da afetividade, desenvolve-se a maturidade humana e conquista-se, a pouco e pouco, a consciência da responsabilidade, a prática da liberdade, o hábito da corresponsabilidade e da participação gratuita.

Todos estes aspetos, devidamente conjugados na formação, tornam o mistério da pessoa humana um espelho da beleza de Deus<sup>58</sup>.

É precisamente destas palavras da Conferência Episcopal Portuguesa que nos lançamos para o segundo capítulo deste trabalho, na busca do fundamento da dignidade irrepitível e irredutível da pessoa humana, que espelha a beleza de Deus.

---

<sup>56</sup> Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação – Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, Lisboa, 2002, 2. Disponível na internet em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=951> [Consultado em 25 de abril de 2014].

<sup>57</sup> *Ibidem*, 8.

<sup>58</sup> *Ibidem*, 9.

## **CAPÍTULO II - A IRREDUTÍVEL DIGNIDADE DA PESSOA: FUNDAMENTOS DA DIGNIDADE NO DOCUMENTO “COMUNHÃO E SERVIÇO: A PESSOA HUMANA CRIADA À IMAGEM DE DEUS” DA COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL**

Muitos são os acontecimentos no nosso mundo que nos levam a colocar uma questão importante sobre o valor da vida humana no contexto de sociedade e de uma cultura por vezes mal definidas. Pela comunicação social chegam-nos diariamente notícias de guerras, episódios de violência extrema, de uma cultura de corrupção que aniquila o bem comum, de fenómenos naturais catastróficos, de pessoas que lutam pela sua sobrevivência, etc. Eis pois que o progresso, ao contrário do que muitos previram, não é resposta a todas as inquietações e esperanças humanas.

O Concílio Vaticano II afirma que “nos nossos dias, a humanidade, cheia de admiração ante as próprias descobertas e poder, debate, porém, muitas vezes, com angústia, as questões relativas à evolução atual do mundo, ao lugar e missão do homem no universo, ao significado do seu esforço individual e coletivo, enfim, ao último destino das criaturas e do homem”<sup>59</sup>. Daí reconhecemos que diante da dificuldade das situações sociais, políticas, económicas e religiosas, “muitos dos nossos contemporâneos são incapazes de discernir os valores verdadeiramente permanentes e de os harmonizar com os novamente descobertos. Daí que, agitados entre a esperança e angústia, sentem-se oprimidos pela inquietação, quando se interrogam acerca da evolução atual dos acontecimentos. Mas esta desafia o homem, força-o até para uma resposta”<sup>60</sup>.

Entre outros princípios fundamentais, devemos defender hoje a atenção ao valor inalienável e irredutível da pessoa humana e das suas culturas. O valor da pessoa é a fonte de todos os direitos humanos e de todas as ordens sociais: a pessoa é sempre um fim em si mesma e nunca um instrumento, deve ser um sujeito e não um objeto.

### **1. História e estrutura do documento**

Para a fé cristã, a pergunta sobre o Homem é fundamental. É fundamental porque, em primeiro lugar, o cristão acredita no Deus que se apresenta como salvador do Homem. Em segundo lugar, porque o Deus cristão é um Deus encarnado, feito

---

<sup>59</sup> *Gaudium et Spes*, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – Documentos Conciliares, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002, 3.

<sup>60</sup> *Ibidem*, 4.

Homem. O que é o Homem? Quem é o Homem? Os próximos capítulos do nosso trabalho intentarão uma análise cuidada do documento “Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana criada à imagem de Deus” na busca de respostas a estas questões.

### 1.1. História e missão da Comissão Teológica Internacional

A Comissão Teológica Internacional (CTI) surge duma proposta feita pela primeira assembleia ordinária do Sínodo dos Bispos realizada na cidade do Vaticano. Como efetivação dessa proposta, o Papa Paulo VI, a 11 de abril de 1969, institui junto da Congregação para a Doutrina da Fé uma Comissão Teológica Internacional, tendo aprovado o Estatuto *ad experimentum*<sup>61</sup>. O propósito desta Comissão é o de ajudar a Santa Sé, junto da Congregação para a Doutrina da Fé, na análise e reflexão de questões doutrinárias de maior importância. Segundo o número 1 dos Estatutos *ad experimentum*, “ao lado da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, a Comissão Teológica é aquela cuja missão é ajudar a Santa Sé, e, especialmente, esta Sagrada Congregação, no estudo das questões doutrinárias de maior importância”<sup>62</sup>.

Esta Comissão é constituída por teólogos de diversas escolas e nacionalidades, com relevância científica e fidelidade ao Magistério da Igreja. Os membros, em número não superior a trinta elementos, são nomeados pelo Santo Padre por um período de cinco anos sob proposta do Cardeal Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé e depois de consulta às Conferências Episcopais dos vários países. Segundo os Estatutos, a Comissão reúne-se em assembleia plenária pelo menos uma vez por ano, mas pode também desenvolver o seu trabalho por meio de subcomissões. Os resultados dos estudos e análises levados a cabo são submetidos ao Santo Padre e entregues à Congregação para a Doutrina da Fé.

A 6 de agosto de 1982, o Papa João Paulo II, através da Carta Apostólica *Tredecim Anni*, em forma de *Motu Proprio*, aprova os Estatutos definitivos da CTI:

Em 1969 foram aprovados “ad experimentum” os estatutos da Comissão Teológica Internacional (cf. AAS LXI, 1969, 540-541). Agora, porém, parece que é tempo de dar a esses estatutos a sua forma estável e definida, tendo presente a experiência até agora adquirida. Deste modo

---

<sup>61</sup> Por um período de tempo limitado.

<sup>62</sup> Numa tradução livre de: COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Estatutos «ad experimentum»*, Roma, 1969. Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_cti\\_doc\\_19690712\\_statuto-provisorio\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_19690712_statuto-provisorio_sp.html) [Consultado em 17 de dezembro de 2013].

a Comissão poderá cumprir de maneira mais adequada a tarefa que lhe foi confiada, e que Paulo VI descreveu explicitamente quando declarou, na alocução pronunciada durante a primeira sessão plenária, que esta nova instituição foi fundada “*para dar ativa colaboração à Santa Sé e principalmente à Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé*”<sup>63</sup>.

No mesmo documento, o Santo Padre João Paulo II identifica claramente a especificidade e a novidade que a CTI pode representar para a Igreja e para o mundo contemporâneo:

Contudo, este específico ministério necessita também do estudo e trabalho de teólogos, e deles espera, segundo as palavras do próprio Paulo VI, “vigoroso auxílio... para o desempenho da missão confiada por Cristo aos Apóstolos com estas mesmas palavras: Ide, pois, ensinai todas as nações” (cf. AAS ibid. 715). É de se desejar que este auxílio seja assegurado de maneira peculiar e quase “institucional” pelos membros da Comissão Teológica Internacional. A verdade é que, por procederem de muitas Nações e terem intimidade com as culturas de diversos povos, eles possuem visão mais clara das questões modernas que são como feições novas das questões antigas. Por isso mesmo podem compreender melhor as aspirações e a mentalidade dos homens de hoje. Podem, portanto, contribuir para que, conforme a norma da fé revelada por Cristo e transmitida pela Igreja, as interrogações que hoje se põem recebam respostas mais profundas e mais adequadas<sup>64</sup>.

É deste modo, justificado, que se institui esta Comissão junta da Congregação para a Doutrina da Fé. Segundo as palavras de Paulo VI e João Paulo II, mais do que uma novidade, a CTI é uma necessidade emanada dos valores do Concílio Ecumênico Vaticano II: dar novas e mais adequadas respostas às questões de sempre.

## 1.2. O propósito e a estrutura do documento

Os últimos séculos da história humana trouxeram-nos inúmeros desenvolvimentos a nível científico e tecnológico: a descoberta de vacinas que permitem

---

<sup>63</sup> JOÃO PAULO II, Carta Apostólica em forma de motu proprio *Tredecim Anni* (6 de agosto de 1982). Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/motu\\_proprio/documents/hf\\_jp-ii\\_motu-proprio\\_06081982\\_tredecim-anni\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_06081982_tredecim-anni_po.html) [Consultado em 15 de dezembro de 2013].

<sup>64</sup> *Ibidem*.

salvar incontáveis vidas humanas, a descoberta de bactérias causadoras de doenças, a exploração do espaço e a busca da origem do mesmo, o desenvolvimento do estudo sobre o ser humano e o seu comportamento, etc. A verdade é que muitos destes desenvolvimentos trouxeram ao ser humano inúmeros benefícios, mas ao mesmo tempo muitos desafios. As certezas que a ciência e a tecnologia nos trouxeram parecem por vezes pôr de lado o próprio Homem, colocando em xeque a sua posição e papel dentro do espaço que habitamos. “O progresso técnico aumentou consideravelmente a nossa capacidade de controlar e dirigir as forças da natureza, mas também acabou exercendo um impacto imprevisto e talvez incontável sobre o nosso ambiente e até sobre o próprio género humano”<sup>65</sup>. Já o Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* lembrava esta problemática:

Sempre o homem se esforçou, com o seu trabalho e engenho, por aperfeiçoar a sua vida; hoje em dia, porém, graças sobretudo à ciência e à técnica, estendeu e continuamente estende o seu domínio sobre quase toda a natureza; e, graças sobretudo aos crescentes meios de intercâmbio de todas as espécies entre as nações, a família humana vai reconhecendo e constituindo pouco a pouco como a única comunidade em todo o mundo. Resulta daqui que o homem procura agora, pelos próprios meios, numerosos bens que outrora esperava de forças superiores.

É precisamente a estas circunstâncias que se apresenta, como resposta e reflexão, o documento *Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus*:

A Comissão Teológica Internacional (CTI) oferece esta meditação teológica sobre a doutrina da *imago Dei*, para orientar a reflexão sobre o sentido da existência humana em face desses desafios. Desejamos, ao mesmo tempo, apresentar a visão positiva da pessoa humana dentro do universo, que nos é oferecida por este tema doutrinal redescoberto recentemente<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> *Gaudium et Spes*, op. cit., 33;

<sup>66</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus*, Tradução de *Civiltà Cattolica*, IV, p. 254-286, 6 de novembro de 2004, 2. Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20040723\\_communion-stewardship\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html) [Consultado a 10 de outubro de 2013].

A CTI, na introdução que faz ao documento, afirma que a doutrina da *imago Dei*, sobretudo depois do Concílio Vaticano II teve uma enorme importância para a pesquisa teológica e no ensinamento do Magistério da Igreja. “Anteriormente, por causa de diversos fatores, a teologia da *imago Dei* tinha sido deixada na sombra por alguns teólogos e filósofos ocidentais modernos”<sup>67</sup>.

A centralidade da teologia da *imago Dei*, no interior da antropologia teológica, manteve-se até ao alvorecer da era moderna. Ao longo da história do pensamento cristão, tal era a força e o fascínio exercido por essa doutrina, ela foi capaz de fazer face a críticas isoladas segundo as quais o seu antropomorfismo fomentava a idolatria. Na idade moderna, porém, a teologia da *imago Dei* foi objeto de críticas mais rigorosas e sistemáticas. A concepção de um universo que progride graças aos desenvolvimentos da ciência moderna passou a ocupar o lugar da ideia clássica de um cosmos feito à imagem divina, tirando, desta maneira, um elemento essencial da estrutura conceptual que servia de apoio à teologia da *imago Dei*. Esta temática foi fortemente criticada quer por empiristas, quer por racionalistas<sup>68</sup>, fundamentados numa concepção da pessoa humana como sujeito autónomo que se autoconstitui, ontologicamente, separado de qualquer relação com Deus. Assim era a situação em que a teologia ocidental nos inícios do século XX se encontrava, uma situação nada favorável à teologia da *imago Dei*.

O conceito de imagem tem sido fortemente criticado por correntes do racionalismo e do empirismo. É com dificuldade que hoje podemos afirmar a orientação humana para o transcendente e para o divino, assim como afirmar a raiz ontológica da imagem. Vivemos num mundo claramente influenciado por um humanismo secular ou laico, marcadamente racional, por uma cultura de consumo volátil e fácil, por uma sociedade de informação sem formação, demasiadamente afastada dos pressupostos essenciais para uma qualquer teoria da *imago Dei*.

Assim, e tendo em conta a crescente recuperação de interesse pela teologia da *imago Dei* e indo ao encontro das preocupações já referidas pelo Vaticano II, a CTI, neste documento, tem como objetivo:

(...) reafirmar a verdade que a pessoa humana é criada à imagem de Deus para gozar da comunhão pessoa com o Pai, o Filho e o Espírito Santo e, neles, com os outros seres humanos, e para exercer, em nome de Deus, uma administração responsável sobre o mundo criado. À luz desta verdade, o universo não surge diante do nosso olhar como

---

<sup>67</sup>COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 3.

<sup>68</sup> Cf. *Ibidem*.

simplesmente imenso e talvez sem sentido, mas antes como lugar criado para a comunhão pessoal<sup>69</sup>.

Ao longo do documento, dividido em três capítulos, a CTI procura demonstrar que as verdades anteriormente referidas em nada perderam importância e relevância para a teologia atual. O primeiro capítulo do documento, intitulado “A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus”, é uma breve síntese dos fundamentos da teologia da *imago Dei* na Escritura e na Tradição, evidenciando a noção de *imago Dei* no Antigo e Novo Testamento e os desenvolvimentos teológicos da temática ao longo da história da Igreja e da teologia. O segundo capítulo, “À Imagem de Deus: Pessoas em Comunhão”, analisa o primeiro tema da teologia da *imago Dei*, a imagem de Deus como alicerce da comunhão com Deus, que é Uno e Trino, e entre as pessoas humanas. No capítulo três, o último e intitulado “À Imagem de Deus: Administradores da Criação Visível”, é feita uma cuidada análise à teologia *imago Dei*, como base e fundamento da participação na governação que Deus exerce sobre a criação visível.

Ao longo dos próximos números, neste capítulo, intentaremos uma análise cuidada, ponto a ponto do documento em análise, na descoberta de um texto pouco abordado e na redescoberta de uma temática que é central e fundamental para a teologia cristã. Fazendo nossas as palavras do documento:

Temos nítida noção consciência da amplitude da temática que aqui tentamos abordar, mas oferecemos estas reflexões para recordar a nós mesmos e aos nossos leitores como é imenso o poder explicativo da teologia da *imago Dei*, justamente para reafirmar a verdade divina relativamente ao universo e ao sentido da vida humana<sup>70</sup>.

## 2. A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus

Sim, tu amas tudo o que criaste,  
não te aborreces com nada do que fizeste;  
se alguma coisa tivesses odiado, não a terias feito.  
E como poderia subsistir alguma coisa,  
se não a tivesses querido?  
Como conservaria sua existência, se não a tivesses chamado?

---

<sup>69</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 4.

<sup>70</sup> *Ibidem*, 5.

Mas a todos poupas, porque são teus:  
Senhor, amigo da vida! (Sb 11, 24-26)

O primeiro capítulo do documento denominado “A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus” apresenta-nos uma sistematização da doutrina da *imago Dei* na Sagrada Escritura, na Tradição e nos desenvolvimentos teológicos dos últimos séculos. É a apresentação da evidência de que a nossa história tem Deus como protagonista, mas não é o único. O ser humano também é protagonista nesta história de criação. Por isso é criado por Deus à sua imagem, para ser Seu interlocutor.

É pela revelação bíblica, pela Tradição e pelo Magistério que percebemos que no coração da revelação e fé cristã está a certeza e a verdade de que os seres humanos são criados à imagem de Deus. Uma criação que é relação entre Deus e o ser humano, uma relação que é história, não uma história qualquer, mas uma história de amor. Uma história em que Deus, através do ato criador e do dom de si mesmo, possibilita a liberdade ao ser humano, sustenta a sua dignidade e possibilita uma realidade humana solidária onde a plena realização humana é possível.

### 2.1. A “*imago Dei*” na Escritura e na Tradição

“Com raras exceções, a maior parte dos exegetas contemporâneos reconhece a centralidade do tema da *imago Dei* na revelação bíblica”<sup>71</sup>. A verdade, é que quando pensamos na doutrina cristã da criação, o nosso pensamento, quase que automaticamente, se dirige ao primeiro capítulo do livro do Génesis<sup>72</sup>. Mas convém esclarecer que o conceito bíblico de criação não se refere, exclusivamente e primariamente, à questão da origem do mundo ou dos seres que o habitam, mas sim ao ato de dar princípio à realidade e de dar sustentação a essa realidade: Deus chama os seres à existência e sustém essa mesma existência, tomando o ser humano como Seu povo, redimindo-o do seu pecado e conduzindo-o à plenitude do ser e do sentido, salvando-o<sup>73</sup>. Por isto é que a CTI nos diz que este tema é visto como a chave para a compreensão bíblica da natureza humana e não para a compreensão da origem do ser humano. A diferença é entre a compreensão do que é o ser humano e donde surge o ser humano,

---

<sup>71</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 7.

<sup>72</sup> Vide: Gn 1, 26-27; 2, 5-7; 5, 1-3; 9, 6.

<sup>73</sup> Cfr. Juan Luis Ruiz de la PEÑA, *Creacion, Gracia, Salvacion*, 2ª ed., Editorial Sal Terrae, Santander, 1998, p. 13.

porque “segundo a Bíblia, a *imago Dei* constitui quase uma definição do ser humano: não é possível compreender o mistério do ser humano separado do mistério de Deus”<sup>74</sup>.

O ponto número oito do documento refere-nos que o conceito veterotestamentário do ser humano criado à imagem de Deus é influenciado em parte pelas antigas cosmogonias do Oriente Próximo, segundo as quais o rei era a imagem de Deus na terra. Mas adverte-nos de imediato para aquilo que é específico e único da tradição bíblica: o conceito de imagem de Deus não é aplicado só ao rei, mas a todos os seres humanos, sem exceção. O ser humano não é mais visto como objeto de culto para os deuses, mas com capacidade de atividade própria.

Uma das características mais importantes da perspetiva bíblica do tema da *imago Dei* é o facto do ser humano ser criado à imagem de Deus, na sua totalidade e não só em alguns aspetos. O ser humano é, desde a sua criação, um ser unitário, não há separação das suas características, as suas dimensões física, espiritual, social e histórica permanecem juntas e o Homem só pode ser compreendido nesta unidade e totalidade<sup>75</sup>.

Outra das particularidades únicas da perspetiva bíblica, é o relato da Criação do livro do Génesis que põe em clara evidência que o ser humano foi criado não como um ser totalmente isolado.

Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou. (Gn 1, 27)

O homem deu nomes a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras selvagens, mas, para o homem, não encontrou a auxiliar que lhe correspondesse. Então *lahweh* Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, *lahweh* Deus modelou a mulher e a trouxe ao homem. Então o homem exclamou: «Esta, sim, é osso de meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada ‘mulher’<sup>76</sup>, porque foi tirada do homem!» (Gn 2, 21-23)

O ser humano existe na relação com outras pessoas, com Deus, com o mundo e consigo mesmo. O Homem não é um ser isolado, mas pessoa, um ser relacional. É pessoa porque subsiste e relaciona-se com os outros. Assim, “o carácter

---

<sup>74</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 7.

<sup>75</sup> Cf. *Ibidem*, 9.

<sup>76</sup> O hebraico joga com as palavras *’isha*, “mulher”, e *’ish*, “homem”.

fundamentalmente relacional da própria *imago Dei* lhe constitui a estrutura ontológica e serve de fundamento para o exercício da liberdade e da responsabilidade”<sup>77</sup>.

Na passagem para o Novo Testamento, o conceito veterotestamentário de imagem criada tem necessidade de ser complementado na *imago Christi*. Ao longo do Novo Testamento percebemos a emergência de dois elementos essenciais: o carácter cristológico e trinitário do conceito de *imago Dei* “e o papel da mediação sacramental na formação da *imago Christi*”<sup>78</sup>. A pessoa de Jesus Cristo é a imagem perfeita de Deus (2Cor 4, 4; Cl 1, 15; Hb 1,3). Cristo é a nova criação, vem restituir à humanidade o esplendor da categoria de imagem de Deus que o pecado havia levado. Assim, o ser humano deve ser a Ele conformado tornando-se filho de Deus Pai. A participação ativa e a transformação segundo o modelo de Jesus Cristo são indispensáveis para que o ser humano se torne imagem de Deus. “Segundo o modelo traçado em primeiro lugar pelo Filho, a imagem de Deus em cada pessoa é constituída pelo seu próprio percurso histórico que parte da criação, passando pela conversão do seu pecado, até à salvação e ao seu cumprimento”<sup>79</sup>.

Esta transformação em imagem de Deus pela imagem de Cristo processa-se através dos sacramentos. “A comunhão com Cristo deriva da fé nele e do batismo, através do qual o fiel morre para o homem velho mediante Cristo e se reveste do homem novo”<sup>80</sup>. Pelo batismo sepultamos o pecado na morte de Cristo, de onde com Ele saímos pela ressurreição como novas criaturas, homens novos pela água e pela graça (Rm 6, 4-9). Para além do batismo, os outros sacramentos confirmam e alinham o ser humano nesta total e radical transformação, que ocorre e decorre segundo o modelo de Jesus Cristo, da sua Paixão, Morte e Ressurreição.

Os primeiros séculos da Igreja e os primeiros desenvolvimentos teológicos não ficaram indiferentes a esta visão antropológica bíblica. Exemplo disto é a procura que os primeiros cristãos buscaram na interpretação da proibição bíblica das representações artísticas de Deus à luz do mistério da Encarnação<sup>81</sup>. Outro dos exemplos disto foram as disputas iconoclasticas dos séculos VII e VIII que trouxeram, em defesa das representações artísticas do Verbo Encarnado e dos eventos da salvação, uma compreensão profunda da união hipostática que não separava, nem o admitia, na *imagem* o divino do humano<sup>82</sup>.

---

<sup>77</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 10.

<sup>78</sup> *Ibidem*, 11.

<sup>79</sup> *Ibidem*, 12.

<sup>80</sup> *Ibidem*, 13.

<sup>81</sup> Cf. *Ibidem*, 14.

<sup>82</sup> Cf. *Ibidem*.

A teologia patrística e medieval não aderiu completamente à visão bíblica que identificava a imagem como a totalidade do ser humano. Um dos grandes desenvolvimentos dado ao relato bíblico é feito por Santo Irineu na distinção que faz entre imagem e semelhança, segundo a qual o conceito de *imagem* revela uma participação ontológica e o conceito de *semelhança*, por outro lado, uma transformação moral<sup>83</sup>. Outro dos grandes contributos é o de Tertuliano, que afirma que Deus criou o ser humano à sua imagem e nele infundiu o Seu sopro vital enquanto Sua semelhança. Assim, a imagem nunca poderá ser destruída ou destituída do ser humano, mas a semelhança poderá perder-se pelo pecado<sup>84</sup>.

Para Santo Agostinho, a imagem de Deus no ser humano tem a estrutura trinitária, que demonstra a estrutura tripartida da alma humana – espírito, autoconsciência e amor - ou os três aspetos da *psique* - memória, inteligência e vontade<sup>85</sup>. Agostinho de Hipona elaborou a partir da realidade humana a sistematização do conceito de Deus trino, para isso desenvolveu a sua definição de imagem, entendendo que ela é imagem do Filho, mas também da Santíssima Trindade. Ao ver na inteligência, na vontade e na memória uma correspondência da imagem da Santíssima Trindade, Santo Agostinho aponta-nos para o carácter trinitário da vida psíquica humana, como uma grande analogia da vida trinitária de Deus. Para este, é evidente que o pecado não pode destruir ou corromper completamente a *imago Dei*, por ela fazer parte da essência do ser humano. Mas o pecado deformou a imagem de Deus de tal forma, que o Homem já não consegue, pelas suas próprias forças, restaurar a imagem inicial. Para isso Deus envia o Seu Filho, restaurando a *imago Dei* e viabilizando a participação na vida divina.

A Idade Média trouxeram-nos outros desenvolvimentos. Para São Tomás de Aquino, tal como para Santo Agostinho, a imagem de Deus deriva ou radica-se principalmente na natureza intelectual do ser humano: “A imagem de Deus realiza-se principalmente num ato de contemplação no intelecto”<sup>86</sup>. Para o Aquitanense o pecado não causou a perda da *imago Dei*, mas apenas a perda da graça original. Se o ser humano tivesse perdido a imagem de Deus tornar-se-ia como os demais animais. Assim ele refere-se à *imago Dei* de três formas diferentes, denotando que ela possui uma clara natureza histórica: a *imago creationis (naturae)* – considerada em relação à criação; a *imago recreationis (gratiae)* – considerada em relação à graça; e a *imago similitudinis (gloriae)* – considerada em relação à Trindade<sup>87</sup>. Estas três formas diferentes de ver a

---

<sup>83</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 15.

<sup>84</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>85</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*, 16.

<sup>87</sup> Cf. *Ibidem*.

imagem de Deus são o fundamento e a sustentação da participação humana na vida divina.

No período da Reforma, o documento que estamos a analisar, no seu número 17, evidencia a importância que a temática continuava a ter tanto para os pensadores cristãos como para os pensadores protestantes.

Os reformadores acusavam os católicos de reduzir a imagem de Deus a uma “*imago naturae*”, que apresentava uma conceção estática da natureza humana e encorajava o pecador a constituir-se diante de Deus. Por seu turno, os católicos acusavam os reformadores de negar a realidade ontológica da imagem de Deus, reduzindo-a a uma mera relação.

Além disso os reformadores insistiam no facto de que a imagem de Deus estava corrompida pelo pecado, enquanto os teólogos católicos viam o pecado como uma ferida da imagem de Deus no ser humano<sup>88</sup>.

Em linhas gerais podemos dizer que os reformadores afirmam um estado original de perfeição e que tal perfeição foi totalmente perdida por causa do efeito devastador do pecado sobre a realidade humana. Assim pela postura assumida pelos teólogos reformadores, boa parte da teologia protestante ficou marcada por um forte pessimismo antropológico com uma acentuação extremada na graça e misericórdia divina.

## *2.2. A crítica moderna e a teologia da “imago Dei” no Concílio Vaticano II e na teologia atual*

É na idade moderna que a teologia da *imago Dei* mais críticas sofre. A ciência evolui e com ela a conceção de um universo que progride e, graças a si, destrona a ideia de um cosmos feito à imagem divina. “Mas o mais significativo dentre os fatores que minaram a teologia da *imago Dei* foi a conceção da pessoa humana como sujeito autónomo que se autoconstitui, separado de qualquer relação com Deus”<sup>89</sup>. Maior exemplo disto é a afirmação de Descartes: *Cogito, ergo sum*. Nesta dinâmica não é possível sustentar a noção de imagem de Deus, pois o ser humano vale por si próprio, o seu fundamento ontológico radica-se em si mesmo. Daí que filósofos como Feuerbach

---

<sup>88</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 17.

<sup>89</sup> *Ibidem*, 19.

e outros chegam à conclusão de que Deus é pura e simplesmente imagem que o ser humano projeta de si<sup>90</sup>.

Graças a um cuidado estudo da Escritura, dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos da Escolástica, ao longo do século XX retomou-se a consciência de o quanto é importante o tema da imagem de Deus. O Concílio Vaticano II na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, deu um importante impulso à teologia da *imago Dei*, mas esse estímulo já era sentido entre os teólogos cristãos antes deste se realizar<sup>91</sup>.

Recordando o tema da imagem de Deus, o Concílio Vaticano II afirma:

Mas o que é o homem? (...) A Igreja, sentindo profundamente estas dificuldades, pode, instruída pela Revelação divina, dar-lhes uma resposta, na qual se defina a verdadeira condição do homem, se ponham a claro as suas fraquezas, mas onde possam ser justamente reconhecidas a sua dignidade e a sua vocação.

A Bíblia, efetivamente, ensina que o homem foi criado à imagem de Deus, capaz de reconhecer e amar o seu criador, que o constituiu como senhor de todas as criaturas terrenas, para as governar e usar, glorificando a Deus<sup>92</sup>.

Assim, segundo a visão conciliar, a imagem de Deus constitui-se e fundamenta-se na orientação essencial do ser humano para Deus, que por si é fundamento da dignidade humana e dos direitos inalienáveis da pessoa<sup>93</sup>. Todo o ser humano é imagem de Deus e por isso “ninguém pode ser obrigado a submeter-se a qualquer sistema ou finalidade deste mundo”<sup>94</sup>.

“Na realidade, o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado”<sup>95</sup>. Nestas afirmações percebemos o fundamento do pensamento conciliar, a definição cristológica da imagem. Cristo “é a «Imagem de Deus invisível», é também o Homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a imagem divina, deformada desde o primeiro pecado”<sup>96</sup>.

O impulso dado pelo Concílio reflete-se na teologia contemporânea, onde se verificam desenvolvimentos em várias áreas, nomeadamente a importância da teologia

---

<sup>90</sup> Cf. Juan ALFARO, *De la cuestión del Hombre a la cuestión de Dios*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2002, pp. 34-46.

<sup>91</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 21.

<sup>92</sup> *Gaudium et Spes*, op. cit., 12.

<sup>93</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 22.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> *Gaudium et Spes*, op. cit., 22; Cf. também, 10.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

da *imago Dei* como elo fundamental entre a antropologia e a cristologia. Como nos diz o documento:

Sem negar a graça única concedida ao género humano mediante a Encarnação, os teólogos querem reconhecer o valor intrínseco da criação do ser humano à imagem de Deus. As possibilidades que Cristo abre ao homem não significam a supressão da realidade do ser humano como criatura, mas a sua transformação e realização segundo a imagem perfeita do Filho<sup>97</sup>.

É uma nova compreensão da ligação entre a cristologia e a antropologia, em que se evidencia um aspeto fundamental: a dinâmica construtiva da *imago Dei*. Sem se negar o dom original e originário da criação do Homem à imagem de Deus, a teologia atual entende a *imago Dei* ainda em devir, em certa medida entre a tensão escatológica do já e do ainda não. É a ideia de uma imagem de Deus em construção, em lógica relação com a teologia moral. Desta maneira, conclui a CTI, “que a *imago Dei* tem uma dimensão teleológica e escatológica que define o ser humano como homo Viator, orientado para a parusia e para a consumação do plano divino para o universo (...)”<sup>98</sup>.

### **3. À imagem de Deus: Pessoas em comunhão**

A doutrina da *imago Dei* desenvolve-se em dois grandes caminhos: a comunhão e o serviço. Ao longo do segundo capítulo do presente documento a CTI propõe-nos uma análise relativamente à comunhão e é esse capítulo que intentaremos analisar de seguida.

Acreditamos num Deus que é Uno e Trino, que se revela ao ser humano criado à sua imagem, mas revela-se em projeto de partilha da comunhão da vida trinitária. Comunhão que não significa mais do que a mais íntima relação entre as Pessoas da Santíssima Trindade, da qual brota amor e auto doação. É por esta comunhão trinitária, relação da qual só resulta amor, que as pessoas são criadas à imagem de Deus.

Criados à imagem de Deus, os seres humanos são por natureza corpóreos e espirituais, homens e mulheres feitos uns para os outros,

---

<sup>97</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 24.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

pessoas orientadas para a comunhão com Deus e recíproca, feridos pelo pecado e carentes de salvação, e destinados a serem conformados a Cristo, imagem perfeita do Pai, no poder do Espírito Santo<sup>99</sup>.

### 3.1. Corpo e alma

A experiência primeira que o ser humano faz de si mesmo não é a do *cogito* evocado por Descartes, mas a experiência de um eu que é corpo. O ser humano é corpo e como imagem de Deus é chamado a desempenhar um serviço num universo que é físico. Nada do que há nas nossas experiências excluem o corpo: somos seres corpóreos, físicos, pertencentes ao mundano, caracterizados pela temporalidade e pela historicidade e dividimos o mundo com outros seres vivos igualmente caracterizados por um corpo. Aspeto importante da teologia católica da *imago Dei* é a “verdade profunda que o mundo material cria as condições para o aproximar das pessoas uma em relação à outra”<sup>100</sup>.

Durante muito tempo a teologia cristã, sob influência de correntes antropológicas dualistas, identificou a *imago Dei* com a mente ou com o espírito, pondo de lado e desconsiderando totalmente o corpo<sup>101</sup>. De facto, hoje percebemos que a corporeidade é elemento chave e fundamental para a compreensão e identidade da pessoa humana. A ideia do dualismo alma-corpo não tem mais lugar: o ser humano é considerado na sua integridade. O número 28 do documento “Comunhão e Serviço: A pessoa humana criada à imagem de Deus”, aponta-nos a antropologia bíblica como referência central nesta consideração do ser humano como uma unidade e totalidade, onde a corporeidade é essencial para a existência de uma identidade pessoal<sup>102</sup>.

A terminologia antropológica usada no Antigo Testamento reflete-se em três conceitos principais: *basar*, *nefesh* e *ruah*. O termo *basar* significa originariamente a carne, comum a qualquer ser vivo, mas passa rapidamente a significar o ser vivente na sua totalidade. Assim, a carne é a manifestação externa da uma vida interior, e conseqüentemente o termo vai sendo aplicado na designação que se faz de Homem, considerado na sua totalidade. O termo *nefesh*, primariamente significou sistema respiratório, mas rapidamente passou a designar a vitalidade do ser humano, da pessoa animada pelo seu próprio dinamismo e características únicas. O termo *ruah*, significando

---

<sup>99</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 25.

<sup>100</sup> *Ibidem*, 26.

<sup>101</sup> Cf. *Ibidem*, 27.

<sup>102</sup> Cf. *Ibidem*, 28.

inicialmente sopro ou vento, passa a designar no Antigo Testamento, a abertura transcendental do ser humano, uma dimensão essencial do mesmo<sup>103</sup>.

No Novo Testamento a terminologia usada apresenta três conceitos essenciais: *sarx*, *soma* e *psyché*. O termo *sarx* denota a corporeidade material do ser humano, mas também a pessoa humana na sua unidade e totalidade. Já o termo *soma*, significa o ser humano inteiro, o Homem na sua totalidade. Por último, o termo *psyché* significa vida, muito à imagem do entendido pelo conceito veterotestamentário *nefesh*<sup>104</sup>.

A doutrina cristã da criação exclui radicalmente um dualismo metafísico ou cósmico. O conceito de imagem de Deus não se aplica só ao espírito ou alma, aplica-se ao Homem na sua unidade e totalidade, porque o corpo é parte intrínseca da pessoa humana e só assim podemos compreender que o ser humano existe na eternidade como pessoa física e espiritual completa<sup>105</sup>. Assim, a CTI relembra a posição adotada pelo Magistério para manter a unidade de corpo e alma ensinada na Revelação, que, inspirada na antropologia de São Tomás de Aquino, vê o corpo e a alma como os princípios materiais e espirituais de um ser humano individual<sup>106</sup>.

Todos estes elementos, bíblicos e doutrinários, conduzem-nos à afirmação segundo a qual o corpo e a corporeidade do ser humano participam da *imago Dei*. “Se a alma, criada à imagem de Deus, forma a matéria para constituir o corpo humano, então a pessoa humana no seu conjunto é portadora da imagem divina tanto na dimensão espiritual como corporal<sup>107</sup>”.

### 3.2. *Homem e mulher*

Criados à imagem de Deus, os seres humanos são chamados ao amor. Exemplo máximo de resposta a este chamamento é a união constitutiva e procriativa entre homem e mulher.

“Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou” (Gn 1, 27). Segundo os textos sagrados, o ser imagem de Deus, manifesta-se, desde o começo, na diferença entre o ser homem e o ser mulher. Não se trata de um aspeto accidental, mas constitutivo da nossa identidade e personalidade. Sobre este tema a CTI remete-nos para o que diz o Catecismo da Igreja Católica:

---

<sup>103</sup> Cf. Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios*, Editorial Sal Terrae, Santander, 2001, pp. 20-26;

<sup>104</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 63-70;

<sup>105</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 29;

<sup>106</sup> Cf. *Ibidem*, 30;

<sup>107</sup> *Ibidem*, 31;

A sexualidade afeta todos os aspetos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito particularmente à afetividade, à capacidade de amar e de procriar, e, de um modo mais geral, à aptidão para criar laços de comunhão com outrem<sup>108</sup>.

A identidade sexual do ser humano, da pessoa, não é uma construção social ou cultural, mas resultado do modo específico em que a *imago Dei* existe<sup>109</sup>.

Homem e mulher são diferentes, mas nenhuma dessas diferenças é impeditiva de participarmos no mistério de Cristo. Não há nem pode haver distinção, em grau, do sexo masculino e do sexo feminino:

Homem e mulher são igualmente criados à imagem de Deus. Homem e mulher são pessoas, dotadas de inteligência e vontade, capazes de orientar a própria vida no exercício da liberdade. Mas cada um o faz de modo próprio e peculiar da sua identidade sexual, de modo que a tradição cristã pode falar de reciprocidade e complementaridade<sup>110</sup>.

O facto de termos um corpo diferente, que nos caracteriza sexualmente, difere-nos como homens e mulheres que somos, difere as características mais pessoais, difere a nossa identidade. É a diferença que nos impele à proximidade com os outros, ao amor, à comunhão. Por Deus somos todos chamados a constituir uma só família, em espírito fraterno, uma união única que se percebe, também ela como imagem e semelhança da União das Pessoas divinas, na verdade e na caridade<sup>111</sup>. A teologia católica assegura hoje que o matrimónio constitui-se como a “forma elevada de comunhão entre pessoas humanas e uma das maiores analogias da vida trinitária”<sup>112</sup>. Um homem e uma mulher unidos pela carne e pelo espírito, em atitude de verdade, abertura e total doação de si mesmos tornam presentes de modo único e singular a imagem de Deus Uno e Trino: “A união deles numa só carne não atende simplesmente a uma necessidade biológica, mas à intenção do Criador que os leva a partilhar a felicidade de serem criados à sua imagem”<sup>113</sup>. Criados à imagem de Deus, o ser humano, homem e mulher, tem inscrito no seu coração a vocação e a responsabilidade do amor e da comunhão.

---

<sup>108</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2.<sup>a</sup> ed., Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000, 2332.

<sup>109</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 33.

<sup>110</sup> *Ibidem*, 36.

<sup>111</sup> Cf. *Gaudium et Spes*, op. cit., 24.

<sup>112</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 39.

<sup>113</sup> Cf. *Ibidem*, 39.

### 3.3. Pessoa e comunidade

Somos criados à imagem de Deus como pessoas capazes de conhecimento e de amor pessoal e para com o próximo. “É em virtude da imago Dei que estes seres pessoais são também relacionais e sociais, compreendidos numa família humana cuja unidade é ao mesmo tempo realizada e prefigurada na Igreja”<sup>114</sup>.

O conceito de pessoa é irrenunciável para a antropologia cristã, mas também para qualquer outra visão humanista. Relativamente a este assunto Luís F. Ladaria diz-nos:

O homem é pessoa, significa, portanto, que é sujeito, dono de si, livre e por isso, capaz de definir o seu ser de modo de criativo. Não podemos esquecer que o conceito de pessoa entrou na teologia e no pensamento cristão, em geral, não pela antropologia, mas pela cristologia e pela doutrina trinitária. (...) Estes «três» só existem na relação mútua que já é evidenciada nos próprios nomes. Jesus na dualidade das suas naturezas divina e humana, é uma só pessoa porque é inseparavelmente um só sujeito e um só tu para o Pai, o tu do Filho eterno.

As definições clássicas de pessoa, a partir da bem conhecida de Boécio, que depois foi aceite por São Tomás, se bem que com modificações, insistiram sobretudo na individualidade do ser racional, na sua irrepetibilidade e incomunicabilidade, na sua relativa «independência». Eu sou eu e não sou outro. É impressionante a ausência da dimensão relacional nestas definições, quando as pessoas da Trindade são definidas precisamente a partir das relações. Assim, o pensamento atual insiste nestas duas dimensões como constitutivas da pessoa, a individualidade e a autopossessão e a abertura ao outro, a comunicabilidade. O eu e o tu implicam-se mutuamente. (...) No chamamento de Deus à comunhão em Cristo chega a plenitude do nosso ser pessoal, que determina por sua vez a nossa irrepetibilidade e o nosso ser em relação<sup>115</sup>.

Falar da pessoa é falar da sua irredutível identidade, dignidade e interioridade, mas é também falar da relação constitutiva de si com os outros, a qual está na base da comunidade humana. A identidade pessoal orienta-se para o ser social e, na perspetiva cristã, radica-se na Trindade das Pessoas divinas, na sua comunhão. E a identidade

---

<sup>114</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 40.

<sup>115</sup> Luis F. LADARIA, *Introducción a la Antropología Teológica*, Editorial Verbo Divino, Navarra, 1993, pp. 90-91;

pessoal não se esgota na relação, bem pelo contrário. À luz das relações das Pessoas divinas percebemos que a identidade pessoal é a própria relação. A noção de pessoa divina entende-se como relação, como existência de Deus em três centros (pessoas) distintas em autopossessão e atividade, em comunhão perfeita, onde não há diferenciação, mas onde a essência divina é possuída inteiramente por todas elas, Pai, Filho e Espírito Santo<sup>116</sup>. A CTI relembra-nos que “constituído pela única natureza divina, a identidade do Pai é a sua paternidade, a sua relação com o Filho e com o Espírito; a identidade do Filho é a sua relação com o Pai e com o Espírito; a identidade do Espírito é a sua relação com o Pai e com o Filho”<sup>117</sup>.

Deste mesmo enunciado percebemos que os seres pessoais são pela sua essência também seres sociais. O ser humano existe socialmente, em grupos específicos e concretos, mas nunca na doutrina ou civilização cristã se pôs em causa o valor absoluto da pessoa, bem como os seus direitos individuais. Criada à imagem de Deus, cada ser humano, considerado na sua singularidade mas também na sua unidade originária com outros, vai tecendo os caminhos da história, tendendo sempre para uma comunhão perfeita, querida por Deus, mas ainda não realizada. “Compartilhando uma natureza humana criada e confessando o Deus Uno e Trino que habita entre nós, estamos todavia divididos pelo pecado e aguardamos a vinda vitoriosa de Cristo que restabelecerá e recriará a unidade perfeita querida por Deus numa redenção final do mundo criado”<sup>118</sup>.

Numa tensão escatológica entre um já e um ainda não, entre uma unidade e uma unidade perfeita em Cristo, a Igreja exerce, como sacramento de salvação e do Reino de Deus, um papel fundamental. Enquanto católica, reúne homens e mulheres de todas as raças e culturas; enquanto una, é a linha da frente da unidade da comunidade humana querida por Deus; enquanto santa, é santificada pelo poder do Espírito e santifica todos os humanos através dos sacramentos; enquanto apostólica, é o continuar da missão escolhida e dada por Cristo a todo o Homem para a realização da unidade dos seres humanos.

### 3.4. *Pecado e salvação*

Chamado por Deus à comunhão da vida trinitária, os seres humanos são pessoas, de modo que podem ou não abraçar livremente esta comunhão. A ideia de

---

<sup>116</sup> Cf. Luis F. LADARIA, *El Dios Vivo e Verdadero*, Secretariado Trinitario, Salamanca, 1998, p. 297.

<sup>117</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 41.

<sup>118</sup> *Ibidem*, 43.

liberdade é inseparável da ideia de pessoa: todo o ser pessoal é livre, todo o ser livre é pessoa. A afirmação da liberdade humana é irreduzível, responde à pergunta de *como* é o ser do próprio Homem. “A liberdade é o dom divino que permite às pessoas humanas escolher a comunhão que o Deus Uno e Trino lhes oferece como bem supremo”<sup>119</sup>. Compreende-se assim como uma resposta livre a uma chamada livre, que pressupõe a capacidade de mudança, de mudança de vida na resposta ao chamamento à comunhão. A liberdade humana não consiste, única e exclusivamente, na capacidade de optar por uma alternativa entre várias, é essencialmente a capacidade que cada pessoa tem de se autodeterminar com vista à sua realização, em ordem a um fim último, construindo um caminho de uma identidade pessoal<sup>120</sup>.

Com a capacidade de liberdade há no ser humano, conseqüentemente, a possibilidade de erro e fracasso no uso dessa liberdade. “Em vez de abraçar o bem último da participação da vida divina, as pessoas humanas podem afastar-se para gozarem dos bens transitórios ou até somente imaginários”<sup>121</sup>. O pecado é o fracasso da liberdade, o não aceitar o convite à comunhão da vida trinitária. O Catecismo da Igreja Católica define pecado deste modo:

O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a reta consciência. É uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa de um apego perverso a certos bens. Fere a natureza do homem e atenta contra a solidariedade humana. Foi definido como «uma palavra, um ato ou um desejo contrários à lei eterna»<sup>122</sup>.

O pecado é uma ofensa a Deus: «Pequei contra Vós, só contra Vós, e fiz o mal diante dos vossos olhos» (Sl 51,6). O pecado é contrário ao amor que Deus nos tem e afasta d’Ele os nossos corações. É, como o primeiro pecado, uma desobediência, uma revolta contra Deus, pela vontade de os homens se tornarem «como deuses», conhecendo e determinando o que é bem e o que é mal (Gn 3,5). Assim, o pecado é «o amor de si próprio levado até ao desprezo de Deus». Por esta exaltação orgulhosa de si mesmo, o pecado é diametralmente oposto à obediência de Jesus, que realizou a salvação<sup>123</sup>.

---

<sup>119</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 44.

<sup>120</sup> Cf. Juan Luis Ruiz de la PEÑA, *Creacion, Gracia, Salvacion*, pp. 69-71.

<sup>121</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 44.

<sup>122</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, op. cit., 1849.

<sup>123</sup> *Ibidem*, op. cit., 1850.

Assim entendido, o pecado desfigura a *imago Dei* pois representa uma rutura da relação com Deus, algo que pertence à estrutura ontológica do ser humano enquanto imagem de Deus. Além de dar origem à separação do ser humano com o Criador, o pecado provoca uma ruturas nas relações entre seres humanos e, “em sentido real, provoca uma divisão no seu íntimo entre o corpo e o espírito, o conhecimento e a vontade, a razão e as emoções”<sup>124</sup>. Como imagem de Deus, o ser humano carrega na sua história esta marca do pecado originado pela recusa do convite feito por Deus à comunhão no início da história humana. Na história, o pecado converte-se em ideologias e estruturas que se opõem à realização da *imago Dei* pelos seres humanos, repercutindo-se sobre a dimensão social e relacional do Homem<sup>125</sup>.

Como vimos, o pecado desfigura a *imago Dei*. Se afirmámos desfigura, isso significa que não destrói. A *imago Dei* não pode ser totalmente abalada e destruída pelo pecado, porque esta define ontologicamente a estrutura de toda a natureza humana, define-nos enquanto homens e mulheres que somos. Se a *imago Dei* fosse totalmente destruída pelo pecado, então a nossa identidade enquanto seres humanos seria também ela perdida, porque se perde a nossa definição ontológica, perde-se o fundamento e a sustentação do nosso ser. A CTI, lembra-nos ainda que “em contraposição ao conceito de total corrupção da *imago Dei* por causa do pecado, a tradição católica insiste que a graça e a salvação seriam ilusórias se não conseguissem transformar a realidade existente, por mais pecaminosa que fosse, da natureza humana”<sup>126</sup>.

A salvação comporta a restauração plena da imagem de Deus por Jesus Cristo, que é a imagem perfeita do Pai, na sua Paixão, Morte e Ressurreição. Jesus Cristo conforma-nos a si mesmo através da nossa participação no mistério de salvação e deste modo restaura a imagem de Deus na sua correta orientação fundamental para a comunhão da vida trinitária. “Nesta perspetiva, a salvação outra coisa não é senão uma transformação e uma realização da vida pessoal do ser humano criado à imagem de Deus e agora novamente orientado para uma participação real na vida das Pessoas divinas, através da graça da Encarnação e a inabitação do Espírito Santo”<sup>127</sup>.

O ser humano, ferido pelo pecado, sofrendo de uma carência de amor, não alcança a sua auto-realização separadamente do amor de Deus em Jesus Cristo. Mas, ao mesmo tempo, carente de salvação, alimenta em si o desejo natural de ver a Deus e por isso orienta-se para Ele pela graça salvífica de Deus. Assim percebemos que, pela salvação, o pecado não destrói a orientação do Homem para Deus: criados à imagem

---

<sup>124</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 45.

<sup>125</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>126</sup> *Ibidem*, 46.

<sup>127</sup> *Ibidem*, 47.

de Deus, estamos ordenados e orientados para a comunhão e gozo do amor divino. Mas só a graça salvífica de Deus dá a possibilidade da livre adesão do ser humano a este amor. “Nesta perspectiva, a graça não é simplesmente um remédio para o pecado, mas uma transformação qualitativa da liberdade humana possibilitada por Cristo, uma liberdade libertada para o bem”<sup>128</sup>. Pela graça da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo tornamo-nos novas criaturas, capazes de vida nova pela graça, na liberdade de filhos de Deus e libertos para amar. Pela salvação somos libertos do pecado e reconciliados como criaturas de Deus. A CTI relembra-nos ainda que “segundo a fé cristã «liberto de» significa «liberto para»: liberdade do pecado significa liberdade para Deus em Cristo e no Espírito Santo; liberdade da lei significa liberdade para o autêntico amor; liberdade da morte significa liberdade para uma vida nova em Deus”<sup>129</sup>.

### 3.5. “Imago Dei” e “imago Christi”

O número 22 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, do Concílio Ecumênico Vaticano II resume e recapitula os principais elementos da teologia da *imago Dei*:

Na realidade, o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no ministério do Verbo Encarnado. Efetivamente, Adão, o primeiro homem, era figura do que havia de vir. Cristo Senhor, novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e do seu amor, manifesta plenamente o homem ao próprio homem e descobre-lhe a sua altíssima vocação. Não é de surpreender, por conseguinte, que as verdades até aqui expostas encontrem n’Ele a sua fonte e n’Ele atinjam a sua culminância.

Ele é a «Imagem de Deus invisível», é também o Homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a imagem divina, deformada desde o primeiro pecado. Porque n’Ele a natureza humana foi assumida, não absorvida, por isso mesmo ela foi elevada, também em nós, a uma dignidade absoluta. Com efeito, pela Sua encarnação, o próprio Filho de Deus uniu-se de alguma maneira a todo o homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, em tudo semelhante a nós, exceto no pecado.

---

<sup>128</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 48.

<sup>129</sup> *Ibidem*, 51;

Cordeiro inocente, pelo seu sangue voluntariamente derramado, mereceu-nos a vida e n'Ele Deus nos reconciliou consigo e conosco, libertou-nos da escravidão do diabo e do pecado, de tal modo que cada um de nós pode dizer como o Apóstolo: o Filho de Deus *amou-me e entregou-se a si mesmo por mim*. Padecendo por nós, não nos deu somente o exemplo para seguirmos os seus passos, mas rasgou um caminho que ao segui-lo, a vida e a morte tornam-se santas e adquirem um sentido novo<sup>130</sup>.

É em Jesus Cristo que é revelada ao ser humano a plenitude do seu ser. Assim, ser *imago Dei*, imagem de Deus, só se percebe na *imago Christi*<sup>131</sup>. É em Jesus Cristo que encontramos a total abertura de Deus Pai. Aquela que deveria caracterizar de maneira efetiva a nossa existência: a abertura total ao outro numa atitude de serviço que determinaria de maneira substancial as nossas “relações com os nossos irmãos e irmãs em Cristo, e a misericórdia e o amor pelo outro que Cristo, enquanto imagem do Pai, mostra para conosco”<sup>132</sup>. As origens e o fim último do ser humano só se compreendem à luz da pessoa de Jesus Cristo, porque como nos confirma a CTI, entre a origem e o futuro absoluto do ser humano encontra-se a sua atual situação existencial, cujo pleno sentido só se encontra e percebe em Cristo. É Ele que restaura a imagem de Deus no Homem, que perdoa, salva e justifica através da graça do Espírito.

Na sua história, os seres humanos crescem na sua semelhança com Cristo, moldam-se à sua imagem. “Deste modo a existência quotidiana do ser humano é definida como um esforço de sempre mais plena conformação à imagem de Cristo, procurando dedicar a própria vida ao combate para chegar à vitória final de Cristo neste mundo”<sup>133</sup>.

#### **4. À imagem de Deus: Administradores da criação visível**

Neste capítulo vamos analisar o segundo dos dois grandes temas da teologia da *imago Dei* apresentados e desenvolvidos pela CTI em *Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus*.

---

<sup>130</sup> *Gaudium et Spes*, op. cit., 22.

<sup>131</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 53.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

<sup>133</sup> *Ibidem*, 55.

Criados à imagem de Deus para tomarmos parte da vida, da comunhão e do amor trinitário, ocupamos um lugar único na criação, um lugar único no universo, que de acordo com o plano divino nos faz participantes no governo divino da criação visível. Como criaturas participamos na obra do Criador, no seu projeto de amor e de salvação. Mas não podemos falar desta participação no governo divino do mundo criado como subjugação ou de supremacia sobre o conjunto da criação. Esta participação só pode ser entendida como serviço e administração<sup>134</sup>.

O documento em análise recorda-nos as palavras do Concílio que demonstram a importância que o conceito de domínio do ser humano tem na teologia cristã, pois apenas o ser humano é designado seu administrador:

Com efeito, o homem, criado à imagem de Deus, recebeu a missão de submeter a terra e todas as coisas que nela existem, de governar o mundo na justiça e santidade, e de, reconhecendo a Deus como único Criador de todas as coisas, orientar para Ele o seu ser, bem como o universo inteiro, de tal maneira que, sujeitas ao homem todas as coisas, o nome de Deus seja glorificado em toda a terra<sup>135</sup>.

A teologia cristã afirma que o sentido último e íntimo do senhorio é o serviço, ou como que a administração de uma casa a quem Deus confiou o cuidado de todos os seus bens<sup>136</sup>. Assim, o “homem pode utilizar o seu talento para aproveitar os recursos da criação visível, e exerce este senhorio participado sobre a criação visível mediante a ciência, a tecnologia e a arte”<sup>137</sup>. Mas é no governo participado que faz da criação, que o ser humano descobre, na intimidade da sua consciência, a existência de uma lei, à qual a tradição dá o nome de “lei natural”<sup>138</sup>. Sendo de origem divina, a consciência que dela o ser humano tem, torna-o participante da lei divina. Esta lei natural impele o ser humano a procurar a verdade e o bem no seu exercício de administrador, em serviço, do universo. Sendo esta lei de origem divina e constituindo-se ela mesma como participação na lei divina, o Homem, criado à imagem de Deus, só exerce domínio sobre a criação porque esse privilégio lhe foi proporcionado por Deus.

O ser humano imita o domínio divino, mas não pode nunca tomar-lhe o lugar. Age como administrador do Criador, como a quem se atribuiu a liberdade necessária para fazer render os dons a ele confiados. Na administração, a legitimidade moral e os meios empregues na gestão da realidade criada devem ser sempre serviço

---

<sup>134</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 57-59.

<sup>135</sup> *Gaudium et Spes*, op. cit., 34.

<sup>136</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 59.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> Cf. *Ibidem*, 60.

desempenhado sempre através da participação no governo divino e a este devem estar sempre subordinadas. Assim, é pelo conhecimento científico do universo adquirido, pela responsabilidade pelo mundo natural e pela salvaguarda da sua integridade biológica que o ser humano exerce esta gestão. Mas não nos podemos esquecer que, “nem a ciência nem a tecnologia são fins em si mesmas; o que é tecnicamente possível não é necessariamente também razoável ou ético”<sup>139</sup>. Por isso, devemos colocar “a ciência e tecnologia ao serviço do plano divino para o conjunto do mundo criado e para todas as criaturas”<sup>140</sup>.

#### 4.1. A ciência e a administração do conhecimento

É próprio do Homem a tentativa de compreender o universo. Exemplo disto são as inúmeras descobertas científicas que se alcançaram essencialmente nos últimos séculos da história humana. Vista à luz da fé, a história humana compreende-se como uma história pessoal e de compromisso do Deus Uno e Trino com as pessoas que são suas criaturas. Assim, o esforço humano empreendido no conhecimento científico é um bom exemplo do serviço, na administração, que o Homem realiza de acordo com o plano salvífico de Deus.

Do meio dos conhecimentos e descobertas científicas mais importantes e mais aceites por todos ressaltam duas teorias: o *Big Bang* e a *Evolução das espécies*. São duas teorias que intentam uma explicação acerca do início do universo e da origem do ser humano. Duma explosão inicial a uma contínua expansão, da origem do átomo ao aparecimento da vida, a perceção das origens humanas é complexa e passível de muitas revisões. Ante isto, em jeito de conclusão, a CTI diz-nos:

Seja qual for a explicação que se encontre para isto, o fator decisivo nas origens do ser humano foi o contínuo aumento das dimensões do cérebro que deu como resultado finalmente o homo sapiens. Com o desenvolvimento do cérebro humano, a natureza e a velocidade da evolução foram modificadas para sempre: com a introdução de fatores unicamente humanos como a consciência, a intencionalidade, a liberdade e a criatividade, a evolução biológica assumiu nova roupagem de evolução de tipo social e cultural<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 61.

<sup>140</sup> *Ibidem*.

<sup>141</sup> *Ibidem*, 63.

A teoria da evolução não é mais uma mera hipótese, é facto aceite por todos os que pesquisam dentro desta área. Mas nem todas as correntes da teoria evolucionista são compatíveis com a fé cristã e católica, nomeadamente a corrente materialista, pois esta sem o contributo da filosofia e da teologia, incorre numa incorreta compreensão do salto ontológico humano, que não se explica apenas e só em conceitos puramente científicos. Para a Igreja, o interesse pela evolução está na conceção do ser humano enquanto criado à imagem de Deus, por isso, e ao contrário destas correntes científicas, ele não deve ser subordinado como puro meio ou como instrumento de explicação<sup>142</sup>.

Porque somos pessoas criadas à imagem de Deus, capazes de participação na comunhão e vida divina percebemos que o dom da vida natural é o fundamento do dom da vida de graça oferecida pelo Criador. Percebendo assim a que se refere o agir livre de uma pessoa “é impossível falar de uma necessidade ou de um imperativo da criação e, em última análise, não é correto falar do Criador como uma força, uma energia ou causa impessoal”<sup>143</sup>. A criação de Deus é *ex nihilo* e daí se entende que é fruto da “ação de um agente pessoal transcendente, que opera livre e intencionalmente, tendo por meta a realização das finalidades totalizadoras do empenho pessoal”<sup>144</sup>. Criado à imagem de Deus, os seres humanos assumem um papel único no universo físico dando uma nova forma à ordem natural, passando deste modo a ser agente no processo evolutivo do universo. Relativamente à singularidade da criação de Deus, a CTI afirma:

A doutrina da *creatio ex nihilo* é, pois, uma singular afirmação do carácter verdadeiramente pessoal da criação e da sua ordem em direção a uma criatura pessoal plasmada como *imago Dei*, e que responde não a uma causa impessoal, força ou energia, mas a um Criador Pessoal. As doutrinas da *imago Dei* e da *creatio ex nihilo* ensinam-nos que o universo existente é o palco de um evento *radicalmente pessoal*, em que o Criador Uno e Trino chama do nada aqueles que depois convoca no amor<sup>145</sup>.

Os teólogos podem observar hoje, com referência à *creatio ex nihilo*, que a teoria do *Big Bang* não é contrária a esta doutrina, isto se se puder afirmar que a suposição de um início absoluto não é cientificamente inadmissível. Aliás, a teoria do *Big Bang* parece dar crédito, embora que indireto, à doutrina da *creatio ex nihilo*, porque não exclui um precedente estado da matéria<sup>146</sup>. A tradição católica afirma que Deus é causa transcendente e universal e por isso é causa não apenas da existência da realidade

---

<sup>142</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 64.

<sup>143</sup> *Ibidem*, 65.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

<sup>145</sup> *Ibidem*, 66.

<sup>146</sup> *Ibidem*, 67.

criada, mas também *causa das causas*. A ação de Deus não substitui a dinâmica das causas criaturais, mas faz com que estas possam existir e agir segundo a sua natureza. Por outras palavras afirma a CTI:

No querer livremente criar e conservar o universo, Deus quer ativar e sustentar todas aquelas causas secundárias cuja atividade contribui para o desdobramento da ordem natural que Ele pretende conduzir. Mediante a atividade das causas naturais, Deus provoca o verificar-se dessas condições, necessárias para o aparecimento e a existência dos organismos vivos e, além disso, para a sua reprodução e diferenciação<sup>147</sup>.

Muitas das correntes evolucionistas não admitem lugar para uma causalidade providencial divina, já que afirmam que a evolução é apenas um processo de ordem material e radicalmente contingente. Por outro lado, cada vez mais são aqueles, mesmo cientistas, que afirmam as evidências de um plano ou projeto. Uma das evidências apresentadas são as estruturas biológicas, que “mostram uma complexidade específica – que (...) não se pode explicar em termos de um processo puramente contingente, e que foi ignorado ou mal interpretado pelos neodarwinistas”<sup>148</sup>.

Este é um debate que muito dificilmente se resolverá em favor de alguém. As tentativas extremadas de algumas correntes científicas não permitem uma aproximação cordial por parte da teologia. Por outro lado, a teologia sem a ciência também não será capaz de resolver esta controvérsia. No entanto, os teólogos da CTI alertam-nos para o facto de “que, segundo a conceção católica da causalidade divina, a verdadeira contingência na ordem criada não é incompatível com uma Providência Divina intencional”<sup>149</sup>. Causalidade divina e causalidade criada são radicalmente diferentes na sua natureza, mas o resultado de um processo natural, contingente, pode também ser inscrito no plano providencial de Deus a respeito da criação. As palavras de São Tomás de Aquino, citadas pela CTI, explicam toda esta problemática:

Efeito da Divina Providência não é apenas que uma coisa aconteça de um modo qualquer, mas que aconteça de maneira contingente ou necessária. Por isso, aquilo que a Divina Providência dispõe que aconteça infalível e necessariamente, ocorre de modo infalível e

---

<sup>147</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 68.

<sup>148</sup> *Ibidem*, 69.

<sup>149</sup> *Ibidem*.

necessário; aquilo que o plano da Divina Providência exige que aconteça de modo contingente, ocorre de modo contingente<sup>150</sup>.

Se a teoria darwinista evoca a variação genética aleatória e a seleção natural para sustentar a ideia de que a evolução é um processo completamente destituído de ordenamento ou direção, então estão a ir muito mais além do que é cientificamente demonstrável. Na perspectiva católica, a causalidade pode estar ativa em qualquer processo, seja ele contingente ou dirigido. A CTI assim o explica novamente com as palavras de São Tomás: “a causalidade de Deus, que é o agente primeiro, estende-se a todos os seres, não só quanto aos princípios da espécie, mas também quanto aos princípios individuais (...). É necessário que todas as coisas estejam sujeitas à Divina Providência, na medida da sua participação do ser”<sup>151</sup>.

Deus criou as condições necessárias para aquilo a que já chamámos de salto ontológico, o momento de transição do puro material para um plano espiritual. À ciência compete o estudo das cadeias causais da criação operada por Deus, à teologia caberá “colocar este relato da específica criação da alma humana no interior do grande plano de Deus Uno e Trino de compartilhar a comunhão da vida trinitária com pessoas humanas criadas do nada à imagem e semelhança de Deus e que, em seu nome e em conformidade com o seu plano, exercem criativamente o serviço e a soberania sobre o universo físico”<sup>152</sup>.

#### *4.2. A responsabilidade pelo mundo criado*

Os inúmeros progressos da ciência e da tecnologia dos últimos séculos da nossa história trouxeram consigo uma situação completamente nova para todos os seres vivos. Processos como a industrialização, a melhoria das condições e da qualidade de vida foram acompanhadas desde muito cedo com o reverso da moeda: destruição das condições necessárias à vida de muitos seres, aumento da poluição atmosférica e das águas, alterações climáticas, esgotamento de recursos, etc. Se, por um lado, os grandes problemas deste género vividos no mundo de hoje são consequência direta da ação e intervenção humana no planeta e nos ecossistemas, causando desequilíbrios e comprometendo a vida, por outro, esta mesma situação fez nascer uma consciência

---

<sup>150</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 69.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> *Ibidem*, 70.

mais forte dos estreitos laços que, organicamente, nos ligam a todos os outros seres vivos<sup>153</sup>.

Desta nova consciência e sensibilidade ecológica, surgiu de alguns a ideia de que o cristianismo é em parte o responsável pela crise ambiental que vivemos, precisamente por este por em evidência a posição central do ser humano, que criado à imagem de Deus é criado para governar a criação visível<sup>154</sup>. Com base no que já referimos anteriormente, percebemos que este é um predicado errado. O governo ou o senhorio do ser humano não é absoluto, mas apenas ministerial, pois o poder de governar não é seu, mas foi-lhe proporcionado pelo Criador. Neste sentido, a doutrina cristã sobre a criação e sobre a *imago Dei* nunca, em momento algum, despertou a exploração descontrolada dos recursos naturais que conseqüentemente levou ao seu esgotamento. Segundo este pensamento, a CTI diz-nos que “a crise ecológica é um problema humano e social, ligado à violação dos direitos humanos e à desigualdade no acesso aos recursos naturais”<sup>155</sup>. Ainda sobre este assunto, recorda as palavras do Papa João Paulo II que na Carta Encíclica *Centesimus Annum* afirmava:

Igualmente preocupante, ao lado do problema do consumismo e com ele estritamente conexo, é a *questão ecológica*. O homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza, mais tiranizada que governada.

Nota-se aqui, antes de mais, uma pobreza ou mesquinhez da visão humana, mais animada pelo desejo de possuir as coisas do que relacioná-las com a verdade, privado do comportamento desinteressado, gratuito, estético que brota do assombro diante do ser e da beleza, que

---

<sup>153</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 71.

<sup>154</sup> Cf. *Ibidem*, 72.

<sup>155</sup> *Ibidem*, 73.

leva a ler, nas coisas visíveis, a mensagem do Deus invisível que as criou. A respeito disso, a humanidade de hoje deve estar consciente dos seus deveres e tarefas, em vista das gerações futuras<sup>156</sup>.

Ao contrário daquilo que foi afirmado por muitos, a teologia cristã não é um motor da crise ecológica, mas um contributo direto para a sua solução porque afirma que a criação visível é dom de Deus, é espaço onde a comunhão com Ele e com os outros se pode realizar<sup>157</sup>. O ser humano, segundo o plano salvífico de Deus, é administrador do mundo criado e por isso a teologia da *Imago Dei*, afirma o papel fundamental do Homem na realização do fixar, como eterna morada, o universo levado à perfeição por Deus que salva. Deus manifesta toda a sua glória no cosmos, fez-se carne para nos salvar, em ato de perfeito amor e dádiva de si hominiza-se com as pessoas criadas, com todo o universo criado e com toda a sua história<sup>158</sup>. Assim, “segundo a perspectiva cristã, a nossa responsabilidade ética para com o ambiente natural, «morada da nossa existência», encontra portanto as suas raízes numa profunda compreensão teológica da criação visível e do nosso lugar dentro dela”<sup>159</sup>.

A teologia não pode oferecer uma solução científica ou técnica para a crise ambiental, mas pode ajudar a ver o cosmos, o mundo ambiental tal como Deus o vê: um espaço de comunhão pessoal onde o Homem, criado à imagem de Deus, procura comunhão recíproca e a perfeição do universo. Assim somos chamados a cultivar e a guardar o jardim que é o mundo, temos responsabilidades específicas sobre o ambiente, pois este foi colocado, por Deus, ao serviço da sua dignidade pessoal<sup>160</sup>.

Somos chamados à responsabilidade pelo mundo ambiental, mas consequentemente também chamados à responsabilidade sobre o mundo animal. Tal como o ser humano, os animais são criaturas de Deus, mas ao Homem, pela sua diferença escatológica como criado à imagem de Deus, é-lhe dado o domínio sobre o mundo animal. A tradição cristã afirma que é legítimo o justo uso dos animais<sup>161</sup>, mas a CTI adverte para que “seja qual for o modo de servir-se dos animais, é necessário sempre deixar-se guiar pelos princípios já ilustrados; a soberania humana sobre o mundo animal é essencialmente uma administração da qual os seres humanos deverão prestar contas a Deus, que é o Senhor da criação no sentido mais autêntico<sup>162</sup>.

---

<sup>156</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, (1 de maio de 1991), 37. Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/encyclicals/documents/hf\\_jpii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jpii_enc_01051991_centesimus-annus_po.html) [Consultado em 15 de dezembro de 2013].

<sup>157</sup> Cf. COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 74.

<sup>158</sup> Cf. *Ibidem*, 75-76.

<sup>159</sup> *Ibidem*, 76.

<sup>160</sup> Cf. *Ibidem*, 77-78.

<sup>161</sup> Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, op. cit., 2417-2418.

<sup>162</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 80.

### 4.3. A responsabilidade para com a integridade biológica dos seres humanos

São factos da nossa modernidade os grandes desenvolvimentos ao nível da biologia, bioquímica e da biologia molecular. Inúmeros desenvolvimentos e conhecimentos que permitem à ciência e a medicina contemporâneas conhecer, diagnosticar e operar transformações no ser humano. Urge então, a preocupação sobre os limites que essas tecnologias devem ter relativamente à tentativa e tentação que o ser humano tem de se recriar a si mesmo: “O exercício de uma responsável administração no terreno da bioética exige uma atenta reflexão moral sobre o alcance das tecnologias que podem incidir sobre a integridade biológica dos seres humanos”<sup>163</sup>.

Criado à imagem de Deus, o corpo do ser humano assume um valor e uma finalidade teleológica. O seu corpo não tem um valor meramente instrumental, é um bem em si mesmo. Por isso, o ser humano não pode dispor plenamente do seu corpo e usá-lo como um meio para alcançar um fim que ele próprio escolheu e determinou, não pode modificar o seu corpo ou dar-lhe um fim<sup>164</sup>. O corpo humano é uma unidade física de órgãos e membros que se encontram em relação de dependência recíproca, é parte intrínseca e constitutiva da pessoa e por isso é um bem em si mesmo. Qualquer uso do corpo ou o seu sacrifício só podem ser considerados tendo em conta um princípio essencial e absoluto: a preservação da vida. Não é direito humano pôr e dispor plenamente da sua natureza biológica porque “Deus e o ser criado à sua imagem não podem ser objeto de alguma ação humana arbitrária”<sup>165</sup>.

A CTI, num dos últimos parágrafos do documento sintetiza deste modo:

O nosso status ontológico de criaturas feitas à imagem de Deus impõe determinados limites à nossa capacidade de dispor de nós mesmos. O senhorio que nos é outorgado não é ilimitado: exercemos uma certa soberania participada sobre o mundo criado e, afinal, temos de prestar contas do nosso serviço ao Senhor do universo. O ser humano é criado à imagem de Deus, mas ele mesmo não é Deus<sup>166</sup>.

Deste modo, toda e qualquer modificação ou alteração da identidade genética no ser humano é imoral porque “o princípio de vida espiritual do ser humano – que dá

---

<sup>163</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 81.

<sup>164</sup> Cf. *Ibidem*, 82.

<sup>165</sup> *Ibidem*, 84.

<sup>166</sup> *Ibidem*, 86.

forma à matéria no corpo da pessoa humana – não é produto das mãos humanas (...) <sup>167</sup>. A unidade e unicidade da pessoa não pode ser instrumentalizada ou melhorada por alterações na sua ordem física. O Homem só se melhora “realizando de modo mais pleno a imagem de Deus nele, unindo-se a Cristo e imitando a Cristo” <sup>168</sup>.

## **5. Comunhão e serviço: A irreduzível dignidade da pessoa** <sup>169</sup>

A dignidade da pessoa humana radica e fundamenta-se na sua criação à imagem e semelhança de Deus e realiza-se na vocação à comunhão da vida divina. Cada ser humano é único e irrepetível, por isso o chamamento que Deus faz é pessoal. O facto de Deus nos ter criado porque assim o quis como fim e não como meio, faz do Homem concreto e singular um valor em si mesmo absoluto, que não pode ser colocado em função de nada.

A relação com Deus, relação de amor e comunhão, postula o valor absoluto do ser humano, é ela que torna evidente o salto ontológico, que torna real o valor do ser humano em si mesmo e para si mesmo. Só a relação com Deus pode fazer a criatura contingente, como é o Homem, num absoluto relativo. No seu ser para Deus, o ser humano fundamenta a sua personalidade e, conseqüentemente, o segredo da sua inviolável e irreduzível dignidade e valor. Exemplo máximo desta relação constitutiva e ontológica entre Deus e o ser humano é a pessoa de Jesus Cristo, que homem entre os humanos, veio confirmar clara e definitivamente o valor absoluto da pessoa humana. Ele é a presença real da presença de Deus no humano, como imagem perfeita do Pai.

Na relação com Deus fundamenta-se a razão mais importante da dignidade humana, porque o Homem é sujeito ativo dum diálogo que surge da vida, comunhão e amor divino, e por isso a ele se deve um respeito absoluto. A relação com Deus sustenta a mesmidade do ser humano: só o Ser pessoal por excelência pode conferir “pessoalidade” à sua criatura.

O documento que aqui apresentamos, pela análise que faz da doutrina da *imago Dei* aponta-nos dois caminhos de percepção do fundamento da dignidade da pessoa: a comunhão e o serviço. São elementos chave para a interpretação da doutrina da criação à imagem de Deus e, conseqüentemente, percebendo que somos criados à imagem, percebemos que a nossa dignidade, radicada em Deus, é irreduzível, é valor absoluto.

---

<sup>167</sup> COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, op. cit., 91.

<sup>168</sup> *Ibidem*.

<sup>169</sup> Sobre este assunto sigo de perto: Juan L. Ruiz de la PEÑA, *Imagen de Dios*, 175-187.

Este valor, esta dignidade, assume ainda maior importância porque o ser pessoa assume-se como ser relacional, constitutivamente aberto ao diálogo com um tu. O valor irreduzível da pessoa deve ser critério último das relações que estabelecemos uns com os outros, mas também da relação conosco mesmos. É na relação que descobrimos o valor transcendental de cada pessoa, porque é no encontro que damos conta dos direitos provenientes da sua dignidade enquanto criatura. O Catecismo da Igreja Católica explica-o em dois pontos:

O respeito pela pessoa humana implica o dos direitos que dimanam da sua dignidade de criatura. Esses direitos são anteriores à sociedade e impõem-se-lhe. Estão na base da legitimidade moral de qualquer autoridade: desprezando-os ou recusando reconhecê-los na sua legislação positiva, uma sociedade atenta contra a sua própria legitimidade moral. Faltando esse respeito, uma sociedade não tem outra solução, senão o recurso à força e à violência, para obter a obediência dos seus súbditos. É dever da Igreja trazer à memória dos homens de boa vontade aqueles direitos, e distingui-los das reivindicações abusivas ou falsas<sup>170</sup>.

O respeito pela pessoa humana passa pelo respeito pelo princípio: «Que cada um considere o seu próximo, sem qualquer exceção, como «outro mesmo», e zele, antes de mais, pela sua existência e pelos meios que lhe são necessários para viver dignamente». Nenhuma legislação será capaz de, por si mesma, fazer desaparecer os temores, os preconceitos, as atitudes de orgulho e egoísmo que são obstáculo ao estabelecimento de sociedades verdadeiramente fraternas. Tais atitudes só desaparecem com a caridade, que vê em cada homem um «próximo», um irmão<sup>171</sup>.

Ver o outro como o próximo, como irmão é o exemplo máximo da nossa disponibilidade para o amor com Deus e com os outros, é a caridade. Há um “nexo indivisível entre o amor a Deus e o amor ao próximo: um exige tão intimamente o outro que a afirmação do amor a Deus se torna uma mentira, se o ser humano se fechar ao próximo ou, inclusive, o odiar”<sup>172</sup>. É precisamente a este valor irreduzível da pessoa e da sua dignidade a que se referem os outros capítulos deste trabalho, sendo a problematização da educação para valores, analisada no primeiro capítulo, necessária para compreendermos a importância deste segundo. De que nos vale falar da irreduzível

---

<sup>170</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, op. cit., 1930;

<sup>171</sup> *Ibidem*, 1931;

<sup>172</sup> BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus caritas est* (25 de dezembro de 2005) AAS 98 (2006) 217-252, 16.

dignidade da pessoa, do ser imagem e semelhança Deus, se depois na escola, no nosso meio de intervenção, não há lugar a uma educação para valores. Como vimos anteriormente, ela existe e é cada vez mais necessária: a educação para os valores humanos sintetizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos é um exemplo.

Apenas depois das fundamentações teóricas inscritas no primeiro e segundo capítulo deste trabalho, podemos pensar de modo concreto o como transmitir e partilhar estes conceitos fundamentais no contexto de sala de aula. Se verificámos que a educação para os grandes valores do ser humano, como a sua irredutível dignidade, ocupa lugar de destaque nas escolas então sabemos que a nossa missão é fazer parte desse processo de educação para valores. Se verificámos que a dignidade do ser pessoa radica no mais alto Bem e Valor, Deus, porque somos sua imagem e semelhança, então sabemos que da nossa missão faz parte a transmissão deste fundamento impar e excepcional que nos caracteriza como pessoas.

## **CAPÍTULO III – A PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA: DISPOSITIVO PEDAGÓGICO E DIDÁTICO PARA A UNIDADE LETIVA N.º 4, “A PESSOA HUMANA”, DO 6.º ANO DE ESCOLARIDADE**

Após análise e reflexão de conteúdos fundamentais relativos à Unidade Letiva 1 - “A pessoa humana”, que integra o programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica do 6.º ano de escolaridade, importa, neste último capítulo do nosso trabalho, descrever e analisar a experiência pedagógica e didática da sua lecionação, em cinco aulas, à turma 4 do 6.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches. Desde modo, este capítulo desenvolve-se em duas partes: uma primeira relativa aos intervenientes do contexto de lecionação e a segunda dedicada ao que à globalidade da planificação das aulas lecionadas diz respeito.

### **1. A escola, a turma e o professor de EMRC**

A escola, a turma e o professor constituem-se, por si mesmos, como os eixos fundamentais do processo de ensino-aprendizagem. A eles se exigem características únicas de modo que todos possam contribuir para o completo desenvolvimento de todos a que a eles estão afetos: esta é a finalidade última destes três eixos basilares.

#### *1.1. A escola*

Hoje pensamos a escola como um organismo vivo, ativo, dinâmico e aberto ao meio envolvente. Por isso, a escola exige aos seus intervenientes, novas posturas, novas responsabilidades. A escola não é apenas local de transmissão e apropriação de conhecimentos é local de experiência de vida, onde alunos, professores, funcionários, pais e outros intervenientes participam ativamente e vivem parte da sua vida. Assim, é extremamente necessário que cada um se sinta parte integrante dela.

Qualquer organização é caracterizada pelas relações que se estabelecem entre os seus membros. É neste contexto que as relações interpessoais se vão tornando mais vincadas: as pessoas convivem, vivem experiências juntas, desenvolvem elementos que as congregam, etc. Mas a escola não é uma organização qualquer. A escola distingue-se de outras organizações, nela não há, ou pelo menos não deve haver, uma

finalidade lucrativa, mas apenas e só o desenvolvimento integral dos alunos, na sua pluralidade de dimensões. A escola é uma realidade e um contexto social porque, para além de um espaço físico, é espaço de relação de pessoas que se situa num sistema de interação caracterizado por determinados estatutos, papéis e regras de funcionamento.

Segundo o seu projeto educativo<sup>173</sup>, o Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches integra um conjunto de sete escolas, sendo que cinco são do 1.º ciclo do ensino básico, uma do ensino pré-escolar e uma do 2.º e 3.º ciclo, denominada de Escola Dr. Francisco Sanches, sede do Agrupamento e local onde decorreram as aulas da Prática de Ensino Supervisionada. Ao nível geográfico, a escola situa-se numa área de influência de bairros sociais, que acolhem pessoas originárias das mais diversas partes do mundo, cuja língua materna não é o português<sup>174</sup>. A população escolar é bastante heterogénea e uma parte significativa dos alunos provém de contextos familiares difíceis, com baixos recursos e com muito pouco acesso aos bens culturais. A escola é, assim, e pelas suas próprias palavras, uma instituição preocupada com a realidade concreta dos seus alunos, reconhecendo neles o elemento mais importante no processo educativo: segundo o projeto educativo, este Agrupamento de Escolas aponta núcleos de desenvolvimento educativo que são importantes elementos caracterizadores da escola:

### **Diversidade**

O agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches tem uma diversidade linguística, cultural e étnica muito significativa, não apenas pela presença de alunos estrangeiros e de etnia cigana mas também porque cada um dos alunos traz para dentro da escola, e dos seus processos de aprendizagem, as experiências e os hábitos das suas famílias e dos seus bairros e grupos culturais. A opção por uma real política de inclusão expressa-se no estudo das características de cada aluno na perspetiva da identificação da sua identidade e na garantia de criar as condições possíveis e necessárias para implementar medidas de apoio à aprendizagem, assim como, a existência de uma diversidade de recursos pedagógicos, projetos e atividades de enriquecimento

---

<sup>173</sup> Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES, *Projeto Educativo*, Braga, 2014, pp. 4-8.

<sup>174</sup> É por este motivo que, em 2009, a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches foi definida como Território Educativo de Intervenção Prioritária, para que a escola se constituísse como uma oportunidade no desenvolvimento de um território social e economicamente frágil, tendo como foco prioritário as crianças e os jovens desse território, bem como as suas famílias. Tem em vista o desenvolvimento de medidas que possam confrontar as situações de maior desigualdade e situações mais problemáticas, de modo a que se promova, não só o sucesso educativo, mas também o desenvolvimento da comunidade que envolve a escola.

curricular, algumas com efeitos positivos na imagem social do agrupamento, demonstrando um forte investimento na formação integral dos alunos e na sua motivação para a aprendizagem.

### **Solidariedade, interculturalidade, saúde e educação financeira**

A solidariedade, a interculturalidade, a saúde e a educação financeira são as quatro áreas da cidadania tornadas prioritárias neste projeto educativo que irão ser o suporte para o desenvolvimento da cidadania quer para evidenciar a qualidade das aprendizagens dos alunos<sup>175</sup>.

No presente ano letivo na Escola Dr. Francisco Sanches decorreram, e ainda decorrem, obras de requalificação do seu espaço. Apesar do bom funcionamento e bom ambiente na escola, as más, e por vezes inexistentes, condições das salas de aula e de outros espaços levam a uma certa instabilidade no funcionamento das atividades escolares. No entanto, é de salientar o espírito positivo e criativo com que alunos, professores e funcionários encaram o problema, não deixando com que as más, ou a falta de condições, interfiram de modo substancial no trabalho diário de uma escola.

## *1.2. A turma de estágio*

O processo de ensino-aprendizagem ocorre e decorre principalmente em contexto de sala de aula, onde alunos e professores interagem, onde alunos se relacionam com outros alunos, num espaço e tempo que se torna social e do qual resulta um grupo, a que chamamos turma<sup>176</sup>. A turma constitui-se no contexto de sala de aula e nas relações que aí são estabelecidas entre os seus intervenientes. Por isso, e como cada grupo é específico e desenvolve relações e dinamismos diferentes, cada turma é uma turma, cada uma desenvolve os seus processos próprios de desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, as suas dinâmicas de interação. A turma não é uma realidade estática, mas dinâmica, porque alunos e professores não são objetos, mas pessoas. Neste contexto, na turma, devem ser criados ambientes de aprendizagem direcionados aos alunos que constituem a turma, tendo em vista o aumento da motivação e desenvolvimento produtivo do grupo.

O trabalho dos professores em contexto de turma deve privilegiar sempre a preocupação por cada aluno, os seus interesses, a sua motivação, a sua afetividade e

---

<sup>175</sup> AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES, op. cit., p. 5.

<sup>176</sup> Cf. Richard ARENDS, *Aprender a ensinar*, 7.ª ed., Editora McGraw-Hill de Portugal, Lisboa, 2008, p. 109.

a sua sensibilidade, mas ao mesmo tempo, o desenvolvimento da turma enquanto grupo, ensinando o grupo a crescer e a aprender, ajudando-o a trabalhar como grupo que são<sup>177</sup>.

A caracterização escolar e socioeconómica dos alunos que compõem a turma é realizada a partir de dados e informações recolhidas dos processos individuais dos alunos e das suas fichas biográficas. Normalmente o primeiro contacto que temos com a turma é feito através destas informações, mas este *modus operandi*, apesar de ser importante para analisarmos as características gerais do grupo de alunos não é o mais relevante. Essencial é a caracterização da turma realizada em contexto de sala de aula em contacto estreito com a turma.

A turma quatro do sexto ano de escolaridade é composta por vinte e um alunos, catorze do sexo feminino e sete do sexo masculino com idades compreendidas entre os dez e os doze anos. Um aluno desta turma está referenciado como aluno de necessidades educativas especiais, e outros três alunos não se encontram inscritos na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Do conjunto dos vinte e um alunos, sete beneficiam da Ação Social Escolar: quatro de escalão A, dois de B e um de C.

No contacto com a turma em sala de aula, limitado a cinco aulas de quarenta e cinco minutos cada, o sexto quatro apresenta-se, na generalidade, como uma turma muito participativa, que realiza com interesse todas as tarefas propostas, quer em sala de aula quer fora dela, e que em todos os momentos demonstrou interesse pelos conteúdos que estavam a ser apresentados. Uma das características mais marcantes da turma de estágio é a sua capacidade de participação no decorrer da lecionação e interação com o professor e entre alunos. É uma turma que pela sua participação permite um diálogo frutífero, capaz de aplicar os conteúdos lecionados às realidades e vivência pessoais. Ao longo do período de estágio, a turma mostrou-se receptiva à utilização de recursos diversificados, nomeadamente as tecnologias de informação e comunicação. Entre alunos, e por aquilo que percebemos no decorrer do estágio, existe um espírito de cooperação, entreajuda e solidariedade, mas o mesmo se aplica na relação existente com os professores e funcionários da escola.

### 1.3. O professor

Aprender a ser professor é uma viagem longa e complexa, repleta de desafio e entusiasmos. Começa com as muitas experiências que temos

---

<sup>177</sup> Richard ARENDS, op. cit., p. 130.

com os nossos pais e irmãos, continua enquanto observamos professor após professor ao longo de dezasseis a vinte anos de escolaridade, e culmina formalmente com a formação profissional, continuando no entanto ao longo de uma vida inteira de experiências de ensino<sup>178</sup>.

A docência não é uma mera profissão, é vocação, é resposta à sociedade no apoiar e orientar a formação e educação das gerações futuras. Não é uma função mecanicista, mas dinâmica: o professor ensina, mas também aprende, forma e é formado, apoia e é apoiado, comunica e com ele comunicam outros. Acima de tudo, a maior função de um professor é “ser”, pois não basta que tenha um certificado ou um diploma, mas que, com responsabilidade assuma, o seu papel de educador de pessoas e da Pessoa.

A escola é hoje um mundo de diversidade cultural à qual tem, por vezes, dificuldades para dar resposta e é o professor que tem de desempenhar a sua função enquanto educador em contextos multiculturais complexos<sup>179</sup>. As exigências são sempre elevadas e por isso tem que existir uma necessária preparação por parte dos docentes. Apenas com uma excelente preparação, os professores “estão familiarizados com um conjunto de conhecimentos existente relativo ao ensino, que estão todos dotados de um repertório de práticas eficazes, que têm atitudes de reflexão e resolução de problemas e que consideram o processo de aprender a ensinar um processo para toda a vida<sup>180</sup>.

Segundo Arends<sup>181</sup>, a docência desenvolve-se a três níveis: executivo, interativo e organizacional. O nível executivo refere-se ao papel de liderança do professor em contexto de sala de aula desde toda a gestão de recursos humanos e físicos até ao estímulo motivacional; o nível interativo refere-se aos métodos e procedimentos utilizados na contínua ação e interação pedagógica com os alunos; o nível organizacional refere-se ao trabalho do docente na comunidade escolar, no seio de todos os seus agentes.

O Decreto-lei n.º 240/2001, de trinta de agosto, delineia quatro dimensões essenciais ao perfil de um professor<sup>182</sup>:

- a) Dimensão profissional, social e ética;
- b) Dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;

---

<sup>178</sup> Richard ARENDS, op. cit., p. 15.

<sup>179</sup> Cf. *Ibidem*, p. 27.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>181</sup> Cf. *Ibidem*, p. 14-17.

<sup>182</sup> Cf. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Decreto-lei n.º 240/2001, de 30 de agosto in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série - A - N.º - 30 de agosto de 2001.

- c) Dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade;
- d) Dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida;

Ao lermos, com atenção, os documentos procedidos do Ministério da Educação sobre o perfil do professor, temos que reconhecer e aceitar que também esse perfil é um pressuposto necessário ao docente de EMRC<sup>183</sup>. Mas, na procura de uma definição ou de um perfil do professor de EMRC, não podemos esquecer a natureza, o fim e a condição específica desse docente. D. António Francisco dos Santos, num documento dirigido aos professores de EMRC, afirma que a eles é pedido:

- Identificação com a disciplina de EMRC, conhecimento hermenêutico do programa, capacidade de planificar conteúdos em função do essencial e dos alunos;
- Dedicção a cada aluno, identificando neles o rosto de Cristo e vivendo com eles e por eles os desafios do Reino e os valores do Evangelho;
- Inserção ativa e entusiasta na comunidade educativa e criatividade no estabelecer de pontes entre a comunidade educativa e a comunidade cristã. Isto exige uma identificação com o magistério da Igreja e implica uma maturidade cristã que se revela na vida e se afirma na escola. Às vezes, para muitos alunos e professores, o professor de EMRC é o único rosto da Igreja na escola e até na vida;
- Empenhamento na comunidade eclesial e colaboração com o Secretariado Diocesano. É essencial este duplo vínculo, à Paróquia e ao Secretariado, a que se deve acrescentar a capacidade de trabalhar em conjunto e partilhar com outros professores de EMRC de escolas mais próximas;
- Disponibilidade para ser, no quadro da escola e no ambiente dos pais, instrumento de diálogo entre a Igreja e o mundo, entre a razão e a fé;
- Atitude de serenidade, de esperança e de alegria – mesmo em tempos difíceis e em circunstâncias adversas<sup>184</sup>.

---

<sup>183</sup> Cf. D. António Francisco dos SANTOS, “O Professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional”, in *Pastoral Catequética*, n.º 21/22 (2011/2012), p. 13.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 14.

Só partindo destes pressupostos o professor de EMRC tem condições para se comprometer com a realidade concreta da escola e da sua comunidade envolvente, na busca incessante da verdade que liberta, porque a disciplina de EMRC constitui-se, no centro do sistema educativo, como uma autocrítica ante o relativismo moral e ético e neutralidade presente na escola e na sociedade em geral<sup>185</sup>. Ao professor de EMRC compete a compreensão de si mesmo na realidade situacional em que se encontra e a compreensão da realidade situacional dos seus alunos.

Como educador, o docente de EMRC, em diálogo aberto e sincero, deve conhecer e compreender os outros, aproximando-se deles e deixando perceber a sua sensibilidade humana característica de cristão, deixando perceber a marca sempre construtiva do cristianismo. Como testemunho de fé, ao docente compete a “capacidade de tornar o cristianismo atuante enquanto humanização da comunidade, tantas vezes esgotada no desempenho de funções e esvaziada na aridez da burocracia”<sup>186</sup>. No mesmo documento já citado, D. António Francisco, resumindo todo o perfil do professor de EMRC, afirma:

O professor de EMRC será, ainda, em tempos de crise e de aparente ausência de rumo, a presença de uma notória afirmação de que educar é encaminhar para alhares, é construir, sempre, sem se bastar com o já conquistado, porque se está em caminho.

(...)

Pela consistência do seu testemunho de centramento no aluno e de, com este, percorrer o caminho da verdade, o professor de EMRC deverá sentir sempre a inquietude de ousar partir ao encontro do outro. Ao encontro do aluno, dos demais docentes, das famílias, dos demais membros da comunidade educativa.

(...)

É porque não há concepções não condicionadas, indeterminadas, que a EMRC tem um lugar legítimo no sistema educativo português e que o professor de EMRC deve sentir-se identificado com uma concepção integral do humano, que quanto mais humano mais se diviniza. O papel do docente de EMRC não poderá ser senão o de garantir que o humano seja verdadeiramente humano. E não menos do que isso. E aí afirmamos a beleza da nossa fé cristã e nos encontramos com a nossa vocação e a nossa missão de professores de EMRC.

---

<sup>185</sup> Cf. D. António Francisco dos SANTOS, op. cit., p. 14.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 16.

Do ponto de vista pessoal, convém aqui recordar, que a minha posição enquanto professor não é nova, visto que já leciono a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica há cerca de quatro anos. Apesar do ensino, do espaço e do contexto de sala de aula não serem uma novidade para mim, optei e sempre tentei uma postura neutra face àquilo que foi e é a minha prática pedagógica e didática durante estes quatro anos. O período de estágio foi momento de fazer tábua rasa a tudo aquilo fiz durante este tempo, e aprendendo com quem sabe mais, repensar a minha prática diária, procurar novas metodologias, novas dinâmicas, sempre na busca da melhor aprendizagem por parte dos alunos.

## **2. Pedagogia e didática**

Tendo em conta tudo o que já foi referido acerca da escola, da turma de estágio e do professor, apresentamos, de seguida, todo o trabalho e concretização da planificação da Unidade Letiva “A pessoa humana” para a turma quatro do sexto ano de escolaridade, do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches. Num primeiro momento fazemos uma contextualização desta Unidade Letiva e de seguida a apresentação detalhada da planificação e execução da mesma em cinco aulas. Num último momento, fazemos uma avaliação do trabalho realizado, quer na planificação quer em contexto de sala de aula, procurando uma análise cuidada a pontos fortes e a elementos menos conseguidos, sempre no intuito de melhorar continuamente, contribuindo para a melhoria e enriquecimento das aprendizagens dos alunos e ao bom desempenho da carreira docente.

### *2.1. Contextualização da Unidade Letiva “A Pessoa Humana” no âmbito das propostas de lecionação para o 6.º ano de escolaridade*

A Unidade Letiva “A pessoa humana” aparece-nos no contexto de lecionação do sexto ano de escolaridade do ensino básico do currículo da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Para este ano de ensino são propostas, pelo programa de EMRC<sup>187</sup>, cinco Unidades Letivas: Unidade Letiva 1 – A pessoa humana; Unidade Letiva

---

<sup>187</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007, pp. 83-91.

2 – Advento e Natal; Unidade Letiva 3 – Família, comunidade de amor; Unidade Letiva 4 – O pão de cada dia; e a Unidade Letiva 5 – O respeito pelos animais. Como programa proposto, ele é ponto de referência, constitui-se como um conjunto de orientações que deixam margem de liberdade a quem produz os materiais pedagógicos e aos professores na ação de planificação e organização do processo de ensino-aprendizagem.

Na ordem proposta pelo Programa de Educação Moral e Religiosa Católica<sup>188</sup>, a Unidade Letiva “A pessoa humana” aparece em primeiro lugar, sendo aquela que propõem para ser lecionada logo no início do primeiro período. A planificação anual da disciplina de EMRC para o sexto ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches respeita a ordem proposta pelo programa e por isso a Unidade Letiva 1 – A pessoa humana foi a primeira a ser lecionada.

A leção decorreu na turma quatro do sexto ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, no período compreendido entre os dias 11 de novembro e 10 de dezembro de 2013, todas as terças-feiras, das 10:05h às 10:50h, num total de cinco aulas de quarente e cinco minutos cada.

Pode-se achar estranho o facto de termos afirmado anteriormente que esta Unidade Letiva estava prevista ser lecionada no início do ano letivo e a leção só ter começado a 11 de novembro, quase dois meses depois das atividades letivas terem começado. A questão deveu-se simplesmente a questões “logísticas”. Visto que os professores estagiários são cinco e a turma em questão ser aquela que reunia melhores condições para os receber, houve a necessidade de agilizar ao longo do ano letivo todas as leções dos professores estagiários. Assim, a professora Cooperante, adiou um pouco a leção desta Unidade Letiva, permitindo o completo desenvolvimento da mesma pelo professor estagiário na turma acima referida.

## 2.2. A Unidade Letiva: Planificação

Richard Arends afirma que a “planificação e a tomada de decisão são vitais para o ensino e interação com todas as funções executivas do professor”<sup>189</sup>. Percebemos por esta afirmação que as atividades relativas à planificação devem preencher uma significativa parte do tempo de um professor, dedicado à preparação da atividade letiva. Neste sentido, a planificação surge como um instrumento de apoio à intervenção do

---

<sup>188</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007, pp. 83-91.

<sup>189</sup> Richard ARENDS, op. cit., p. 44.

responsável pela ação a desenvolver, pelo que Escudero, citado por Zabalza<sup>190</sup>, afirma que a planificação implica ter em conta os rumos da ação, ajudando a organizar, de algum modo, o que se espera que aconteça. A planificação funciona como um inquirir das nossas previsões acerca da ação que irá ser desenvolvida, a forma como contribuímos para o desenvolver da ação e a perceção dos objetivos a atingir através da ação.

Segundo Zabalza, a planificação é um processo que parte da decisão sobre o que vai ser desenvolvido. A partir dessa tomada de posição, orientam-se e delineiam-se os objetivos a atingir, o que fazer para os atingir e a forma de verificar se os objetivos propostos foram atingidos<sup>191</sup>. Desta maneira, este processo parte de um conjunto de decisões a tomar que, planificadas, irão ajudar a moldar o currículo específico da disciplina e aplica-lo de acordo com a realidade e os aspetos específicos da situação de ensino, tendo em conta as características próprias de cada escola, de cada turma. A planificação é um processo essencial em educação, mas mais ainda quando é elaborada em contexto de formação inicial de professores, já que prepara toda a ação do professor relativamente à escola, aos pais e a outros professores, assim como prevê a ação do docente e os seus resultados.

As planificações devem ter em conta não só o Currículo Nacional do Ensino Básico e Secundário e os programas escolares das disciplinas que os alunos frequentam, mas também outros referenciais, tais como o Projeto Educativo da escola e da turma, pois estes ajudam-nos a planificar em conformidade com realidades concretas. Indo ao encontro das realidades concretas da sala de aula, a planificação não pode obedecer a regras rígidas, não pode ser uma listagem de coisas a fazer a qualquer custo. A planificação deve, sim, prever o reajustamento e a reformulação da mesma sempre que se justifique ao longo da sua conceção e execução, não esquecendo a “participação dos alunos na seleção e organização de atividades”<sup>192</sup>.

Existem três formas fundamentais de planificação: a longo, médio e a curto prazo. A planificação a longo prazo (normalmente anual) faz-se no início do ano letivo e tem como principal objetivo a seleção e distribuição dos conteúdos, tendo em conta aquilo que se considera ser melhor para a escola, baseando-se no plano curricular e nas suas orientações. A partir daí, ao longo do ano letivo, as opções iniciais podem ser reajustadas para cada turma em particular, depois de um conhecimento mais concreto dos alunos. Por planificação a médio prazo podemos entender os planos de uma unidade de ensino ou de um período de aulas. A unidade corresponde a um conjunto

---

<sup>190</sup> M. ZABALZA, *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*, Edições Asa, Porto, 1994, p. 47.

<sup>191</sup> Cf. *Ibidem*, p. 48.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 49.

de conteúdos e objetivos que lhes estão associadas e que estão organizadas num conjunto lógico. Este tipo de planificação é aquela em que melhor percebemos a forma como o docente encara a dinâmica da aprendizagem, pois é com esta forma de trabalho que se traça o caminho a percorrer num conjunto de aulas, identificando materiais necessários, conteúdos, atividades, instrumentos de avaliação, o tempo a utilizar, etc.

Por último, a planificação a curto prazo, normalmente conhecida como plano ou planificação de aula, é aquela que mais atenção recebe, chegando até a ser obrigatória em algumas escolas. Estes planos de aula têm esquematizados os conteúdos a serem lecionados, as técnicas a utilizar, assim como a forma de motivar os alunos para a tarefa a realizar, e explicam passo a passo as atividades que os alunos terão que realizar, os materiais necessários e a forma como os educandos serão educados tendo em conta essas atividades. Segundo Arends, um plano deste género é o mais provável de ser pedido aos estagiários em contexto de estágio, pois são mais detalhados e mais pormenorizados, mas ao mesmo tempo servem para incutir confiança aos professores principiantes, ajudando-os a organizar e conduzir a sua ação<sup>193</sup>.

Para terminar esta caracterização da planificação, lembramos que o professor deve ser capaz de elaborar um plano de aula, como, da mesma forma, deve ser capaz de o pôr de lado, porque as aulas são espaço e tempo vivo e dinâmico, de características individuais e coletivas, onde acontecem interações humanas e, por isso, nunca podem ser um decalque do que está escrito numa folha de papel. Neste sentido, a planificação pode e deve ser encarada sempre como um documento orientador, de simplificação e organização do que um professor espera pôr em prática na sua intervenção, e por isso ele pode abandoná-la e orientar uma outra ação rica em experiências de aprendizagem relevantes para os seus alunos.

Sendo as duas últimas formas ou tipologias de planificação as mais importantes para um professor estagiário, foram aquelas sobre as quais mais nos debruçamos: o pensar e planificar a Unidade Letiva nos seus objetivos e atividades gerais e depois o pensar e planificar aula a aula. De seguida, é apresentado o trabalho pessoal relativamente à planificação.

Partindo do programa da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica<sup>194</sup>, reuni os conteúdos referentes à Unidade Letiva 1 – A pessoa humana do que considere serem os principais e aglutinadores dos restantes conteúdos, adaptando-os à realidade escolar dos alunos que constituem a turma quatro do sexto ano para um total de cinco aulas. Estes conteúdos, que foram aprofundados, do ponto de vista teórico e teológico, no capítulo antecedente, foram organizados numa planificação global da Unidade

---

<sup>193</sup> Richard ARENDS, op. cit., p. 59.

<sup>194</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, op. cit., pp. 83-84.

Letiva, tendo em conta a clareza e o sentido evolutivo das aprendizagens, sempre de modo a serem apreendidos mais facilmente pelos alunos. Neste aspeto, procurei sempre utilizar uma diversidade alargada de recursos e metodologias pedagógico-didáticas, sempre no intuito de criar o contexto mais propício para o melhor desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Assim, a planificação a médio prazo (global ou de unidade) de “A pessoa humana” assenta em três pilares principais:

1. A estrutura individual e irrepitível da pessoa e o reconhecimento da sua dignidade;
2. As dimensões da pessoa humana: biológica, social e espiritual;
3. Ser pessoa, ser dotado de direitos e deveres.

Atendendo ao facto de dispor apenas de cinco aulas para a leção desta Unidade Letiva, considerei importante distribuir os conteúdos, relativos a estes três temas principais, tendo em conta o seu grau de importância, assim como a sua articulação. Procurando introduzir a Unidade Letiva, dediquei a primeira aula ao primeiro tema, analisando os conceitos essenciais para a compreensão do que é ser pessoa e para o reconhecimento da sua irredutível dignidade. A segunda e terceira aula foram dedicadas ao segundo tema acima referido, numa tentativa de perceber aquilo que nos constitui e caracteriza como pessoas. Na quarta e na quinta aula, procurei, com os alunos, perceber o porquê da necessidade de existirem direitos e deveres, onde eles se fundamentam e radicam, e perceber a importância que cada um de nós tem, no seu dia-a-dia, na execução e defesa destes, num caminho que devemos fazer de salvaguarda da dignidade do ser humano enquanto pessoa.

Como já foi referido, a prática pedagógica decorreu às terças-feiras, das 10:05h às 10:50h. A aula é precedida de intervalo, com a duração de quinze minutos, o que me possibilitou e facilitou a preparação da mesma: preparação do espaço de sala de aula e dos recursos necessários para a realização da aula de modo a prevenir quaisquer imprevistos. Apesar da sala de aula estar equipada com computador, tomei a liberdade de utilizar o meu computador pessoal, prevenindo incompatibilidades de *software*, mas recorri ao material da escola requisitando um videoprojector. Depois duma primeira e prévia visita à sala de aula, decidi manter a configuração do espaço: em três filas de mesas, todas orientadas para o quadro e para a mesa do professor. Pelo facto do espaço da sala ser reduzido, a projecção central, inicialmente pensada, verificou-se limitativa para os movimentos do professor e de difícil percepção para os alunos. Por isso, optei pela projecção na parede lateral da sala que, apesar de não ser cómoda nem a mais indicada, é aquela que me pareceu mais eficaz.

Antes do início de cada aula, terei a preocupação de ir ao encontro dos alunos, à porta da sala, convidando-os a entrar e a prepararem-se para o início das atividades da lecionação. Desta forma, penso conseguir uma melhor transição dos alunos do tempo de intervalo para o tempo de aula. Logo depois de entrarem e de se instalarem, convidarei um aluno, pela ordem numérica seguida pela professora titular da turma, a escrever o sumário da aula no quadro, enquanto poderei responder a qualquer interpelação por parte dos alunos.

A primeira aula de lecionação da Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana” tem como conteúdos fundamentais: 1. O que é a pessoa? Pessoa: estrutura individual – unidade irrepetível; 2. A autenticidade: fidelidade ao próprio projeto, equivalência entre o que se é e o que se aparenta ser; vontade de ser verdadeiro e procurar a verdade; aceitação de si mesmo. Estes conteúdos estão operacionalizados nos seguintes objetivos e conhecimentos a adquirir: o conceito de pessoa; reconhecer em todas as pessoas a sua dignidade; o que é ser autêntico; o valor da verdade e do ser verdadeiro; reconhecer a importância maior do que se é em relação ao que se aparenta ser. Para além dos conhecimentos a adquirir, os conteúdos apresentados estão operacionalizados em capacidades a desenvolver: reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; organizar um universo de valores orientado para a autenticidade; organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã; interpretar produções culturais sobre a pessoa humana, no reconhecimento da sua dignidade; mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano. É mediante estes pressupostos, conteúdos e objetivos que depois aplicarei as estratégias de ensino que de seguida apresento.

Depois de escrito o sumário - “A Pessoa Humana – o conceito; o reconhecimento da sua dignidade; capacidades e fragilidades. Ser o que se é.” - no quadro e nos cadernos diários, inicio a aula com a apresentação (a minha e a dos alunos) e com informações breves relativas unidade letiva na sua globalidade. Posto isto, recorrendo à apresentação multimédia, pedindo atenção a todos e sem dizer a que se referiam, apresento aos alunos um conjunto de imagens/fotografias de pessoas de origens, idades, religiões, situações socioeconómicas e culturas diferentes. Durante o tempo da projeção, professor e alunos ficarão em silêncio. Depois do visionamento das imagens, há um tempo para a interpretação pessoal e em turma e para uma síntese oral orientada para o essencial. De acordo com isto, peço aos alunos que no seu caderno diário apontem diferenças e semelhanças entre as várias imagens que observaram. Os alunos realizam individualmente este trabalho. Após a conclusão deste, peço aos discentes,

que ordenadamente (com o braço no ar), exponham aquilo que escreveram no seu caderno (diferenças e semelhanças). No final de cada participação, peço ao aluno que tente resumir tudo o que disse numa só palavra, uma para as diferenças, uma para as semelhanças e convido os restantes a dizerem se concordam ou não com as palavras escolhidas. As palavras escolhidas tornam-se palavras-chave, as quais escrevo no quadro e peço aos alunos que escrevam no seu caderno. Teremos no quadro da sala um conjunto de palavras para as diferenças e um conjunto de palavras para as semelhanças. Como as imagens que foram apresentadas eram imagens de pessoas, em condições diferentes, mas todas pessoas, vamos ter de um lado do quadro todas as características que nos distinguem uns dos outros e do outro lado, todas as características que nos assemelham aos outros. Numa síntese oral que farei acerca das palavras escritas no quadro, evidenciarei que apesar de todos terem diferenças, umas mais marcantes que outras, e de todos terem semelhanças, todos são pessoas como nós. De seguida, e ainda numa primeira parte da aula, voltando a usar uma apresentação multimédia, apresentarei um conjunto de diapositivos (PPT<sup>195</sup>) onde é sistematizado o conceito de pessoa, confrontando-o com as ideias certas ou erradas que os alunos têm acerca do conceito. Convido os alunos a tirarem os seus apontamentos e a fazerem a sua própria síntese conceptual.

Na segunda parte da aula terei mais em conta o segundo conteúdo que já referenciei anteriormente. Esta segunda parte da aula começa com a apresentação dum símbolo: uma máscara. Tendo em conta a importância da linguagem simbólica para todos, apresentarei a máscara aos alunos, explorando oralmente o significado e a origem da palavra pessoa, iniciando um percurso com os alunos: caminhar para a importância da autenticidade. Neste diálogo questionarei os alunos sobre qual a relação da máscara com a pessoa humana, se há ou não relação entre as duas coisas. Se, de facto, a palavra “pessoa” deriva da palavra latina *persona* que significa máscara, hoje é importante que pessoa signifique ser o que se é. Depois do diálogo desenvolvido, apresentarei um pequeno vídeo sobre as capacidades fantásticas das pessoas, no intuito de se perceber que, mesmo com limitações, somos seres fantásticos, capazes, mas que mais seremos se a nossa vida traduzir verdadeiramente aquilo que somos. Logo após a apresentação deste vídeo, convido os alunos a fazerem uma análise de si mesmos, procurar aquilo que verdadeiramente são. Para isso proponho-lhes a realização de uma ficha de trabalho (anexo 1). A aula terminará com a realização da ficha de trabalho, já que por ser um trabalho de cariz pessoal, não considero adequado a partilha do que foi escrito pelos alunos para toda a sala. Assim, no final da aula,

---

<sup>195</sup> PowerPoint

proponho que os alunos que terminaram a ficha a guardem no caderno diário e quem não a terminou, que a completem depois, como trabalho para casa.

Como instrumento de avaliação no contexto de lecionação, utilizarei uma grelha de registo diário do desempenho dos alunos (anexo 2) que avalia os parâmetros que considero mais importantes: participação ativa e organizada, atenção, respeito, material, assiduidade, pontualidade e o cumprimento das tarefas propostas.

A segunda aula de lecionação da Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana” tem como conteúdos fundamentais: 1. As duas dimensões clássicas do ser humano – corpo e alma ou espírito; 2. Uma visão integral da pessoa humana; 3. A dimensão biológica da pessoa humana. Estes conteúdos estão operacionalizados nos seguintes objetivos e conhecimentos a adquirir: o dualismo corpo/espírito na cultura clássica e cristã; as dimensões da pessoa humana – biológica, social e espiritual; o ser humano é corpo, vive com outros seres vivos e por isso é semelhante a eles; a identidade sexual – as diferenças entre homens e mulheres (biológicas, psicológicas e comportamentais); a capacidade racional – as potencialidades do cérebro humano. Como anteriormente, os conteúdos estão, também, operacionalizados em capacidades a desenvolver: interpretação crítica de episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura fundada em valores humanistas e cristãos; mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano; interpretar produções culturais sobre as dimensões da pessoa humana, no reconhecimento da sua dignidade; e organizar um universo de valores orientado para a relação com os outros, a cooperação e a vivência do amor.

A aula inicia-se com o escrever do sumário - “As dimensões da pessoa humana: do dualismo clássico a uma interpretação integral da pessoa.” - no quadro e nos cadernos diários. Utilizarei mais uma vez a metodologia de escrever o sumário no início da aula porque me parece ser a mais adequada, pois o sumário introduz os discentes no contexto do que vai ser lecionado. Depois de todos escreverem o sumário nos seus cadernos diários, proponho aos alunos abrirem os seus manuais na página 17 para a leitura do texto aí escrito. Sabendo, que nem todos os alunos têm o manual da disciplina, tomarei a liberdade de, utilizando as ferramentas tecnológicas, projetar o texto, para que todos possam acompanhar a leitura. Este texto explica, muito resumidamente, que desde a Grécia antiga e até quase aos nossos dias, acreditou-se que o ser humano era composto por duas partes ou dimensões: corpo e alma. Mas que essa leitura, hoje, é infundada porque o ser humano só pode ser compreendido numa unidade, na unidade corpo-espírito. É essa unidade que nos caracteriza e nos diferencia de tudo o resto, de tal modo que, tudo que fazemos, fazemo-lo nessa unidade. Depois da leitura do texto

por parte dos alunos, ordenadamente pelas filas que constituem a sala de aula, convido os alunos a dizerem o que eles pensaram acerca do texto, se acham que na pessoa vemos uma unidade ou um conjunto de dimensões separadas umas das outras. Numa problematização sintética aparecerão, na projeção multimédia, as seguintes questões: Somos corpo? Somos espírito/alma? Somos corpo e espírito? Somos mais alguma coisa? E que coisa somos mais?

De seguida, e mais uma vez recorrendo a um símbolo, uma tangerina, iniciarei a segunda parte da aula. Para que o símbolo seja mais visível e real, distribuirei uma tangerina a cada aluno. Depois de todos terem a sua, inicio a uma apresentação PPT que explica a simbologia da tangerina e aquilo que quero apresentar com ela. Numa tangerina, ainda com casca, vemos e percebemos uma unidade, o que temos à nossa frente é uma coisa única e não um conjunto de partes. Mas, quando tiramos a casca, percebemos que ela é a unidade de um conjunto de gomos. Utilizando esta imagem, pretendo fazer compreender que a pessoa é sempre uma unidade, apesar de, dentro dessa unidade, existir um conjunto de dimensões.

É neste contexto que surge a terceira parte da aula, a apresentação da dimensão biológica da pessoa. Partindo do símbolo que representa a pessoa, passarei a analisar os seus gomos, as dimensões da pessoa. Na apresentação PPT, logo a seguir ao título “Biológica”, aparecerá “Somos corpo”, Esta afirmação, “Somos corpo”, resume tudo o que pretendo fazer perceber nesta parte da aula, por isso, ponho-a em evidência oralmente. Logo após este momento, convido os alunos a visionarem um pequeno vídeo sobre as características, capacidades e potencialidades do corpo humano – a máquina extraordinária. Depois do visionamento do vídeo, com ajuda da projeção multimédia, farei uma síntese oral evidenciando os seguintes aspetos: nós enquanto pessoas somos um corpo que nos torna semelhantes a todos os seres vivos, mas também um corpo que nos diferencia, que estabelece diferenças e uma das que mais conhecemos é a que nos distingue entre homens e mulheres, rapazes e raparigas. Imediatamente a seguir a esta síntese oral, proponho aos alunos um exercício a realizar individualmente e no seu caderno diário. Partindo do já explicado anteriormente, que o corpo nos distingue em géneros ou sexos diferentes, aos alunos rapazes proponho que descubram e escrevam, no caderno diário, as características psicológicas e comportamentais das raparigas; às raparigas proponho o mesmo, mas em relação aos rapazes. Ao término do tempo dado para a realização do exercício, pedirei aos alunos que partilhem com toda a turma as características que descobriram, e escolhendo as mais relevantes, escrevo-as no quadro e dou tempo para que todos as possam escrever nos seus cadernos. O exercício tem como objetivo o perceber que o corpo distingue-nos não só nos aspetos exteriores,

mas constitui e caracteriza a nossa personalidade. É precisamente este ponto que salientarei na síntese oral que realizo logo após a síntese do quadro.

Num último momento desta aula questiono os alunos se, tendo a certeza que somos corpo, somos um corpo qualquer. Imediatamente a seguir a esta pergunta, na apresentação multimédia, aparecerá “somos corpo, mas somos um corpo que pensa”. A apresentação continuará a fazer uma síntese acerca desta nossa particularidade apresentado o órgão do nosso corpo responsável por tamanha façanha: o cérebro. A projeção, que os alunos verão, apresentará um conjunto de capacidades que um órgão do nosso corpo, o cérebro, tem: aprendizagem, inteligência, linguagem, memória, movimentos, sensações, pensamento, emoções, percepção, personalidade e consciência. A aula termina com a projeção de uma frase da autoria de Charles Chaplin: “O nosso cérebro é o melhor brinquedo já criado: nele se encontram todos os segredos, inclusive o da felicidade”.

Tal como na primeira aula, utilizarei, como instrumento de avaliação, a grelha de registo diário do desempenho dos alunos (anexo 2).

A terceira aula de lecionação da Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana” tem como conteúdos fundamentais: 1. A dimensão social da pessoa humana e a importância da comunicação; 2. A dimensão espiritual da pessoa humana; 3. Deus é pessoa e estabelece com todos uma relação pessoal. Estes conteúdos estão operacionalizados nos seguintes conhecimentos a adquirir: organização de um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação humanista e cristão; relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo; a importância fundante da relação do ser humano com o transcendente; identificação no núcleo central constitutivo do Cristianismo, particularmente do Catolicismo. Os conteúdos estão também operacionalizados em capacidades a desenvolver: organizar um universo de valores orientados para a relação com os outros, a cooperação, a solidariedade e a vivência do amor; organizar um universo de valores orientado para a autenticidade; interpretar e apreciar produções estéticas, culturais e pessoais sobre a relação da pessoa com Deus (o Transcendente), reconhecendo nela um aspeto central da mensagem cristã; interpretar textos bíblicos que evidenciam o carácter pessoal de Deus como elemento fulcral da mensagem cristã, reconhecendo as suas implicações na vida quotidiana.

A aula inicia-se com o escrever do sumário - “A dimensão social e a dimensão espiritual da pessoa.” - no quadro e nos cadernos diários. Depois de todos escreverem o sumário nos seus cadernos diários e eu no livro de ponto, distribuo a todos os alunos

uma folha com a história/fábula dos Porcos-espinhos (anexo 3). A leitura será realizada pelos alunos, alfabeticamente. A fábula relata-nos a história de um conjunto de porcos-espinhos que, durante a era glacial, tiveram de se manter juntos para sobreviverem, apesar das picadas dolorosas que recebiam uns dos outros. No final da leitura da mesma, pedirei aos alunos para compararem os porcos-espinhos com as pessoas, de que maneira podemos transpor esta história para a nossa realidade. Depois farei uma síntese oral em que evidenciarei o facto de todos nós existirmos em sociedade, existirmos uns com os outros, e isto acontece porque nós precisamos uns dos outros.

Depois desta síntese, utilizando a projeção multimédia, apresento uma frase com a qual quero partir para um caminho de sistematização da dimensão social da pessoa humana: “Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra”. Os diapositivos que se seguem explicam a frase: nós não existimos sozinhos, entre nós existem relações. Somos seres sociais, vivemos uns com os outros (com-vivemos/vivemos-com). Existimos numa teia de ligações interpessoais, de mais ou menos dependência. Todos os nossos dias são preenchidos com as pessoas que mais próximas estão de nós. Não vivemos sozinhos, onde quer que estejamos, estamos com outros. Seja na turma da escola, na equipa de futebol, no grupo de estudo ou na família, estamos sempre juntos com outros, inseridos em grupos de pessoas. Partindo desta sistematização, apresento aos alunos nos diapositivos, uma lista de grupos aos quais estamos ligados: família, vizinhança, profissional, etc.

A aula prossegue e de novo coloco uma pergunta aos alunos: E como estabelecemos relações? Como nos ligamos aos outros? Darei tempo para que os alunos que assim o entenderem possam participar e partilhar com o resto da turma aquilo que pensam ser a resposta. Depois de ouvir todos aqueles que queiram participar, avanço para o diapositivo seguinte que dá também uma resposta à pergunta feita anteriormente: “Comunicamos!”. Oralmente, explicarei aos alunos que é pela comunicação, seja ela de que tipo for, que estabelecemos a relação com o outro, é pela comunicação que estabelecemos essas relações que tanta importância têm para nós. De seguida, no outro diapositivo, apresento os tipos de comunicação: a comunicação verbal (escrita ou oral) e a comunicação não-verbal.

Posto isto, passamos para um segundo momento da aula em que abordaremos a dimensão espiritual da pessoa humana. Questionarei os alunos acerca deste tema, se para eles há lugar para esta dimensão no seio da pessoa e de que modo pode ela ser entendida. Depois de ouvir aquilo que os discentes queiram apresentar ao grupo, na apresentação multimédia apresento uma síntese relativa ao tema, tentando explicar que a dimensão espiritual fundamenta-se na procura que a pessoa faz do bem, para si e para os outros. É na consciência de que fazer o bem é melhor do que fazer o mal que

reside a dimensão espiritual – distingue-nos de todos os seres vivos. Fazer o bem é ter a capacidade de amar – fazer tudo pelo outro. Quem ama está aberto à relação com os outros e aberto também à relação com Deus. No último momento desta síntese, na transição para o terceiro momento da aula, direi aos alunos que a dimensão espiritual é também a capacidade de cada pessoa se relacionar com Deus. Como pessoas temos a capacidade relacional e espiritual, e isso leva-nos à relação com Deus. Na apresentação PPT, aparecerá a pergunta: “E porque nos relacionamos com Deus?”. Darei tempo da aula para que os alunos, ordenadamente, possam expor as suas respostas. De seguida, aparecerá a resposta à pergunta: “Porque Deus é pessoa!”. Oralmente, explicitarei aos alunos, que pelo facto de Deus ser pessoa, com uma identidade própria, faz parte dele a relação, faz parte dele o amor. Como pessoa que é, Ele conhece-nos, relaciona-se connosco. Neste sentido, no último momento da aula, proponho aos alunos a leitura do Salmo 138 (139), que projetarei para que todos possam acompanhar a leitura. Terminada a leitura, pedirei aos alunos que façam uma análise do texto e a partilhem, oralmente, com os restantes colegas. É com esta síntese que termina a terceira aula de lecionação.

Tal como nas aulas anteriores, utilizarei, como instrumento de avaliação, a grelha de registo diário do desempenho dos alunos (anexo 2).

A quarta aula de lecionação da Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana” tem como conteúdos fundamentais: 1. A pessoa humana: ser dotado de direitos e deveres (Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos das Crianças); 2. Atentados aos direitos das crianças. Estes conteúdos estão operacionalizados nos seguintes conhecimentos a adquirir: identificação dos direitos fundamentais da pessoa, a partir da noção de dignidade humana; interpretação crítica de episódios históricos e factos sociais em que a dignidade e os direitos das crianças não são salvaguardados. Os conteúdos estão também operacionalizados em capacidades a desenvolver: reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; organizar um universo de valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano; interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos; organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.

A aula inicia-se com o escrever do sumário - “A pessoa humana: ser dotado de direitos e deveres. Os atentados aos direitos das crianças.” - no quadro e nos cadernos diários. Depois de todos escreverem o sumário iniciarei a aula com um diálogo com os alunos com a pergunta: “O que seria da comunidade humana se aos seus membros não

fossem reconhecidos direitos, nem se assumissem deveres para com os outros?” Todos os alunos serão convidados a participar no diálogo. No final do diálogo, direi aos alunos que, os direitos que hoje temos nem sempre foram um dado adquirido, tal como a liberdade de expressão, nem sempre pudemos expor livremente o que pensamos. Com estas palavras introduzirei um visionamento de um vídeo sobre a história dos direitos humanos. O vídeo faz um percurso histórico sobre a questão dos direitos humanos desde Ciro, o Grande até à proclamação e Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde o conceito de lei natural até ao conceito de direitos humanos.

Como o vídeo termina na proclamação dos direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é precisamente por aí que continuarei a aula. A todos os alunos distribuirei uma folha, em tamanho A3, da cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Depois de todos terem a sua cópia, a partir da apresentação PPT, apresentarei aos alunos alguns dados relativamente à Declaração. Depois, e aleatoriamente, pedirei aos alunos para lerem alguns dos artigos presentes na Declaração e farei um pequeno comentário acerca de cada um deles. De seguida, na apresentação PPT, apresento a Declaração Universal dos Direitos das Crianças. Apresento também os dez princípios fundamentais desta Declaração e peço aos alunos, que a partir da apresentação multimédia, os leiam: Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade; Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; Direito a um nome e a uma nacionalidade; Direito à alimentação, habitação e assistência médica adequadas para a criança e a mãe; Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente; Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; Direito à educação gratuita e ao lazer infantil; Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes; Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho; Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Com a apresentação PPT, imediatamente a seguir à apresentação destes princípios, passo para a segunda parte da aula. Explico aos alunos que apesar da Declaração Universal dos Direitos das Crianças ter sido aprovada em 1959, ainda hoje, por vezes bem perto de nós, ela continua a não ser aceite e aplicada a todas as crianças. Nos diapositivos seguintes apresentarei algumas realidades concretas relativas a esse não cumprimento dos direitos das crianças tais como: o trabalho infantil, a fome e a desnutrição, o tráfico humano de crianças e a prostituição infantil. No último momento da aula, e já a pensar na que se segue, peço aos alunos, como trabalho para casa, descubram instituições, associações ou pessoas que no seu dia-a-dia lutam para que os direitos das crianças sejam uma realidade efetiva. Deste modo termino a quarta aula.

Tal como nas aulas anteriores, utilizarei, como instrumento de avaliação, a grelha de registo diário do desempenho dos alunos (anexo 2).

A quinta e última aula de lecionação da Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana” tem como conteúdos fundamentais: 1. A UNICEF e a luta pela construção de um mundo onde todas as crianças tenham condições de existência dignas; 2. Ser pessoa e dar condições para que todos sejam pessoas. Estes conteúdos estão operacionalizados nos seguintes conhecimentos a adquirir: organização de um universo de valores fundado na salvaguarda da dignidade e dos direitos das crianças; mobilização dos valores da dignidade humana, da cooperação e da solidariedade em ordem a orientar o comportamento em situações do quotidiano. Os conteúdos estão também operacionalizados em capacidades a desenvolver: reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã; mobilizar princípios e valores éticos para orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano; relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.

A aula inicia-se com o escrever do sumário - “A UNICEF e a luta pela construção de um mundo onde todos sejam pessoas de igual dignidade.” - no quadro e nos cadernos diários. Depois de todos escreverem o sumário inicio a aula recapitulando o pedido feito na última aula e que deixei como trabalho para casa. Assim, darei a palavra aos alunos e estes apresentarão as instituições, associações ou pessoas que descobriram. À medida que eles as vão apresentando eu coloco os nomes das instituições ou pessoas apresentadas no quadro. Depois da apresentação, neste âmbito das instituições que lutam pelos direitos das crianças, recorro a uma apresentação PPT para apresentar uma das mais conhecidas instituições neste trabalho: a UNICEF. Os diapositivos que apresentarei contêm informações sobre a história e missão da UNICEF. Logo depois, proponho aos alunos o visionamento de um pequeno vídeo sobre o trabalho desenvolvido pela UNICEF no mundo.

Na segunda parte da aula em lecionação, depois do visionamento do vídeo, proponho aos alunos um trabalho de grupo. Visto que os alunos estão distribuídos em mesas de dois lugares cada, considero que seja mais benéfico um trabalho de pares no desenvolvimento e, depois, na apresentação dos resultados. Pedirei aos alunos que dois a dois, criem uma imaginada instituição ou organização local de defesa e promoção dos direitos das crianças e de todas as pessoas. Peço-lhes que no seu caderno diário registem o nome escolhido para a organização, o slogan da mesma e quais serão as suas linhas de ação e atividade. Com este trabalho não pretendo que os alunos

construam apenas e só uma organização, mas que pensem e reflitam de que modo, na sua realidade concreta, podem eles serem motores e promotores da defesa dos direitos inalienáveis da pessoa e da criança. Utilizo esta metodologia com o intuito de os fazer pensar a realidade concreta das suas vidas, nomeadamente a realidade escolar.

Esta aula terminará com a apresentação dos trabalhos de pares, em que os alunos, de forma ordenada, apresentarão uns aos outros as organizações por si pensadas e aquilo que elas fariam se fossem reais.

Como em todas as aulas anteriores, utilizarei a grelha de registo diário do desempenho dos alunos (anexo 2) como instrumento de avaliação.

### *2.3. Apresentação esquemática da planificação do trabalho*

Após a descrição detalhada da Unidade Letiva “A pessoa humana”, seguem, em esquema, sob forma de tabela, as planificações das aulas lecionadas. O esquema adotado contém os principais elementos estruturantes da aula: conteúdos, objetivos (conhecimentos a adquirir e capacidades a desenvolver), as estratégias de ensino, os recursos a utilizar, o tempo previsto para cada estratégia e os instrumentos de avaliação dos alunos.

## Aula 1

Sumário: A pessoa humana – o conceito; o reconhecimento da sua dignidade; capacidades e fragilidades. Ser o que se é.

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos e Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno Diário	5 min.	
1 – O que é pessoa? Pessoa: estrutura individual – unidade irrepitível.	- O conceito de pessoa;  - Reconhecer em todas as pessoas a sua dignidade.	- Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana;  - Organizar um universo de valores orientado para a autenticidade;	- Apresentação de um conjunto de imagens com pessoas de origens, de culturas e situações socioeconómicas diferentes.	- Projetor multimédia e computador.	3 min.	
		- Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã;  - Interpretar produções culturais sobre a pessoa humana, no reconhecimento da sua dignidade	- Interpretação das imagens e síntese oral orientada: cada aluno é convidado a escrever no seu caderno as semelhanças e as diferenças encontradas nas imagens; no final da realização deste trabalho, os alunos são convidados a apresentar as suas	- Projetor multimédia e computador.	10 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.

			conclusões. Fazer síntese de palavras no quadro – salientar que todos são pessoas.			
			- Apresentação PPT: o conceito de pessoa humana.	- Projetor multimídia e computador.	5 min.	
2 – A autenticidade: fidelidade ao próprio projeto, equivalência entre o que se é e o que se aparenta ser; vontade de ser verdadeiro e procurar a verdade; aceitação de si mesmo.	- O que é ser autêntico; - O valor da verdade e do ser verdadeiro; - Reconhecer a importância maior do que se é em relação ao que se aparenta ser.	- Organizar um universo de valores orientado para a autenticidade; - Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do cotidiano.	- Apresentação de uma máscara: exploração do significado de pessoa oralmente com os alunos.	- Máscara	5 min.	- Grelha de observação de aula: Participação (quantidade e qualidade);
			- Visionamento de um pequeno filme sobre as capacidades extraordinárias do ser humano.	- Projetor multimídia e computador.	7 min.	
			- Realização de uma ficha de trabalho individual (análises de si mesmos).	- Ficha de trabalho	10 min.	

## Aula 2

Sumário: As dimensões da pessoa humana: do dualismo clássico a uma interpretação integral da pessoa.

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos e Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno Diário	5 min.	
1 – As duas dimensões clássicas do ser humano: corpo e alma ou espírito	- O dualismo corpo / espírito na cultura clássica e cristã;	- Interpretação crítica de episódios históricos e factos sociais a partir de uma leitura fundada em valores humanistas e cristãos;	- Leitura, interpretação e discussão do texto do manual do aluno (pp. 18-19);	- Projetor multimédia e computador; - Manual do aluno;	10 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.
2- Uma visão integral da pessoa.	- As dimensões da pessoa humana: biológica, social e espiritual;	- Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano;	- Apresentação de uma tangerina como símbolo da pessoa (uma tangerina para cada aluno); - Exploração do símbolo: uma unidade e dentro dela várias partes: as dimensões da pessoa;	- Tangerina - Projetor multimédia e computador;	8 min.	

3 – A dimensão biológica da pessoa humana.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O ser humano é corpo, vive com os outros seres vivos e por isso é semelhante a eles;</li> <li>- A identidade sexual: as diferenças entre homens e mulheres – biológicas, psicológicas e comportamentais;</li> <li>- A capacidade racional: as potencialidades do cérebro humano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interpretar produções culturais sobre as dimensões da pessoa humana, no reconhecimento da sua dignidade;</li> <li>- Organizar um universo de valores orientado para a relação com os outros, a cooperação, a solidariedade e a vivência do amor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O corpo humano: a máquina extraordinária (visionamento de um vídeo sobre o corpo humano);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetor multimédia e computador.</li> </ul>	5 min.	
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exercício 1: descobrir as diferenças (os rapazes são convidados a descobrir e escrever as características psicológicas e comportamentais; as raparigas fazem o mesmo, mas em relação aos rapazes). Depois do trabalho concluído faz-se uma síntese no quadro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caderno diário;</li> <li>- Quadro e caneta;</li> </ul>	12 min.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação PPT sobre a racionalidade humana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetor multimédia e computador.</li> </ul>	5 min.	

### Aula 3

Sumário: A dimensão social e a dimensão espiritual da pessoa.

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos e Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno Diário	5 min.	
1 – A dimensão social da pessoa humana e a importância da comunicação.	- Organização de um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação humanista e cristão.	- Organizar um universo de valores orientados para a relação com os outros, a cooperação, a solidariedade e a vivência do amor.  - Organizar um universo de valores orientado para a autenticidade.	- Leitura e interpretação da fábula dos Porcos Espinhos – salientando a importância e a necessidade que temos uns dos outros.	- Fotocópias.	10 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.
	- Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.		Apresentação PPT sobre o porquê de nos relacionarmos uns com os outros – os grupos em que estamos inseridos.	- Projetor multimédia e computador.	5 min	
			A comunicação: os diversos tipos de comunicação (apresentação PPT)	- Projetor multimédia e computador.	5 min.	

2 – A dimensão espiritual da pessoa humana.	- A importância, fundante, da relação do ser humano com o transcendente.	- Interpretar e apreciar produções estéticas, culturais e pessoais sobre a relação da pessoa com Deus (O transcendente), reconhecendo nela um aspeto central da mensagem cristã.	- Diálogo com os alunos sobre o porquê de considerarmos uma dimensão espiritual na pessoa humana.	- Quadro e caneta	5 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.
			- O porquê da relação com o transcendente (apresentação PPT)	- Projetor multimédia e computador.	5 min.	
3 – Deus é pessoa e estabelece com todos uma relação pessoal.	- Identificação do núcleo central constitutivo do Cristianismo, particularmente do Catolicismo.	- Interpretar textos bíblicos que evidenciam o carácter pessoal de Deus como elemento fulcral da mensagem cristã, reconhecendo as suas implicações na vida quotidiana.	- Leitura e análise de um extrato do Salmo 138 (139): Deus conhece-nos como um amigo nos conhece.	- Projetor multimédia e computador.	10 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.

## Aula 4

Sumário: A pessoa humana: ser dotado de direitos e deveres. Os atentados aos direitos das crianças.

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos e Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno Diário	5 min.	
1 – A pessoa humana: ser dotado de direitos e deveres. (Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança)	1. Identificação dos direitos fundamentais da pessoa, a partir da noção de dignidade humana.	<p>1. Reconhcer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>2. Organizar um universo princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.</p> <p>3. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos.</p>	- Diálogo com os alunos de sobre a temática: o que seria uma comunidade em que aos membros não fossem reconhecidos direitos, nem eles assumissem deveres para com os outros; explicação de que nem sempre foi assim, nem sempre as pessoas tiveram (e não têm) os seus direitos assegurados.		5 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.
			- Visionamento de um pequeno filme sobre a história dos direitos humanos.	- Computador - Projetor multimédia	5 min.	

			- Distribuição de fotocópias da Declaração Universal dos Direitos Humanos e leitura e comentário de alguns artigos.	- Fotocópias	10 min.	
			- Apresentação da Declaração Universal dos Direitos das Crianças.	- Projetor multimédia e computador.	8 min.	
2 – Atentados aos direitos das crianças	1. Interpretação crítica de episódios históricos e factos sociais em que a dignidade e os direitos das crianças não são salvaguardados.	<p>1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>2. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos.</p> <p>3. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.</p>	- Apresentação PPT sobre os inúmeros atentados aos direitos das crianças que ainda hoje em dia são praticados.	- Projetor multimédia e computador.	7 min.	
			- Proposta de trabalho para casa: descobrir associações, instituições ou pessoas que lutam para que os direitos das crianças sejam uma realidade.		3 min.	

## Aula 5

Sumário: A UNICEF e a luta pela construção de um mundo onde todos sejam pessoas de igual dignidade.

Conteúdos	Objetivos		Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Instrumentos de Avaliação
	Conhecimentos a Adquirir	Capacidades a Desenvolver				
Acolhimento e Sumário			Acolhimento aos alunos e Registo do Sumário	- Quadro e caneta - Caderno Diário	5 min.	
1 – A UNICEF e a luta pela construção de um mundo onde todas as crianças tenham condições de existência dignas	- Organização de um universo de valores fundado na salvaguarda da dignidade e dos direitos das crianças.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</li> <li>- Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.</li> </ul>	- Apresentação dos trabalhos de casa: as instituições, organizações e pessoas que lutam pelos direitos as crianças.	- Quadro e caneta	10 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.
			- Apresentação PPT sobre a história da UNICEF.	- Projetor multimédia e computador.	13 min.	
			- Visionamento de um pequeno vídeo sobre o trabalho da UNICEF.			

2 – Ser pessoa e dar condições para que todos sejam pessoas	- Mobilização dos valores da dignidade humana, da cooperação e da solidariedade em ordem a orientar o comportamento em situações do quotidiano.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</li> <li>- Mobilizar princípios e valores éticos para orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho de pares: cada grupo é convidado a “construir” uma organização local de ajuda às pessoas mais necessitadas: devem escolher um nome, um slogan e apresentar as suas linhas de ação.</li> </ul>	- Caderno Diário	7 min.	- Grelha de registo diário do desempenho dos alunos.
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos trabalhos de grupo</li> </ul>	Quadro e Giz	10 min.	

## *2.4. Avaliação e perspectivas*

Apresentadas as planificações das aulas relativas à Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana”, direciono-me agora para a avaliação da lecionação através da análise dos conteúdos, estratégias e recursos utilizados na busca do melhor modelo de aprendizagem por parte dos alunos. Em simultâneo com a avaliação, procurarei novas abordagens e perspectivas didático-pedagógicas para o ensino desta e de outras unidades letivas.

A primeira aula, conforme a planificação e depois de uma breve apresentação do professor e dos alunos, começou com transcrição do sumário do quadro para os cadernos diários e com uma apresentação sintética e global da Unidade Letiva a ser lecionada. A transição do espaço recreio para o espaço de sala de aula decorreu sem problemas, já que os alunos logo após sentarem-se e colocarem os seus materiais em cima da mesa, ficaram quase em silêncio e preparados para o início da aula. Não fiz qualquer mudança na planta e na organização da sala de aula, adotei a disposição utilizada pela professora titular da turma.

As atividades de lecionação iniciaram-se sem qualquer problema ou imprevisto. Logo na primeira projeção que fiz, as imagens de diversas pessoas, notei que existia atenção e interesse por parte dos alunos, que se mantiveram quase sempre em silêncio e cada vez que teciam um comentário, faziam-no com admiração. Após a apresentação das imagens, pedi aos alunos para fazerem um trabalho individual e em silêncio: descobrir diferenças e semelhanças nas imagens. Os alunos acederam à proposta rapidamente. Na interpretação oral que fizemos das diferenças e semelhanças das imagens, os alunos manifestaram-se muito participativos e interessados, com constantes pedidos de intervenção no decorrer do diálogo. Mas, face ao muito interesse em participar, nem todos os alunos o faziam da melhor forma, o que me obrigou a recordar a forma como devem participar: colocar o braço no ar e esperar que o professor lhe dê a vez de falar. Também devido a muita participação e a alguma preocupação no cumprimento da planificação da aula, não dei muito tempo para a participação de todos os alunos. Mais do que as diferenças pretendia que os alunos percebessem a grande semelhança de todas as imagens: todas as imagens eram imagens de pessoas. Assim aconteceu, a maior parte dos alunos, por estas ou por outras palavras chegou à conclusão que a grande semelhança era o facto de todos serem pessoas. Na síntese oral que fiz, evidenciei, com o contributo participativo dos alunos, que apesar das grandes diferenças existentes entre cada um de nós, porque todos somos diferentes, há uma coisa que nos une: sermos pessoas. Ao longo desta síntese oral, os alunos quiseram participar, a alguns eu dei a palavra a outros não. No final, um aluno pediu a

palavra e disse que a propósito do que eu estava a dizer se lembrava de uma frase: “Todos diferentes, todos iguais!”. Aproveitei de imediato a frase para introduzir o PPT acerca do conceito de pessoa e terminar a primeira parte da aula.

Dei início à segunda parte da aula quando tirei de dentro do saco uma máscara e logo os alunos teceram alguns comentários com humor. Perguntei-lhes se a máscara tinha alguma relação connosco, ao que eles responderam: “Não!”. O facto de utilizar um símbolo tornou a exploração do significado da palavra pessoa muito mais interessante à qual os alunos prestaram atenção. O visionamento do pequeno vídeo, logo a seguir, manteve a mesma tónica, os alunos atentos, visivelmente interessados e com comentários apreciativos.

Por último, já quando faltava pouco tempo para o término da aula, entreguei aos alunos a ficha de trabalho individual. Dando conta do tempo, disse aos alunos que se não terminassem o trabalho na aula para o terminar em casa, o que de facto veio a verificar. A maior parte dos alunos não teve o tempo necessário para a sua realização em sala de aula. Para além disso, alguns alunos demonstraram dificuldades na sua realização. Avaliando agora, reconheço que a ficha de trabalho apresentava uma linguagem não muito acessível a alunos destas idades.

Terminada a primeira aula, faço uma avaliação positiva da mesma, verificada principalmente na participação interessada dos alunos ao longo da aula. Pela negativa tenho a apontar o facto de não ter dado mais tempo à participação dos alunos e a linguagem usada e consequentes dificuldades criadas à realização da ficha de trabalho. Considero ainda que da minha parte foi excessiva a preocupação com o cumprimento integral da planificação.

A segunda aula da leccionação iniciou conforme a planificação e o já explicado anteriormente, mas antes de avançar para novos conteúdos, perguntei aos alunos se tinham realizado ou terminado a ficha de trabalho que tinha dado na última aula. A maior parte dos alunos (sensivelmente dois terços do total) responderam afirmativamente, mas alertaram para o facto de não terem respondido a algumas perguntas porque não as tinham percebido ou entendido. Dando início à aula com a leitura do texto do manual do aluno, deparei-me com um problema, quase todos os alunos queriam ler. Assim, optei pela ordem numérica da turma como forma de orientar a leitura. Todos os alunos acompanharam a leitura, uns pelo seu manual, outros, não o tendo, acompanharam pela projeção que fiz do texto.

Depois da leitura e com a apresentação da tangerina, criou-se na sala de aula um ambiente de conversa e comentários que tive dificuldade em fazer acalmar. O problema tornou-se ainda maior quando distribui tangerinas por todos os alunos. Optei por fazer silêncio até todos estarem calados e a prestar atenção nas minhas palavras.

Meio a brincar, meio a falar a sério, explorei a simbologia da tangerina: uma unidade, várias dimensões. A apreensão da simbologia da tangerina tornou-se fácil, evidencia disto é o facto de antes de eu terminar a exposição, já alguns alunos afirmação essa conclusão.

De acordo com a planificação, de seguida dei início a exploração da dimensão biológica da pessoa. Assim, mostrei um vídeo sobre o corpo humano e as suas espantosas capacidades. Os alunos mostraram-se muito interessados e atentos, ficando quase em silêncio durante os cinco minutos de duração do vídeo. A transição para o momento seguinte da aula tornou-se complicada devido ao diálogo gerado entre os alunos por causa do vídeo. Mais uma vez fiz silêncio e esperei que os alunos fizessem o mesmo. Quando todos já estavam calados, oralmente, expliquei que o facto de sermos corpo caracteriza-nos determinantemente e a primeira determinação é o facto de sermos rapazes ou raparigas. Com isto convidei os alunos a realizarem o exercício da aula: descobrir as características psicológicas e comportamentais do sexo oposto. A proposta de exercício foi aceite por todos, mas criou conversa entre alunos, algumas provocações entre rapazes e raparigas e conseqüentemente, distração. Depois do trabalho realizado a exposição dos alunos realizou-se no mesmo contexto, em conversa e algumas provocações.

No último momento da aula, e já quase a terminar o tempo, fiz uma apresentação sobre a capacidade racional do ser humano que advém de um órgão do nosso corpo: o cérebro. Pela falta de tempo, a exploração do tema não foi conseguida, reduzi-a à apresentação dos diapositivos preparados na apresentação PPT.

Desta segunda aula faço, na globalidade, uma avaliação positiva, mais uma vez pela participação, interesse e curiosidade demonstrada pelos alunos ao longo da aula. Saliento ainda a utilização de um símbolo, que apesar de ter gerado alguma desconcentração, se mostrou eficaz na compreensão da unidade e das dimensões da pessoa humana. Pela negativa tenho a referir o facto de algumas das metodologias utilizadas na aula terem gerado conversas paralelas, comentários desnecessários e algum confronto entre rapazes e raparigas.

A terceira aula, conforme a planificação realizada, iniciou-se com a distribuição e leitura da fábula dos Porcos-espinhos. Desta vez, e antes da leitura, indiquei quem iria ler, recorrendo à ordem alfabéticas dos alunos. A leitura decorreu sem problemas e sem interrupções. A exploração oral do texto que se seguiu foi muito participada. Quase todos os alunos chegaram à conclusão que as pessoas se podem comparar aos Porcos-espinhos, porque nós precisamos uns dos outros e por isso perceberam que em nós existe uma dimensão constitutiva que é a dimensão social ou relacional. Tal como nas outras aulas, na exploração da temática que fui fazendo recorrendo à apresentação

PPT, os alunos mostraram-se sempre atentos e interessados. Muitas foram as interpelações ao professor para participar e para comentar o que se ia dizendo.

A transição deste primeiro momento da aula para o segundo, para a exploração da dimensão espiritual da pessoa tornou-se complicada. Talvez pela minha linguagem desajustada face aos alunos, percebi que nem todos os alunos perceberam a transição feita. Socorri-me apenas dos textos apresentados em PPT, mas pareceu-me que a apreensão desses conteúdos ficou aquém das minhas expectativas. A exposição do terceiro conteúdo presente na planificação, pelo tempo reduzido que restava da aula, ficou-se apenas pela leitura e análise oral de um extrato do Salmo 138 (139).

Avalio esta terceira aula, na sua globalidade como positiva, pelas mesmas razões já apontadas nas avaliações das aulas anteriores. Mas desta aula reconheço vários elementos que correram menos bem. Mais uma vez preocupei-me em demasia com o cumprimento integral da planificação da aula e, as exposições orais das temáticas bem como as transições entre temas foram confusas e muito repetitivas, mesmo recorrendo à leitura dos diapositivos da apresentação PPT.

A quarta aula de lecionação da Unidade Letiva, iniciou-se, conforme a planificação, com um diálogo com os alunos acerca da necessidade de existirem direitos e deveres na sociedade. A participação ordenada dos alunos fez perceber que eles têm consciência desta necessidade. Um deles deu como exemplo a este respeito a existência do regulamento interno da escola, onde estão descritos os direitos e deveres dos alunos. No diálogo estabelecido fiz referência ao facto de nem sempre ter sido assim: nem sempre existiu um conjunto de direitos e deveres fundamentais que orientam a ação e existência humana. O pequeno filme que apresentei de seguida foi a concretização deste propósito. Mais uma vez, os alunos mostraram-se bastante interessados e atentos ao vídeo.

Depois do pequeno filme, tendo este feita uma resenha histórica dos direitos humanos, entreguei a todos os alunos uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Propus aos alunos a leitura de alguns artigos e como esperado todos se mostraram interessados e a querer ler. À medida que iam lendo os artigos, alguns alunos iam contribuindo para a sua explicação com alguns comentários. Pelo tempo reduzido da aula, era impossível uma leitura integral da Declaração, apesar de considerar que os alunos iriam gostar.

Depois deste momento, recorri a uma apresentação PPT para a apresentação da Declaração Mundial dos Direitos das Crianças. Os alunos foram convidados a ler e a comentar cada um dos seus princípios. Mais uma vez demonstraram-se muito participativos e interessados. De seguida, ainda recorrendo à apresentação multimédia, apresentei aos alunos alguns dos grandes atentados aos direitos das crianças. Os

alunos mostraram-se interessados, preocupados e por vezes até chocados com alguns factos e números que apresentei. A aula terminou com um proposta de trabalho de casa que fiz aos alunos: descobrir associações, instituições ou pessoas que lutam na defesa e promoção dos direitos das crianças. Muitos dos alunos, ainda na sala de aula, enumeraram várias organizações neste âmbito.

Avalio esta quarta aula como positiva. Mais uma vez os alunos mostraram-se atentos, interessados, empenhados e muito participativos. Tal como nas outras aulas, acho que como grande aspeto negativo tenho que salientar a preocupação excessiva no cumprimento da planificação.

A quinta e última aula da lecionação iniciou-se, conforme a planificação, com a apresentação dos trabalhos de casa por parte dos alunos. Todos os alunos realizaram a tarefa, facto que registei, mais uma vez, como sinal de interesse e empenho na disciplina. Todos apresentaram nomes de organizações ou pessoas, as quais fui escrevendo no quadro. Como esta primeira parte da aula é de cariz expositivo, recorri a uma apresentação PPT para apresentar a história e o trabalho da UNICEF. Foram os alunos que iam lendo os diapositivos que terminaram com um vídeo. Durante este tempo, os alunos fizeram vários comentários positivos que aproveitei como exploração do tema para toda a turma.

Na segunda parte da aula, uma parte mais prática, desenvolvi com os alunos trabalho de pares. De pares, porque o espaço de sala de aula onde decorreu a lecionação não permitia mudança de lugares e grupos mais numerosos. Assim, tomei esta decisão considerando-a ser a mais viável. Como em qualquer trabalho de grupo, gera-se mais conversa e torna-se mais difícil a comunicação. No entanto o trabalho de criação de uma organização que promovesse a defesa dos direitos humanos. Depois de concluído o trabalho, todos os grupos apresentaram o nome escolhido para a organização, o *slogan* e as linhas de ação da sua organização. Os alunos deram asas à sua imaginação e de ideias mais ou menos mirabolantes surgiram propostas válidas de trabalho a desenvolver quer na escola quer noutros âmbitos sociais. Mais uma vez os alunos demonstraram todo o seu empenho, todos realizaram a tarefa proposta, todos a apresentaram e todos mostraram propostas válidas.

A quinta aula foi aquela que no meu ponto de vista foi mais conseguida enquanto professor. O discurso foi fluido e coerente, respeitei sempre as interpelações e comentários dos alunos, não estive tão preocupado com o cumprimento integral da planificação, dando mais espaço e tempo ao diálogo com os alunos.

Concluída a lecionação desta unidade letiva, de acordo com a avaliação da mesma que fiz anteriormente, considero importante a elaboração de uma autoavaliação, identificando os aspetos mais e menos positivos.

Assim, dos aspetos positivos mais importantes e conseguidos na leção da Unidade Letiva “A pessoa humana”, destaco:

- a) O cumprimento da planificação da Unidade Letiva.
- b) A utilização de estratégias adequadas e diversificadas e recursos apropriados ao ano e à turma de ensino, facilitando a aplicação e exploração dos conteúdos planificados.
- c) A correta e constante articulação de conteúdos ao longo das cinco aulas lecionadas.
- d) A promoção da interação, diálogo e participação dos alunos e com os alunos, valorizando estes aspetos no processo de ensino-aprendizagem.
- e) A aplicação de exemplos do quotidiano dos alunos, indo ao encontro de cada um deles e da sua realidade.
- f) O interesse permanente dos alunos pelos conteúdos lecionados.
- g) A capacidade de adaptação face aos imprevistos decorrentes do espaço e leção de uma aula.
- h) Boa gestão do tempo previsto para a abordagem a cada conteúdo.
- i) Os bons resultados dos alunos, que provam que as linhas pedagógico-didáticas escolhidas foram as mais apropriadas e corretas.

Como aspetos negativos ou menos positivos saliento os seguintes:

- a) As reduzidas estratégias pedagógico-didáticas direcionadas ao aluno com necessidades educativas especiais.
- b) Demasiada rigidez na observância e cumprimento da planificação.
- c) A decisão de fazer a projeção multimédia na parede lateral, causando algumas dificuldades no acompanhamento das apresentações aos alunos mais encostados à parede.
- d) A aplicação da primeira ficha de trabalho com uma linguagem não adequado a faixa etária dos alunos;
- e) A morosidade, por vezes excessiva, na escrita do sumário no quadro e depois nos cadernos diários.
- f) O excesso de informação “numérica” na apresentação dos atentados contra os direitos das crianças.

## CONCLUSÃO

A conclusão deste trabalho é o fim de uma etapa, mas não é o fim de um caminho que se continua a fazer. É a conclusão de uma etapa no meu caminho profissional e pessoal. O percurso que neste trabalho realizei é de reflexão teológica, pedagógica e didática, mas também o de uma profunda reflexão pessoal. O trabalho aqui desenvolvido a partir da Unidade Letiva 1 – “A pessoa humana” do 6.º ano de escolaridade é também ponto de partida com novas competências e bagagens de conhecimento que me possibilitarão, sem dúvida nenhuma, continuar o caminho, mas mais preparado para enfrentar os desafios que a lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e o contexto escolar hoje me colocam. Neste sentido, quero salientar as novas e reaprendidas aprendizagens que este trabalho me proporcionou, nomeadamente, ao nível da definição de estratégias e metodologias pedagógicas e didáticas, mais e melhor capazes de conduzir os alunos à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento das suas capacidades, a partir dos conteúdos do programa, mas também capazes de contribuir eficazmente para um completo e integral desenvolvimento da sua personalidade, da sua pessoa.

A reflexão aqui apresentada e desenvolvida ao longo deste trabalho é, antes de mais para mim, contributo essencial para o exercício da lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, mas pretende ser também instrumento de análise e reflexão das realidades escolares que conhecemos. Para isso muito pode contribuir o primeiro capítulo deste trabalho, que intentou uma análise e reflexão sobre os modelos existentes de escola e de que maneira nesses modelos pode encaixar a educação para valores e a educação moral e religiosa.

O segundo capítulo do trabalho, de reflexão teológica, é sistematização da fundamentação cristã do valor irreduzível da pessoa humana que assenta em dois pilares essenciais: comunhão com Deus e com os outros, serviço com Deus e com os outros. Não se trata de descobrir novos contributos para a teologia, mas apenas a redescoberta de uma temática que será sempre novidade, que será sempre tão próxima e tão necessária, porque responde às questões fundamentais da existência humana: Quem é o ser humano? O que é o ser humano? Donde vem e para onde vai? - Apesar de ser o mais perfeito dos seres vivos, o ser humano é um mistério para si mesmo. Mistério que o faz perceber como contingente, mas sedento de Eternidade e Absoluto, aberto ao Infinito e à Transcendência, projetado no que está além de si.

Disse Deus: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gn 1, 26). A seguir, os textos sagrados acrescentam: “O Senhor Deus formou o homem do pó da terra” (Gn 2, 7). Se a segunda referência expressa a fragilidade humana, a primeira,

sobre a qual desenvolvi este trabalho, sublinha o carácter divino da humanidade: está escrita no “ser” do ser humano esta marca de Deus, e é esta a razão que o faz procurar constantemente superar-se a si mesmo e buscar desesperadamente o Absoluto, a Verdade, Deus. A categoria de imagem de Deus orienta ontologicamente o ser humano para Deus. Nesta orientação fundamental o ser humano descobre-se como pessoa, como ser de relação com e para os outros, à imagem das relações e vida Trinitária.

Este trabalho reflete uma difícil etapa percorrida entre a Prática de Ensino Supervisionada e atividade profissional de docência que exerço noutra escola, pondo à prova as minhas capacidades, os meus limites, a minha capacidade de gestão do tempo, as minhas prioridades e a minha força de vontade. Na sua orientação e para a sua conclusão, muitos foram aqueles que de algum modo contribuíram, nomeadamente a minha família, os meus colegas da Prática de Ensino Supervisionada, a professora orientadora e a professora cooperante do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches.

Na certeza de homem criado à imagem de Deus, termino este trabalho com as mesmas palavras com que o comecei:

Quando contemplo os céus, obra das tuas mãos,  
a Lua e as estrelas que Tu criaste:  
que é o homem para que te lembres dele,  
o filho do homem para com ele te preocupares?

Salmo 8, 4-5

## BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, II Vol., Verbo, Lisboa, 2001.
- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANHCHEZ, *Projeto Educativo*, Braga, 2014.
- ALFARO, Juan, *De la Cuestión del Hombre a la Cuestión de Dios*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2002.
- ARENDT, Richard, *Aprender a ensinar*, 7.<sup>a</sup> ed., Editora McGraw-Hill de Portugal, Lisboa, 2008.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.<sup>a</sup> Série – N.º 237- 14 de outubro de 1986.
- BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas Est* (25 de Dezembro de 2005) AAS 98 (2006) 217-252.
- Bíblia de Jerusalém*, Paulus, 2003.
- Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica, Lisboa/Fátima, 2000.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2.<sup>a</sup> ed., Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2000.
- COELHO, Juan Souto, *Os direitos humanos no contexto da Educação Moral e Religiosa Católica*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Estatutos «ad experimentum»*, Roma, 1969. Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_cti\\_doc\\_19690712\\_statuto-provisorio\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_19690712_statuto-provisorio_sp.html) [Consultado em 17 de dezembro de 2013].
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus*, Tradução de *Civiltà Cattolica*, IV, p. 254-286, 6 de novembro de 2004, 2. Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20040723\\_communion-stewardship\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html) [Consultado a 10 de outubro de 2013].

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – Documentos Conciliares, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2002.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação – Direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*, Lisboa, 2002. Disponível na internet em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=951> [Consultado em 25 de abril de 2014].

DELORS , Jacques et al, *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 7ª ed. Asa, Rio Tinto, 1996.

EMERY, Gilles, *La Teología Trinitaria de Santo Tomás de Aquino*, Secretariado Trinitário, Salamanca, 2008.

ETCHEVERRÍA, Ramón Trevijano, *Patrologia*, 3ª ed. aumentada, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 2001.

FAURE, Edgar, *Aprender a ser*, Bertrand, Lisboa, 1974.

FORMOSINHO, João et al, *A construção social da educação escolar*, 2ª ed., Asa, Rio Tinto, 1998.

FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*, Paz e Terra, São Paulo, 1996;

GEVAERT, Joseph, *El Problema del Hombre*, 12ª ed., Ediciones Sígueme, Salamanca, 2001.

GOMES, Marco, *Competências em Educação Moral e Religiosa Católica e Desenvolvimento de Capacidades e Atitudes*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005;

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annum*, (1 de maio de 1991), 37. Disponível na internet em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/encyclicals/documents/hf\\_jpii\\_enc\\_01051991\\_centesius-annus\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jpii_enc_01051991_centesius-annus_po.html) [Consultado em 15 de dezembro de 2013].

JOÃO PAULO II, *Memória e identidade*, Bertrand Editora, Lisboa, 2005.

- LADARIA, Luis F., *Antropologia Teologica*, Universitá Gregoriana Editrice, Roma, 1983.
- LADARIA, Luis F., *El Dios Vivo e Verdadero*, Secretariado Trinitario, Salamanca, 1998.
- LADARIA, Luis F., *Introducción a la Antropología Teológica*, Editorial Verbo Divino, Navarra, 1993.
- LUCAS, Juan de Sahagún (dir.), *Nuevas antropologías del siglo XX*, Ediciones Sígueme, 1994.
- LUCAS, Juan de Sahagún, *Las Dimensiones del Hombre*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1996.
- MARQUES, Ramiro, *Ensinar valores: teorias e modelos*, Porto Editora, Porto, 1998.
- MELENDO, Tomás, *Las dimensiones de la persona*, Ediciones Palavra, Madrid, 1999.
- MELO, Francisco José Rodrigues de, *Revelação, Salvação*, Paulinas, Lisboa, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Decreto-lei n.º 240/2001, de 30 de agosto in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série - A – N.º – 30 de agosto de 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Decreto-lei n.º 286/89 de 29 de agosto in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série – N.º 198 – 29 de agosto de 1989.
- MUSGROVE, Frank, *Família, Educação e Sociedade*, Rés Formalpress, Lisboa, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal sobre a Educação para Todos*, 1990. Disponível na internet em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> [Consult. 12 de outubro de 2013].
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível na internet em: <http://dre.pt/util/pdfs/files/dudh.pdf> [Consultado em 12 de outubro de 2013].
- PEÑA, Juan Luis de la, *Creación, Gracia, Salvacion*, 2ª ed., Editorial Sal Terrae, Santander, 1998.

- PEÑA, Juan Luis de la, *El don de Dios*, 3ª ed., Editorial Sal Terrae, Santander, 2001.
- PEÑA, Juan Luis de la, *Imagen de Dios*, 4ª ed., Editorial Sal Terrae, Santander, 2001.
- PEÑA, Juan Luis de la, *Teología de la creación*, 5ª ed, Editorial Sal Terrae, Santander, 1999.
- PIAGET, Jean, *Para onde vai a educação?*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.
- PIÉ-NINOT, Salvador, *La Teología Fundamental*, 5ª ed. totalmente renovada e atualizada do *Tratado de Teología Fundamental*, Secretariado Trinitario, Salamanca, 2002;
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto de aprovação da Constituição de 10 de abril in DIÁRIO DA REPÚBLICA, 1.ª Série – N.º 86 – 10 de abril de 1976.
- QUERUBIM, P. José Pereira da Silva, *O saber religioso, factor de cultura e educação*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005.
- REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario, *Historia del Pensamiento Filosófico y Científico*, vol. 1, 2 e 3, Herder, Barcelona, 2002.
- REBOUL, Olivier, *A filosofia da educação*, Edições 70, Lisboa, 2000.
- RIBEIRO, José António Queirós, *A situação actual do ensino escolar da religião na Europa*, Fórum de EMRC, SNEC, Lisboa, 2005.
- ROGERS, Carl, *Tornar-se pessoa*, 7ª ed., Moraes, Lisboa, 1985.
- SANTOS, D. António Francisco dos, “O Professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional”, in *Pastoral Catequética*, n.º 21/22 (2011/2012).
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Competências essenciais e metodologia da EMRC na educação básica*, SNEC, Lisboa, 2003.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007.
- TETTAMANZI, D., *El Hombre Imagen de Dios*, Secretariado Trinitario, Salamanca, 1978.

UNESCO, *A escola e a educação moral face aos imperativos do mundo contemporâneo: relatório final da reunião de peritos da UNESCO em Sófia, Bulgária, 1978-04-24/29*. Paris: UNESCO. Ed-78/Conf. 631/4, in SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Igreja, educação, escola: a educação moral e o ensino religioso; a escola católica*, coletânea de documentos, SNEC, Lisboa, 1981.

UNESCO, *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos – satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien, 1990. Disponível na internet em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> [Consultado em 12 de outubro de 2013].

UNESCO, *Recomendação da UNESCO sobre a educação, cooperação e paz internacionais e educação relativa aos direitos humanos e liberdades fundamentais*, Paris, 1974. Disponível na internet em: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_20/IIIPAG3\\_20\\_2.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_20/IIIPAG3_20_2.htm) [Consultado em 12 de outubro de 2013].

VEIGA, Manuel Alte da, *Um perfil ético para educadores*, Palimage Editores, Braga, 2005.

ZABALZA, M., *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*, Edições Asa, Porto, 1994.

# **ANEXOS**

## Anexo 1

### educação moral e religiosa católica

6.º ANO DE ESCOLARIDADE – A PESSOA HUMANA

Ficha de trabalho n.º 1

| Nome: \_\_\_\_\_

| N.º: \_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Como te defines como pessoa?

---

---

---

2. Como pessoa que és, o que de bom és capaz de fazer?

---

---

---

3. E o que de mau és capaz?

---

---

---

4. Consideras as outras pessoas importantes para ti? Se sim, explica o que mais admiras nas outras pessoas?

---

---

---

5. O que podes fazer para dar mais valor às outras pessoas?

---

---

---

6. Explica o sentido da frase: «Cada pessoa vale pelo que é e não pelo que têm».

---

---

---

---

---

Anexo 2

Grelha de registo diário do desempenho dos alunos

**Unidade letiva 1: "A pessoa humana"**

**Ano/turma: 6º 4**

Nº	NOME nivel	Participação ativa e organizada					Atenção					Respeito					Material					Assiduidade					Pontualidade					Cumprimento das tarefas propostas					média	Observações
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5		
1																																				0		
2																																				0		
3																																				0		
4																																				0		
5																																				0		
6																																				0		
7																																				0		
8																																				0		
9																																				0		
10																																				0		
11																																				0		
12																																				0		
13																																				0		
14																																				0		
15																																				0		
16																																				0		
17																																				0		
18																																				0		
19																																				0		
20																																				0		
21																																				0		
22																																				0		

(Assinalar apenas um valor em cada parâmetro)

data: \_\_\_ - \_\_\_ - \_\_\_\_\_

## A fábula dos Porcos-espinhos

Conta a história que, durante a era glacial, quando a maior parte do globo terrestre estava coberto por densas camadas de gelo, milhares de animais não resistiram ao frio intenso e morreram congelados.

Foi então que um grande grupo de porcos-espinhos, tentando sobreviver desesperadamente, começou a juntar-se mais e mais. Assim, cada um podia sentir o calor do corpo do outro, aquecendo-se mutuamente.

Porém, os espinhos de cada animal começaram a ferir os companheiros mais próximos, justamente aqueles que lhes ofereciam mais calor, o calor que os mantinha vivos. Então afastaram-se uns dos outros, feridos, magoados e com muitas dores. Separaram-se por não suportarem mais os espinhos dos seus semelhantes. Afinal, doía muito.

No entanto, não foi a melhor solução, pois, quando se distanciaram uns dos outros, logo começaram a morrer congelados. Os que não morreram voltaram a se aproximar pouco a pouco, com precaução, de tal forma que, unidos, cada qual conservava certa distância mínima do outro, suficiente para conviver sem ferir nem causar danos recíprocos. Assim, suportaram-se e sobreviveram à longa era glacial.

